



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE



VAGNER MELO DA COSTA

ANÁLISE CORRELACIONAL ENTRE OS INDICADORES CONTÁBEIS E OS
INDICADORES DE GESTÃO:

Um Estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Recife

2014

VAGNER MELO DA COSTA

**ANÁLISE CORRELACIONAL ENTRE OS INDICADORES CONTÁBEIS E OS
INDICADORES DE GESTÃO:**

Um Estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Denílson Bezerra Marques

Recife

2014

C837a	Costa, Vagner Melo da Análise correlacional entre os indicadores contábeis e os indicadores de gestão: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba / Vagner Melo da Costa. - Recife : O Autor, 2014. 138 folhas : il. 30 cm. Orientador: Prof. Dr. Denilson Bezerra Marques. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014. Inclui referências, apêndices e anexos. 1. Contabilidade pública. 2. Indicadores contábeis. 3. Indicadores de gestão. I. Marques, Denilson Bezerra (Orientador). II. Título.
351	CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2014 – 080)

Dissertação de Mestrado apresentada por **Vagner Melo da Costa** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título “**ANÁLISE CORRELACIONAL ENTRE OS INDICADORES CONTÁBEIS E OS INDICADORES DE GESTÃO: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**”, orientada pelo Professor Denílson Bezerra Marques e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores doutores:

Denílson Bezerra Marques
Presidente

Charles Ulises De Montreuil Carmona
Examinador Interno

Jeronymo José Libonati
Examinador Externo

Recife, 29 de maio de 2014.

Prof^a. Dr^a. Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Coordenadora

Ao amor da minha vida (FOREVER).

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, meu alicerce.

Ao meu orientador, Professor Dr. Denílson Marques, pelos ensinamentos e paciência ao longo desta jornada.

Aos demais docentes do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação acadêmica.

À Coordenação e Secretaria do Curso pelo apoio desde a fase da seleção até a defesa.

Ao grupo seleto de colegas de Curso pelo compartilhamento de angústias, lágrimas e alegrias.

Aos amigos que suportaram minha ausência no meio social.

E não menos importante, ao amor da minha vida, pela força, compreensão e estímulo, sem os quais eu não teria conseguido nem fazer a seleção do Curso e muito menos chegar até o final.

Meu muito obrigado a todos!

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o de verificar a existência de relação entre os indicadores contábeis e os indicadores de gestão. Para tal, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, através do tipo de pesquisa explicativa, bibliográfica e documental. Além disso, foi realizado estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). A fim de atingir o objetivo foram calculados os indicadores contábeis das Demonstrações Contábeis do IFPB – Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais – e coletados os indicadores de gestão nos Relatórios de Gestão da entidade. Foram calculados também os Coeficientes de Correlação de Pearson. Por fim, concluiu-se que dos dezoito indicadores contábeis estudados, apenas quatro demonstraram relação estatisticamente significativa com os indicadores de gestão do IFPB.

Palavras-Chaves: Contabilidade Pública; Indicadores Contábeis; Indicadores de Gestão.

ABSTRACT

The objective of this work was to verify the existence of a relation between accounting indicators and management indicators. To this end, the hypothetical deductive method was used through explanatory, bibliographic and documental researches. Furthermore, a case study was conducted at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraiba (IFPB). In order to achieve the specific goal, the financial indicators of accounting demonstrations of IFPB were calculated – Budget balance sheet, financial balance sheet, balance sheet and statements of changes in equity – management indicators were also collected at management reports of the Institute. The Pearson correlation coefficients were also calculated. Finally, it was concluded that on the eighteen financial indicators studied, only four showed statistically significant correlation with indicators of management of IFPB.

Key Words: Public Accounting; Financial indicators; Management Indicators

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CEFET-PB – Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

DOU – Diário Oficial da União

FGV – Fundação Getulio Vargas

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

IGP-DI – Índice Geral de Preço - Disponibilidade Interna

INEP/CENSO – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira / Censo Escolar

LOA – Lei Orçamentária Anual

NBC T SP – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor
Público

PB – Paraíba

SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Normas Brasileiras Técnicas Aplicadas ao Setor Público	25
Quadro 2 – Demonstrações Contábeis e as Normas Reguladoras.....	43
Quadro 3 – Modelo do Novo Balanço Financeiro.....	50
Quadro 4 – Modelo do Novo Balanço Patrimonial.....	53
Quadro 5 – Modelo da Nova Demonstração das Variações Patrimoniais.....	57
Quadro 6 – Indicadores do Balanço Orçamentário do IFPB	84
Quadro 7 – Indicadores do Balanço Financeiro do IFPB	86
Quadro 8 – Indicadores do Balanço Patrimonial do IFPB	88
Quadro 9 – Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais do IFPB.....	89
Quadro 10 – Resumo dos Resultados dos Quocientes (Indicadores) Contábeis do IFPB	91
Quadro 11 – Indicadores de Gestão do IFPB.....	92
Quadro 12 – Correlação dos Indicadores Contábeis do Balanço Orçamentário e dos Indicadores de Gestão do IFPB	92
Quadro 13 – Correlação dos Indicadores Contábeis do Balanço Financeiro e dos Indicadores de Gestão do IFPB	94
Quadro 14 – Correlação dos Indicadores Contábeis do Balanço Patrimonial e dos Indicadores de Gestão do IFPB	97
Quadro 15 – Correlação dos Indicadores Contábeis da Demonstração das Variações Patrimoniais e dos Indicadores de Gestão do IFPB	98
Quadro 16 – Resumo das Correlações Fortes e Relevantes Estatisticamente entre os Indicadores Contábeis e os Indicadores de Gestão do IFPB	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Consolidação do Patrimônio Público	41
Tabela 2 – Modelo do Balanço Orçamentário	44
Tabela 3 – Novo Modelo do Balanço Orçamentário	45
Tabela 4 – Modelo do Balanço Financeiro	49
Tabela 5 – Modelo do Balanço Patrimonial	52
Tabela 6 – Modelo da Demonstração das Variações Patrimoniais	56

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Considerações Iniciais.....	13
1.2. Caracterização do Problema	14
1.2.1. Hipóteses	14
1.3. Objetivos	15
1.3.1. Geral.....	15
1.3.2. Específicos	15
1.4. Justificativa.....	15
1.5. Delimitação do Tema	16
 2. REFERENCIAL TEÓRICO	 18
2.1. Contabilidade Pública.....	18
2.1.1. Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público	19
2.1.2. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	25
2.2. Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial	34
2.2.1. Execução Orçamentária	36
2.2.2. Execução Financeira	38
2.2.3. Execução Patrimonial.....	41
2.3. Demonstrações Contábeis do Setor Público	42
2.3.1. Balanço Orçamentário.....	44
2.3.2. Balanço Financeiro	48
2.3.3. Balanço Patrimonial	51
2.3.4. Demonstração das Variações Patrimoniais.....	54
2.4. Análise das Demonstrações Contábeis do Setor Público.....	60
2.4.1. Quocientes e Interpretações para o Balanço Orçamentário.....	62

2.4.2. Quocientes e Interpretações para o Balanço Financeiro.....	65
2.4.3. Quocientes e Interpretações para o Balanço Patrimonial.....	68
2.4.4. Quocientes e Interpretações para a Demonstração das Variações Patrimoniais.....	70
2.5. Indicadores de Gestão do TCU	75
3. METODOLOGIA	80
3.1. Métodos de Pesquisa.....	80
3.2. Tipos de Pesquisa.....	80
3.3. Universo e Amostra.....	81
3.4. Coleta de Dados.....	81
3.5. Tratamento de Dados.....	82
3.5.1. Atualização dos Valores Monetários	83
4. ANÁLISE DE DADOS.....	84
4.1. Resultados e Interpretações dos Quocientes (Indicadores) Contábeis.....	84
4.1.1. Resultados dos Indicadores do Balanço Orçamentário	84
4.1.2. Resultado dos Indicadores do Balanço Financeiro	86
4.1.3. Resultados dos Indicadores do Balanço Patrimonial	88
4.1.4. Resultado dos Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	89
4.1.5. Resumo dos Indicadores Contábeis.....	91
4.2. Indicadores de Gestão	91
4.3. Resultados e Interpretações do Coeficiente de Correlação dos Quocientes (Indicadores) das Demonstrações Contábeis com os Indicadores de Gestão	92
5. CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS	105

APÊNDICES111

Apêndice A – Balanço Orçamentário 2010 do IFPB (Corrigido Monetariamente) ...112

Apêndice B – Balanço Orçamentário 2011 do IFPB (Corrigido Monetariamente) ...113

Apêndice C – Balanço Financeiro 2010 do IFPB (Corrigido Monetariamente)114

Apêndice D – Balanço Financeiro 2011 do IFPB (Corrigido Monetariamente)115

Apêndice E – Balanço Patrimonial 2010 do IFPB (Corrigido Monetariamente)116

Apêndice F – Balanço Patrimonial 2011 do IFPB (Corrigido Monetariamente)117

Apêndice G – Demonstração das Variações Patrimoniais 2010 do IFPB (Corrigido Monetariamente)118

Apêndice H – Demonstração das Variações Patrimoniais 2011 do IFPB (Corrigido Monetariamente)119

ANEXOS120

Anexo A – Balanço Orçamentário 2010 do IFPB121

Anexo B – Balanço Orçamentário 2011 do IFPB123

Anexo C – Balanço Orçamentário 2012 do IFPB124

Anexo D – Balanço Financeiro 2010 do IFPB125

Anexo E – Balanço Financeiro 2011 do IFPB127

Anexo F – Balanço Financeiro 2012 do IFPB.....129

Anexo G – Balanço Patrimonial 2010 do IFPB.....131

Anexo H – Balanço Patrimonial 2011 do IFPB132

Anexo I – Balanço Patrimonial 2012 do IFPB.....134

Anexo J – Demonstração das Variações Patrimoniais 2010 do IFPB136

Anexo K – Demonstração das Variações Patrimoniais 2011 do IFPB137

Anexo L – Demonstração das Variações Patrimoniais 2012 do IFPB.....138

1. Introdução

Neste capítulo traremos as considerações iniciais acerca do trabalho, assim como, a caracterização do problema, objetivos, justificativa e delimitação do tema.

1.1. Considerações Iniciais

A gestão pública moderna passou por modificações substanciais que garantem melhor atendimento às demandas sociais. Com a emersão do Paradigma Pós-Burocrático, o foco está no resultado das ações governamentais.

Neste prisma, Albêlo (2007) defende que o controle da Administração Pública brasileira vem desenvolvendo-se no contexto de mudanças de paradigmas. Tal administração é baseada em modelos de gestões patrimonialista, burocrática e gerencial, tendo seu controle transpondo-se de uma obediência cega para uma conformidade e por fim para resultados, procurando-se enfatizar a eficiência e a transparência na gestão pública.

Neste aspecto, a Contabilidade Pública tem a função de fornecer informações aos seus usuários acerca dos seus registros, além de interpretações dos atos e fatos que afetaram as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades pertencentes ao Setor Público (JUND, 2011).

A Contabilidade Pública tem também por obrigação a prestação de contas à sociedade. Esta é realizada através da elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis do Setor Público realizada anualmente após o fim do exercício social.

Além disto, anualmente, deve ser apresentado o Relatório de Gestão que visa apresentar à sociedade um documento objetivo, claro e fidedigno, exprimindo assim uma visão realista da gestão da entidade pública (TCU, 2013).

O Relatório de Gestão é um documento mais abrangente que os relatórios contábeis, pois além de informações contidas nestes, ele traz informações de cunho meramente administrativo e acadêmico e também, indicadores instituídos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), denominados de Indicadores de Gestão.

1.2. Caracterização do Problema

No sentido de estratégia e controle da administração pública, Trosa (2001) relata a importância da definição de resultados do serviço público, pois sem esta mensuração não há como determinar prioridades ou fazer escolhas e também não há como saber se os resultados produzidos pelo serviço público permanecem com a mesma importância.

Uma forma muito eficaz de se avaliar os resultados e de se extrair informações úteis para a gestão é através da Análise das Demonstrações Contábeis das organizações. Esta análise é realizada através do cálculo e interpretação dos indicadores contábeis oriundos das próprias Demonstrações Contábeis da entidade.

Não menos importante, o gestor público, precisa estar atento aos indicadores de Gestão instituídos pelo TCU que compõem o Relatório de Gestão de cada entidade pública. Os acréscimos e os decréscimos desses indicadores expõem a maneira que a gestão foi conduzida.

Diante desse contexto, a pergunta norteadora do trabalho e que se pretende responder ao final do estudo, é a seguinte: **Existe relação entre os indicadores contábeis e os indicadores de gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)?**

1.2.1. Hipóteses

Para responder à problemática do estudo, formularam-se duas hipóteses descritas abaixo:

- **Hipótese Nula (H0)** = Não há relação significativa entre os indicadores contábeis e os indicadores de gestão do IFPB;
- **Hipótese Alternativa (H1)** = Há relação significativa entre os indicadores contábeis e os indicadores de gestão do IFPB.

1.3. Objetivos

1.3.1. Geral

Verificar a existência de relação entre os indicadores de gestão e os indicadores contábeis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

1.3.2. Específicos

- Entender o funcionamento da Contabilidade Pública e a consequente elaboração das Demonstrações Contábeis do Setor Público;
- Interpretar os indicadores contábeis oriundo das Demonstrações Contábeis do IFPB no período de 2010 a 2012;
- Identificar os indicadores de Gestão do IFPB entre os anos 2010 e 2012.

1.4. Justificativa

A relevância do estudo está na necessidade de entender o comportamento dos indicadores contábeis e de gestão. Eles podem ser utilizados pela administração pública como direcionados dos seus programas e ações governamentais, já que ambos podem têm por finalidade mensurar os resultados obtidos pelo ente público.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa pretende contribuir com o arcabouço teórico-científico, podendo ser utilizada como fonte de pesquisa sobre o tema, ressaltando o fato de a pesquisa ser inédita no que tange ao uso da estatística para a verificação de relação entre indicadores contábeis e de gestão. Fato este que faz da pesquisa um avanço à pesquisa de Quintana, Roza e Damena (2011) que analisaram a relação de indicadores de universidades federais do Rio Grande do Sul, porém sem testar a amostra estudada.

Já do ponto de vista profissional, há a pretensão de entender a relação entre os indicadores, na busca do aprimoramento das ferramentas de avaliação da gestão pública.

1.5. Delimitação do tema

A análise e interpretação das Demonstrações Contábeis e dos dados institucionais deste trabalho se limitam às Demonstrações Contábeis, dados e indicadores de gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) é oriundo da antiga Escola de Aprendizes Artífices que foi criada através de Decreto Presencial no ano de 1909 e da Escola de Economia Doméstica Rural, criada em 1955 na cidade de Sousa – PB através de uma Portaria do Ministério da Agricultura (IFPB, 2014).

O objetivo da Escola de Aprendizes Artífices era oferecer ensino profissional gratuito aos moradores de João Pessoa. A escola passou a ser Liceu Industrial em 1937; Escola Industrial de João Pessoa em 1942; Escola Técnica Federal da Paraíba em 1959; e Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba em 1999. Já a Escola de Economia Doméstica Rural tinha como objetivo a formação de professoras rurais, passando em 1963 a ofertar o curso técnico de 2º grau (atual Ensino Médio) de Economia Doméstica, e em 1979 a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Sousa (IFPB, 2014).

Em dezembro de 2008, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), absorvendo na sua estrutura administrativa a Escola Agrotécnica Federal de Sousa que passou a ser um de seus campi (RELATÓRIO DE GESTÃO – IFPB, 2009).

O fato citado acima relata sobre a criação do IFPB que normativamente foi efetivada através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Hoje, o Instituto Federal da Paraíba conta com uma estrutura administrativa com Reitoria, nove campi – João Pessoa, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel e Sousa – e um centro, o Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima (IFPB, 2014).

Com base no que fora dito, foram analisadas as Demonstrações Contábeis do IFPB – Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais – geradas após a sua criação, excetuando as de 2009 e as de 2013. Aquelas não foram consideradas já que não existia orçamento aprovado para o IFPB devido sua criação ter ocorrido após o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual por parte do Poder Executivo, o que causaria distorções nas análises realizadas, uma vez que o orçamento repercute em todas as demonstrações citadas; já estas não foram analisadas, pois existe um prazo legal para a apresentação do Relatório de Gestão de 2013 – março de 2014 –, sendo assim, não foi possível a coleta de dados oriundos do citado relatório.

Foram analisados também os indicadores de Gestão instituídos pelo TCU através do Acórdão 2.267/2005 para as instituições da Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico entre os anos 2010 e 2012. Estes são doze: relação candidato/vaga; relação ingressos/aluno; relação concluintes/aluno; índice de eficiência acadêmica de concluintes; índice de retenção do fluxo escolar; relação de alunos/docente em tempo integral; índice de titulação do corpo docente; gastos correntes por aluno; percentual de gastos com pessoal; percentual de gastos com outros custeios; percentual de gastos com investimentos; e Número de Alunos Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Per Capita; no entanto, os quatro últimos não foram utilizados nesta pesquisa por não constarem em alguns relatórios.

Dito isto, a análise deste trabalho limita-se a análise das Demonstrações Contábeis e dados institucionais do IFPB do triênio 2010 a 2012.

2. Referencial Teórico

Neste capítulo será explanado o Referencial Teórico da pesquisa. Será analisada a Contabilidade Pública e seus desdobramentos, incluindo os seus princípios e normas. Além disso, será discutido o funcionamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Haverá também um aprofundamento nas Demonstrações Contábeis do Setor Público, observando suas estruturas e análises. Por fim, serão estudados os Indicadores Contábeis e os Indicadores de Gestão.

2.1. Contabilidade Pública

É perceptível que Contabilidade Pública já faz parte do cotidiano. Os noticiários sempre trazem o tema, seja através do orçamento público, que tem uma estreita relação com a Contabilidade Pública, seja com os diversos indicadores macroeconômicos, por meio de informações cedidas por esta.

Mais valiosos que os registros realizados pela Contabilidade Pública são as análises que podem ser extraídos deles. No entanto, antes de adentrarmos neste tema, precisamos elucidar o que vem a ser a Contabilidade Pública.

De acordo com Kohama (2009), a Contabilidade Pública configura-se como um dos ramos mais complexos da Ciência Contábil, tendo como principais objetivos o registro e a interpretação dos fenômenos que afetam o orçamento, o patrimônio e as finanças governamentais.

Já para Silva (2009), a Contabilidade Pública opera de forma integrada nos registros orçamentários, econômicos, financeiros e patrimoniais. Ainda segundo o autor, devem ser aplicados os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

Nas palavras de Lima e Castro (2007, pag. 1), a Contabilidade Pública é:

“o conhecimento especializado em Ciências Contábeis que aplica no processo gerador de informações os conceitos, princípios e normas contábeis na gestão patrimonial de uma entidade governamental, de sorte a oferecer à sociedade informações amplas e acessíveis sobre a gestão da coisa pública”.

O Conceito de Lima e Castro se assemelha ao conceito dado à Contabilidade Pública através da Resolução Nº 1.128/2008 do Conselho Federal de Contabilidade que define a Contabilidade do Setor Público como “o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as Normas Contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público”.

Por sua vez, Andrade (2008) argumenta que a Contabilidade Pública tem o importante papel de fornecer informações para a tomada de decisão através das informações obtidas dos registros dos atos e fatos administrativos e econômicos operados no patrimônio do ente público.

Por fim, Carvalho (2010, p.194) afirma que a contabilidade Pública

“registra a previsão da receita e a fixação da despesa estabelecida no orçamento, escritura a execução orçamentária, faz a comparação entre a previsão e a realização das receitas e despesas, controla as operações de crédito, a dívida ativa, os valores, os créditos, as obrigações etc. e ainda revela as variações patrimoniais e demonstra a situação do patrimônio público”.

Através dos conceitos trazidos por estes autores, percebe-se a importância da Contabilidade Pública para a gestão pública e para a sociedade. Vale salientar que ela deve ser orientada pelos Princípios de Contabilidade e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público, já mencionados anteriormente e que serão esmiuçados a seguir.

2.1.1. Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público

De acordo com a Resolução 750/1993, alterada pela Resolução 1.282/2010 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), há seis Princípios de Contabilidade: Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro pelo Valor Original, Competência e Prudência.

Estes princípios são de observação obrigatória tanto pelas empresas privadas, quanto pelas instituições públicas. Porém, devido às particularidades da Contabilidade Pública, algumas interpretações precisam ser feitas em relação a

esses princípios. Para isto, o Conselho Federal de Contabilidade, editou a Resolução 1.111/2007 que introduziu o Apêndice II na Resolução 750/1993.

A seguir, tem-se um apanhado dos seis Princípios à luz da Resolução 750/1993, alterada pelas Resoluções 1.111/2007 e 1.282/2010.

2.1.1.1. Princípio da Entidade

O Art. 4º da Resolução CFC nº 750/1993 diz que o Princípio da Entidade estabelece o patrimônio como sendo o objeto da Contabilidade. Além disso, firma a necessidade de segregação do patrimônio particular e do patrimônio pertencente à instituição, impedindo assim a confusão patrimonial.

A respeito disto, Niyama e Silva (2008, pag. 85) falam sobre a autonomia do patrimônio, em que “ativos e passivos, receitas e despesas não se misturam com os itens congêneres dos sócios ou acionistas, que vem ser distintos e independentes, mantendo os respectivos patrimônios segregados”.

Iudícibus (2012) corrobora com os autores e argumenta que mesmo que a empresa tenha um único dono, mesmo assim, aplica-se o princípio.

Na perspectiva do Setor Público, o princípio se explicita pela autonomia patrimonial com a destinação social do patrimônio e pela responsabilização deste com a prestação de contas por parte dos agentes públicos (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.111/2007).

Castro e Garcia (2008, p. 170) relatam que na área pública, “o princípio da entidade está representado pelos órgãos e unidades gestoras que possuem autonomia patrimonial”.

Araújo e Arruda (2009) corroboram com os autores ao afirmarem que o princípio da entidade aplica-se à Contabilidade Pública, pois qualquer ente que tenha orçamento próprio ou então administre recursos públicos e que consequentemente necessite prestar contas é considerado unidade contábil e precisa elaborar demonstrações contábeis isoladamente. Os autores argumentam também que implicitamente, este princípio está inserido no artigo 1º da Lei

4.320/1964 ao estabelecer a autonomia de cada ente para gerir contabilmente o patrimônio público.

2.1.1.2. Princípio da Continuidade

O Art. 5º da Resolução CFC nº 750/1993 diz que o Princípio da Continuidade pressupõe que as atividades da instituição permanecerão no futuro. Isto reflete diretamente nos componentes patrimoniais da entidade, uma vez que sabendo-se que a entidade continuará, seus ativos não serão desvalorizados e nem seus passivos superestimados.

Niyama e Silva (2008) dissertam sobre a questão da desvalorização no caso de descontinuidade e exemplificam que no caso de falência de uma empresa, os valores dos bens que serão vendidos são avaliados pelos valores de saída, mesmo em se tratando de bens não destinados à venda.

Iudícibus (2012) também trata do assunto ao afirmar que a descontinuidade não é aceita pela Contabilidade e que nos casos de liquidação não será aceita a avaliação pela base normal, pois é algo atípico a ela.

Já na perspectiva do Setor Público, a Continuidade está relacionada com a duração da finalidade do ente pública. Sendo assim, relaciona-se com a destinação social do seu patrimônio (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.111/2007).

Castro e Garcia (2008, p. 171) reiteram o que está explícito na Resolução acima ao dizerem que “a continuidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade do Órgão ou Unidade Gestora se dá enquanto perdurar sua finalidade”.

O princípio é também muito bem tratado por Araújo e Arruda (2009) ao afirmarem que os registros contábeis do ente público devem levar em consideração que as ações da gestão pública devem ser contínuas e por tempo indeterminado.

2.1.1.3. Princípio da Oportunidade

O Princípio da Oportunidade foi tratado pelo Art. 6º da Resolução CFC nº 750/1993 e diz que este princípio é importante para a produção de informações íntegras e tempestivas através da mensuração e apresentação dos componentes do patrimônio. Se este princípio não for observado, a informação contábil poderá perder a relevância pela falta de tempestividade e integridade das informações.

Niyama e Silva (2008, p. 90) falam deste princípio ressaltando a necessidade de tempestividade e totalidade dos registros contábeis, pois sem isto, “os registros contábeis e as demonstrações contábeis deles emanadas ficarão incompletas, não contribuindo para que sejam úteis aos seus usuários em seu processo decisório”.

Para o Setor Público, a Oportunidade diz respeito a todos os fatos e atos que afetam ou venham a afetar o patrimônio do ente público, incluindo-se o reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.111/2007).

Araújo e Arruda (2009) ressaltam a importância deste princípio argumentando que os registros contábeis precisam ser realizados no momento de sua ocorrência, inclusive para que as informações registradas sejam fidedignas para auxiliar o gestor na toma de decisão.

Corroborando com isto, Castro e Garcia (2008) e Rosa (2011) dizem que o princípio é indispensável para a integridade e fidedignidade dos registros contábeis repercutindo diretamente no patrimônio da entidade pública, sendo as variações existentes nos atos e fatos que o afetam reconhecidos em sua totalidade.

2.1.1.4. Princípio do Registro pelo Valor Original

O Princípio do Registro pelo Valor Original trazido pelo Art. 7º da Resolução CFC nº 750/1993, como o próprio nome já adianta, determina que inicialmente os valores dos registros na Contabilidade devam ser feitos pelo valor original da transação e em moeda nacional.

O Princípio rege ainda que além do custo histórico que são os valores registrados pelos valores pagos ou a serem pagos, e pelos valores recebidos ou a

serem recebidos, existe a possibilidade de variação desses valores. Dentre elas, há a atualização monetária que nada mais é que a alteração dos valores registrados para corrigir os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda, dos quais temos a inflação. Este princípio é importante a título de comparação das Demonstrações Contábeis ao longo dos anos.

Na perspectiva do Setor Público, os registros dos atos e fatos da Contabilidade se farão pelo valor original que é baseado no valor de entrada ou valor de saída (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.111/2007).

Castro e Garcia (2008) argumentam que o valor original se distingue de custo histórico, sendo este último um exemplo daquele, que também pode ser custo corrente, ou valores de saída (nos casos de descontinuidade).

Araújo e Arruda (2009), dizem que o princípio é aplicado à Contabilidade Pública com perfeição, pois os registros são feitos com base no valor de entrada. Isto evidencia-se no artigo 106 da Lei 4.320/1964¹.

Além disto, os referidos autores dissertam que por mais que os ativos sejam registrados pelo valor de entrada, a perda de valor destes deve ser considerada, sendo calculadas a depreciação, a amortização e a exaustão (ARAÚJO E ARRUDA, 2009).

Por fim, Rosa (2011) acrescenta que há a necessidade da atualização monetária para corrigir valores que não deveriam alterar ao longo do tempo, restaurando assim, o poder aquisitivo da moeda.

2.1.1.5. Princípio da Competência

O Art. 9º da Resolução CFC nº 750/1993 trata do Princípio da Competência que determina que os registros das transações contábeis devem ser realizados nos

¹ O artigo 106 traz o seguinte: “A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá as normas seguintes: I - os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço; II - os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção; III - os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras”. (LEI 4320/64)

períodos a que se referem. Isto quer dizer que o registro deve ser feito no momento da transação, independente de recebimento ou pagamento.

Niyama e Silva (2008) tratam também deste princípio ressaltando que independente da movimentação financeira a receita e a despesa precisam ser registradas no momento da ocorrência.

Para o Setor Público, o princípio se aplica integralmente (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.111/2007).

2.1.1.6. Princípio da Prudência

O último princípio tratado pela Resolução CFC nº 750/1993 é o Princípio da Prudência. O Art. 10 da Resolução diz que sempre que houver alternativas igualmente válidas para quantificar os elementos do patrimônio que alterem o patrimônio líquido, deve-se adotar o menor valor para componentes do Ativo e o maior valor para Componentes do Passivo. Este princípio só se aplica quando não se tiver certeza dos valores a serem contabilizados e for necessário recorrer a estimativas.

Na perspectiva do Setor Público, o princípio deve ser aplicado quando surgirem novas possibilidade de mensurações de elementos escriturados atendendo o Princípio do Registro pelo Valor Original. Além disso, a aplicação do princípio não pode obter excessos, pois deve garantir que não existirão valores fictícios por interesses diversos não condizentes com os Princípios Constitucionais da Administração Pública² (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.111/2007).

Niyama e Silva (2008) apontam algumas críticas a este princípio, justamente analisando a questão dos excessos argumentados acima, pois podem gerar inconsistência, aumento da interferência de profissionais da área no resultado (econômico) da entidade, além de impedir que as demonstrações contábeis sejam mais justas.

² São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Art. 37, CF)

Vistos os princípios, percebe-se que o atendimento a eles são de suma importância para a Contabilidade Pública e conseqüentemente para qualquer avaliação que seja feita de seus registros, já que são a base da Ciência Contábil.

É importante frisar que, como já alertado, o atendimento aos princípios contábeis são de observância obrigatória no exercício profissional da Contabilidade (NIYAMA E SILVA, 2008).

2.1.2. Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público

As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP) são normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio de suas Resoluções. Atualmente há 11 normas editadas, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Normas Brasileiras Técnicas Aplicadas ao Setor Público

Nº da Resolução CFC	Norma	Conteúdo
1.128/2008	NBC T 16.1	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação
1.129/2008	NBC T 16.2	Patrimônio e Sistemas Contábeis
1.130/2008	NBC T 16.3	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil
1.131/2008	NBC T 16.4	Transações no Setor Público
1.132/2008	NBC T 16.5	Registro Contábil
1.133/2008	NBC T 16.6	Demonstrações Contábeis
1.134/2008	NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
1.135/2008	NBC T 16.8	Controle Interno
1.136/2008	NBC T 16.9	Depreciação, Amortização e Exaustão
1.137/2008	NBC T 16.10	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público
1.366/2011	NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Fonte: Elaborado pelo autor

As dez primeiras normas foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) em novembro de 2008, entrando em vigor na data de suas publicações, mas de forma facultativa, e obrigatória a partir de 2010.

Já a última norma, a NBC T 16.11, foi publicada no Diário Oficial da União em novembro de 2011, entrando em vigor na data de sua publicação, mas de forma facultativa, e obrigatória a partir de 2012.

A seguir, tem-se uma descrição com os principais elementos de cada norma.

2.1.2.1. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.1 (NBC T16.1)

A NBC T 16.1 traz algumas definições a respeito da Contabilidade Pública. Ela estabelece também o seu campo de atuação que são “entidades do setor público; e/ou de entidades que recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem recursos públicos, na execução de suas atividades, no tocante aos aspectos contábeis da prestação de contas” (RESOLUÇÃO CFC Nº 1128/2008).

2.1.2.2. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.2 (NBC T 16.2)

A NBC T 16.2 traz algumas definições sobre Patrimônio Público e suas classificações. Segundo a norma, o Patrimônio Público é um conjunto de direitos e bens, incluindo aqueles mantidos e utilizados pelas entidades do Setor Público. Este é classificado em três grupos: Ativo – bens e direitos; Passivo – obrigações, contingências e provisões; e Patrimônio Líquido – diferença entre o ativo e o passivo.

Os elementos do Patrimônio Público foram classificados pela Resolução CFC nº 1128/2009 em:

- Circulante – quando forem realizados até o final do exercício social seguinte (31 de dezembro do ano seguinte) ou, no caso do ativo, estiverem disponíveis para realização imediata ou ainda, no caso do passivo, independente do prazo, corresponderem a valores de terceiros ou, retenção destes, em se tratando da entidade do setor público ser a fiel depositária; sejam pagos durante o ciclo operacional ou mantidos essencialmente para fins de negociação.
- Não Circulante – os demais casos não classificados como circulante.

Além das definições e classificações, a norma traz ainda, a estrutura do Sistema Contábil, que é dividida em cinco subsistemas que registram, processam e evidenciam atos e/ou fatos, a saber:

- Orçamentário: fatos ligados ao planejamento (orçamento propriamente dito) e à execução orçamentária;

- Financeiro: fatos relacionados aos ingressos e desembolsos financeiros. Incluem-se também as disponibilidades iniciais e finais do período (início e final do ano);
- Patrimonial: fatos não financeiros, mas apenas aqueles que variem o patrimônio público qualitativa ou quantitativamente;
- Custos: os custos dos bens e serviços públicos ofertados à sociedade. Este é um novo subsistema, criado para subsidiar a NBC T 16.11³;
- Compensação: atos de gestão com funções específicas de controle e também os que possam produzir modificações no patrimônio do ente público.

Estes subsistemas devem estar interligados entre si e a outros sistemas para, dentre outras coisas, avaliar os resultados da execução das ações do setor público, visando à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

2.1.2.3. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.3 (NBC T 16.3)

A NBC T 16.3 trata do controle contábil do planejamento governamental. A norma estabelece que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve permitir a integração dos planos hierarquicamente interligados – que são os conjuntos de documentos de planejamento governamental desde o nível operacional até o nível estratégico materializado por meio de programas e ações – comparando as metas programadas e as executas.

Além disso, deve contribuir para a instrumentalização do controle social e também para a tomada de decisão dos gestores públicos.

2.1.2.4. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.4 (NBC T 16.4)

A NBC T 16.4 trata das transações contábeis no setor público que são os atos e fatos que alteram o patrimônio público e que devem ser registrados em estrita observância aos Princípios de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

³ Esta norma será tratada adiante.

2.1.2.5. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.5 (NBC T 16.5)

A NBC T 16.5 trata dos registros contábeis dos atos e fatos que afetam ou venham a afetar o patrimônio do ente público. Estes devem ser uniformes e realizados em rigorosa ordem cronológica.

Todos os registros devem ser realizados em moeda nacional. No caso de transação em moeda estrangeira, deve ser feita a conversão para a moeda nacional na data da transação utilizando taxa de câmbio oficial vigente.

A norma estabelece ainda, 13 características do registro e da informação contábil:

- Comparabilidade – possibilidade de comparação da situação patrimonial ao longo do tempo e com outras entidades;
- Compreensibilidade – o usuário deve entender as informações apresentadas nas Demonstrações Contábeis, mas este, deve já ter conhecimento do ambiente de atuação do ente público;
- Confiabilidade – precisam apresentar-se de maneira que o usuário tenha segurança e credibilidade;
- Fidedignidade – devem ser a expressão literal do ato ou fato que deu origem;
- Imparcialidade – não podem privilegiar interesses particulares e específicos de agentes ou entidades;
- Integridade – reconhecimento dos fenômenos patrimoniais em sua totalidade, sem omissão de qualquer fato;
- Objetividade – devem representar a realidade com critérios contábeis pré-estabelecidos para evitar as preferências individuais e distorção nas informações ora produzidas;
- Representatividade – devem conter aspectos relevantes;
- Tempestividade – devem ser registrados no momento da ocorrência e divulgados em tempo hábil;
- Uniformidade – devem observar critérios padronizados e contínuos para propiciar a interpretação e análise das informações e a possibilidade de comparação da situação econômico-financeira em épocas distintas;
- Utilidade – devem atender às necessidades dos usuários;

- Verificabilidade – devem ser possíveis de serem verificados; e
- Visibilidade – devem ser disponibilizadas à sociedade, inclusive expressando o resultado da gestão e situação patrimonial da entidade do setor público de maneira transparente.

Além disso, a norma trata também da necessidade de se ter um plano de contas, que nada mais é que uma codificação para cada conta contábil que pode ser realizada.

Por fim, a norma esclarece que sempre que não existir uma norma contábil que trate especificamente de algum procedimento contábil, o profissional de contabilidade deve utilizar as normas nacionais, e na falta destas, as normas internacionais que tratem de temas similares. Ao utilizar-se disto, o profissional de Contabilidade deve explicitar o fato em Notas explicativas⁴.

2.1.2.6. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.6 (NBC T 16.6)

A NBC T 16.6 trata das Demonstrações Contábeis que devem ser elaboradas e divulgadas pelas entidades governamentais. A norma elenca oito demonstrações, conforme segue:

- Balanço Patrimonial – este é composto por Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, além das Contas de Compensação. O ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados (exemplo: compra ou doação) e da qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos; já o passivo, é uma obrigação presente derivada de eventos passados (exemplo: salários a pagar), cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos; por sua vez, o patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos depois de deduzidos os seus passivos (a diferença entre o ativo e o passivo); por fim, as contas de compensação vislumbram os atos que possam afetar o patrimônio;

⁴ Será tratada no subtópico 2.1.2.6.

- Balanço Orçamentário – discrimina as receitas de acordo com suas fontes e as despesas de acordo com o grupo de natureza. Ele confronta o orçamento inicial e suas alterações com sua execução, evidenciando as receitas e despesas orçamentárias por categoria econômica;
- Balanço Financeiro – este evidencia a movimentação financeira de determinado período. Além disso, demonstra a receita orçamentária e a despesa orçamentária executada por destinação do recurso. E também os recebimento e pagamentos extra orçamentários, e as transferências ativas e passivas advindas ou não da execução orçamentária. Por fim, demonstra o saldo inicial e final das disponibilidades;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – esta evidencia as variações no resultado patrimonial, composto pelas qualitativas (que não afetam o patrimônio líquido, mas alteram os elementos patrimoniais), ou quantitativas (que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido) e as independentes da execução orçamentária;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – é uma demonstração nova na gestão pública, que já era utilizada pela iniciativa privada, e introduzida na Contabilidade Pública pela NBC T 16.6. Ela permite a projeção de cenários de futuros fluxos de caixa e análises das mudanças em torno da capacidade de financiamento dos serviços públicos. Para elaborar essa demonstração há dois métodos, o direto e o indireto e há a necessidade de evidenciar as movimentações dos fluxos das operações (ingressos e desembolsos relacionados com a ação pública que não sejam em investimento ou financiamento), dos investimentos (recursos relacionados com a alienação de um ativo não circulante, recebimento de dinheiro por ter feito pagamento adiantado, amortização de empréstimos concedidos) e dos financiamentos (recursos relacionados à captação e à amortização de financiamentos e empréstimos);
- Demonstração do Resultado Econômico – também é uma nova demonstração na gestão pública introduzida pela NBC T 16.6. Ela evidencia o resultado

econômico das ações do setor público e deve ser elaborada em consonância com o sistema de custos, sendo necessário apresentar a receita econômica dos serviços ou bens (multiplicação da quantidade de serviços ou bens fornecidos à sociedade pelo custo de oportunidade⁵) deduzida dos custos e despesas para fornecimento do serviço ou bem, gerando o resultado econômico apurado;

- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – nova demonstração introduzida em março de 2013 na Contabilidade Pública através da Resolução CFC nº 1437/2013 que alterou dentre outras, a NBC T 16.6. Esta demonstração deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes públicos que as incorporarem no processo de consolidação das contas públicas. Ela evidencia a movimentação em cada componente do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas – esta já existia na contabilidade pública, mas de forma secundária, porém a partir da Resolução CFC nº 1437/2013 ganhou status de demonstração contábil. Devem conter nessa demonstração outras informações relevantes que não foram suficientemente evidenciadas nas demonstrações anteriores, complementando-as ou suplementando-as. Incluem-se nesta demonstração os critérios utilizados para elaboração de todas as outras demonstrações.

2.1.2.7. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.7 (NBC T 16.7)

A NBC T 16.7 trata da Consolidação das Demonstrações Contábeis que é o processo que ocorre pela agregação dos saldos ou grupos de contas, formando uma unidade contábil consolidada. Este processo é realizado levando em consideração as relações de dependência entre as entidades do setor público, a fim de gerar uma demonstração contábil única para cada um.

⁵ Menor valor que seria necessário para receber o bem ou serviço.

2.1.2.8. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.8 (NBC T 16.8)

A NBC T 16.8 trata do controle interno como suporte do sistema contábil que é o conjunto de métodos utilizados pela entidade pública buscando a prevenção de erros, coibir fraudes, a preservação do patrimônio público, a observância de leis e demais normativos e execução das ações do setor público.

O controle interno pode ser classificado em operacional (ações que geram o alcance dos objetivos), contábil (veracidade e fidedignidade dos registros e demonstrações contábeis) e normativo (observância da regulamentação vigente).

2.1.2.9. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.9 (NBC T 16.9)

A NBC T 16.9 trata dos procedimentos para depreciação, amortização e exaustão por parte do ente público. Este procedimento só era instrumentalizado na Contabilidade das empresas privadas, mas a partir desta norma passou também a ser pelas entidades públicas.

A depreciação diz respeito à perda de valor de um bem tangível pelo uso, ação da natureza ou obsolescência, reduzindo assim, o seu valor contábil.

Já a amortização diz respeito também à perda de valor, mas de direitos de propriedade ou qualquer outro ativo intangível, ou até mesmo no caso de bens que tem um prazo legal para utilização.

Por sua vez, a exaustão também diz respeito à perda de valor, mas decorrente da exploração dos recursos minerais, florestais ou outros recursos naturais esgotáveis.

O registro da depreciação, da amortização e da exaustão é obrigatório e aparecerá no balanço patrimonial como conta redutora do ativo⁶ e em contrapartida como decréscimo do resultado.

Além disso, é importante saber que os seguintes bens não estão sujeitos à depreciação: bens móveis de natureza cultural e com interesse histórico, bens de uso comum, animais que se destinam à exposição e à preservação e terrenos rurais

⁶ Conta que diminui o valor do bem.

e urbanos. E que a depreciação de bens imóveis deve ser calculada com base, no custo de construção, deduzido o valor dos terrenos⁷.

2.1.2.10. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.10 (NBC T 16.10)

A NBC T 16.10 trata da avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

A avaliação e a mensuração dizem respeito à atribuição e à constatação do valor monetário aos itens do ativo e passivo.

Os itens são avaliados ou mensurados da seguinte forma:

- Disponibilidades – pelo valor original. Em se tratando de operação em moeda estrangeira a conversão deve ser realizada à taxa de câmbio da data do balanço e em se tratando de aplicações financeiras de liquidez imediata (aquelas que podem ser resgatadas a qualquer momento) com valores atualizados até a data do balanço patrimonial;
- Direitos, Títulos de Créditos e Obrigações – pelo valor original ajustado a valor presente (entende-se que nessas operações há a presença de juros e eles não podem compor este grupo, sendo segregados em outras contas);
- Estoques – pelo valor de aquisição ou valor de produção ou de construção. No caso dos dois últimos, se forem superior ao valor de mercado, deve ser adotado este. E os estoques de animais e produtos agrícolas e extrativos pelo valor de mercado, quando a atividade for primária e o custo de produção seja de difícil determinação, ou gere gastos excessivos. Já as saídas são dadas pelo custo médio ponderado;
- Investimentos Permanentes – pelo método da equivalência patrimonial quando as participações acarretem em influência significativa nas empresas ou consórcios públicos ou público-privados; ou pelo método do custo de aquisição nas demais participações;
- Imobilizado – pelo valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de doação, deve ser considerado o valor patrimonial definido nos

⁷ Os terrenos não sofrem depreciação. Desta forma, há a necessidade de excluí-los para que seja calculada corretamente a depreciação.

termos da doação ou na ausência deste, o valor obtido com base em procedimento técnico;

- Intangível – pelo valor de aquisição ou de produção.

2.1.2.11. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.11 (NBC T 16.11)

A NBC T 16.11 trata do Subsistema de Informação de Custos do Setor Pública que tem por finalidade o registro, processamento e evidenciação dos custos de bens e serviços, produzidos e oferecidos à sociedade pela instituição pública. Este é de caráter obrigatório para todas as entidades públicas.

É importante frisar também que este Subsistema irá subsidiar a elaboração da Demonstração do Resultado Econômico.

2.2. Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Neste momento, será demonstrado o funcionamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial, pois é através destas que são geradas as Demonstrações Contábeis do setor público.

Porém, antes de dissertar sobre a execução propriamente dita, há a necessidade de entender como funciona o orçamento público que é onde tudo começa.

Orçamento público, na ótica de Araújo e Arruda (2009, pag. 57) é “a lei de iniciativa do Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro”. A receita é estimada, pois não há uma certeza sobre o quanto de fato será recolhido pelo governo, e a despesa é fixada, pois todos os gastos públicos necessitam serem previamente aprovados pelo poder Legislativo, resguardados as exceções legais. E o exercício financeiro aqui referido será coincidente com o ano civil.

Carvalho (2010) lembra que o orçamento é um documento dinâmico e demonstra um processo contínuo com duração de um ano.

Paludo (2011, p.5) acrescenta que o “Orçamento anual da União é composto pelos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos Estatais. Ele prevê todos os recursos e fixa todas as despesas do Governo Federal, referentes aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário”. É importante frisar que apesar do orçamento ser dividido desta forma, ele não deixa de ser uno. Cada ente da federação só poderá ter um orçamento para todos os seus poderes.

Todo orçamento passa por todo um rito processual, este é chamado de ciclo orçamentário ou processo orçamentário. Os estudiosos divergem na divisão das suas fases como veremos a partir de agora.

As fases do ciclo orçamentário são elaboração; apreciação, votação e aprovação (estando implícita a sanção e publicação); execução orçamentária; controle e avaliação (KOHAMA, 2009; CARVALHO, 2010; PALUDO, 2011).

Já alguns autores acrescentam às fases mencionadas o planejamento, logo no início do ciclo (ROSA, 2011; SLOMSKI, 2010; ARAÚJO E ARRUDA, 2009; JUND, 2009).

A fase do planejamento é aquela que se inicia com o primeiro mandato do Poder Executivo. Nesta etapa deve ser preparado o Plano Plurianual que definirá as diretrizes, objetivos e metas para os quatro anos seguintes, a partir do segundo ano de mandato do Executivo.

Já a fase da elaboração é aquela onde são fixados os objetivos, realizados estudos, incluindo-se a estimativa de receitas e fixação de despesas por parte do Poder Executivo. Isto é chamado de proposta orçamentária (PALUDO, 2011; SLOMSKI, 2010).

A fase que corresponde à apreciação, votação e aprovação ocorre no Poder Legislativo depois de recebida a proposta orçamentária do Poder Executivo. Tomando como exemplo o Governo Federal, a proposta orçamentária é enviada ao Congresso Nacional, onde é discutida na Comissão Mista de Orçamento e depois aprovada pelas duas casas Legislativas (Senado Federal e Câmara dos Deputados), após as diversas emendas parlamentares.

A fase da execução orçamentária dura o exercício financeiro inteiro e segundo Kohama (2009, p. 46) “constitui a concretização anual dos objetivos e metas determinados para o setor público, no processo de planejamento integrado, e implica a mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros”. Esta fase será mais bem detalhada no próximo subtópico.

Por fim, temos a fase do controle e avaliação. Segundo Paludo (2011, p. 101), “o controle consiste na verificação da conformidade com padrões e normas, sugere ações corretivas e tem foco retrospectivo. A avaliação visa ao aperfeiçoamento da gestão e avalia resultados e tem foco prospectivo”. O autor faz menção à importância do controle e afirma ainda que “ainda durante a execução da despesa, inicia-se a fase de controle da execução dos orçamentos”. (PALUDO, 2011, p.101).

Ainda em relação à avaliação, Slomski (2010) afirma que apesar da previsão desta fase, normalmente ela não é realizada, pois ao terminar um exercício financeiro, já há a preocupação com a execução do orçamento do exercício que iniciará.

2.2.1. Execução Orçamentária

É a fase que começa com o início do exercício financeiro, depois da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Poder Legislativo e após a sanção e a publicação da Lei pelo Poder Executivo.

Rosa (2011) fala que é necessário primeiro arrecadar as receitas para então fazer as despesas. Isto quer dizer que mesmo que haja a aprovação através de lei – LOA – as despesas só podem ser realizadas quando são “liberadas”, existindo controle sobre elas.

A maneira de se conseguir este controle é através das cotas de repasse, Estas serão definidas através de estudos previamente realizados para liberação em determinado período, podendo ser semanal, quinzenal, mensal ou em outro prazo pré-estabelecido (ANDRADE, 2008).

Frise-se também que a execução da despesa orçamentária deve ser precedida de licitação, resguardadas as autorizações legais no caso de dispensa⁸ e inexigibilidade⁹, mas estas não são o foco do nosso estudo.

Todas as aquisições dos entes públicos só serão realizadas mediante prévio empenho que é “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição” (LEI Nº 4320/1964, ART. 18).

Uma vez realizado o empenho, o crédito disponível para as aquisições será diminuído. Ou seja, a instituição pública só poderá realizar empenhos, até o limite de crédito aprovado e liberado para o uso. Quanto a isto há uma ressalva a se fazer, pois os créditos orçamentários inicialmente aprovados pelo Poder Legislativo podem ser aumentados, é o que se chama de créditos adicionais.

Os créditos adicionais têm a função de suprir o ente público de dotações orçamentárias para a insuficiência das dotações existentes. São de três tipos: suplementares, especiais e extraordinários.

Jund (2009, p. 129) diz que os créditos suplementares são “destinados a reforçar a dotação orçamentária que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento e objetivam geralmente a correção de erros de orçamentação”.

Os créditos especiais, de acordo com Andrade (2008, p. 119) “são créditos abertos durante o exercício para amparar novos programas e despesas que não figuram no orçamento”.

Já os extraordinários, nas palavras de Slomski (2010) são “os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública”.

Resumidamente, os créditos suplementares são utilizados quando o orçamento destinado a algo se tornou insuficiente; os especiais são utilizados quando não havia programação para determinada despesa, porém o gestor público

⁸De acordo com Moraes (2010, p. 366), a dispensa “deverá ocorrer excepcionalmente em casos expressamente especificados em lei”.

⁹De acordo com Moraes (2010, p. 365), ocorrerão “quando houver impossibilidade jurídica de competição entre os diversos contratantes, seja pela específica natureza do negócio, seja pelos objetivos visados pela administração pública”.

entende como necessária naquele momento; e os extraordinários são oriundos de urgência, sendo assim, não prevista.

É importante ressaltar que a vigência desses créditos é para o exercício em que foram abertos, mas os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses, serão incorporados ao orçamento do exercício seguinte (LEI 4.320/1964).

É preciso saber também que apenas os créditos extraordinários não necessitam ser autorizados pelo Poder Legislativo e nem há a necessidade de informar qual a fonte de receita para sua abertura, pelas circunstâncias que geraram sua necessidade. Eles são apenas por Decreto. Já os suplementares e especiais necessitam de prévia autorização do Poder Legislativo e também da indicação da fonte para suas aberturas, porém aqueles podem ser autorizados na própria LOA (LEI 4.320/1964; CF/1988).

Configura-se como fonte de recursos para abertura dos créditos suplementares e especiais o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; os provenientes de excesso de arrecadação; os oriundos de anulação de dotação orçamentária ou créditos adicionais, sendo ela total ou parcial; operações de créditos (empréstimos) autorizadas (SLOMSKI, 2010).

Por último, todas as movimentações realizadas no orçamento através dos registros contábeis no Sistema Orçamentário terão repercussão no Balanço Orçamentário que será elaborado ao final do exercício financeiro.

2.2.2. Execução Financeira

A execução financeira relacionada com a execução orçamentária inicia-se com a liquidação que segundo Paludo (2011, p. 195) é a fase da execução da despesa caracterizada “pela entrega dos materiais ou serviços contratados, de acordo com as quantidades, a qualidade e o prazo previamente definidos na nota de empenho ou no contrato”.

A realização da despesa orçamentária ocorre no momento da liquidação, terminando então os registros contábeis no Subsistema Orçamentário e iniciando a Contabilização no Subsistema Financeiro (KOHAMA, 2009).

Além disso, é com base na liquidação através de seus documentos comprobatórios que será feito o pagamento. Este, de acordo com Paludo (2011, p. 196) é o estágio que “corresponde ao efetivo desembolso financeiro público, precedido do empenho e da liquidação”.

Importante entender que para serem realizados os pagamentos, há a necessidade de uma programação financeira, tendo em vista que os recursos financeiros não são disponibilizados concomitantemente com os recursos orçamentários.

Andrade (2008) diz que a programação financeira é a organização das finanças públicas a fim de controle dos gastos públicos.

Ainda sobre a programação financeira, Jund (2009) diz que ela engloba procedimentos desde a solicitação até o recebimento de recursos financeiros orçamentários ou extra orçamentários.

Isto que dizer que para se efetuarem os pagamentos, o ente público precisa informar via sistema a necessidade de determinado recurso financeiro para honrar os pagamentos de um material recebido ou serviço já prestado.

Destaca-se também que caso o pagamento de uma despesa empenhada em um exercício financeiro não seja paga dentro do mesmo exercício, esta será inscrita em Restos a Pagar. Elas podem ser divididas em processadas e não processadas (LEI 4.320/1964).

Restos a pagar processados são aquelas despesas que já foram empenhas e liquidadas. Já os restos a pagar não processados são aquelas despesas que foram apenas empenhas, sem passar pela fase da liquidação (KOHAMA, 2009).

Caso no exercício seguinte não seja realizada o pagamento das despesas inscritas em restos a pagar, estas devem ter seus empenhos cancelados.

Outro aspecto relevante e que causa impacto na execução financeira é a figura da Despesa de Exercícios Anteriores. Esta conta contábil, de acordo com Rosa (2011, p. 288) é utilizada para cobrir “as despesas decorrentes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores já encerrados”.

A autora diz ainda que o pagamento de uma despesa através das dotações a Despesa de Exercícios Anteriores só ocorrerá quando o pagamento não for realizado no exercício de competência e quando depois de inscritos em Restos a Pagar, estes forem cancelados. Haverá possibilidade de pagamento também quando uma dívida não for inscrita em Restos a Pagar, mas o credor tiver direito ao pagamento (ROSA, 2011).

Jund (2009) argumenta que o direito do credor para receber através de Despesas de Exercício Anteriores prescreve em cinco anos, a contar da data do fato que gerou o direito.

A grande diferença entre a conta de Restos a Pagar e a de Despesa de Exercícios Anteriores é que a primeira conta com o orçamento do exercício recentemente encerrado, já a segunda conta com o orçamento vigente quando do seu pagamento.

Os pagamentos dos Restos a Pagar e das Despesas de Exercícios anteriores, assim como todos os pagamentos orçamentários já mencionados representam a saída de numerário do ente público, porém não apenas estas são verificadas no Subsistema Financeiro. Carvalho (2010) relata que há também a entrada e saída de numerários através de receitas e despesas extra orçamentárias.

As receitas extra orçamentárias são valores arrecadados pelo ente público que a princípio não são de sua titularidade, tendo as fianças e consignações como exemplos (KOHAMA, 2009).

As despesas extra orçamentárias representam a saída de recursos financeiros através da saída ou devolução de valores que ingressaram no ente público sem a ele pertencer, como o caso das garantias, cauções, ou mesmo o pagamento de restos a pagar (já que a despesa foi orçamentária no ano de origem, passa a ser extra orçamentária no ano seguinte). Tudo isto representa apenas

movimentação de recursos que não se incorporam ou alteram o patrimônio público (ROSA, 2011).

Por fim, todos os registros efetuados na execução financeira serão visualizados nos subsistemas Financeiro, Orçamentário e Patrimonial e os saldos serão visualizados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

2.2.3. Execução Patrimonial

É através da execução patrimonial com os respectivos registros contábeis no Subsistema Patrimonial que visualizaremos o que ocorreu com o patrimônio de uma entidade pública através do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.

Por patrimônio público, entende-se “o conjunto de bens, direitos e obrigações avaliáveis em moeda corrente, das entidades que compõem a Administração Pública” (KOHAMA, 2009, P. 173).

Na tabela abaixo podemos visualizar este conjunto que demonstra o Patrimônio Público.

Tabela 1 – Consolidação do Patrimônio Público

BENS E DIREITOS	OBRIGAÇÕES
BENS PÚBLICOS	OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES PÚBLICAS
CAIXA (NUMERÁRIO)	RESTOS A PAGAR
BENS MÓVEIS	RESTITUIÇÕES A PAGAR
BENS IMÓVEIS	SERVILÇOS DA DÍVIDA A PAGAR
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	DEPÓSITO DE DIVERSAS ORIGENS
VALORES	CONSIGNAÇÕES
	DÉBITOS DE TESOURARIA
DIREITOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS	
BANCOS (DEPÓSITOS)	CREDORES
DIVERSOS DEVEDORES	DÍVIDA FUNDADA INTERNA
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
DESPESAS DIFERIDAS	RECEITAS DIFERIDAS
CRÉDITOS POR FORNECIMENTOS E	DÉBITOS DIVERSOS
SERVIÇOS PRESTADOS	
CRÉDITOS FISCAIS INSCRITOS	
CRÉDITOS DIVERSOS INSCRITOS	
OUTROS CRÉDITOS	

Fonte: KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 10. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. p. 177.

Todas as modificações no patrimônio são vistas na Variação Patrimonial que será mais bem detalhada no tópico 2.3.4.

Dois dos principais itens que compõem o patrimônio das entidades são os materiais, podendo ser material de consumo ou material permanente.

O material de consumo de acordo com Andrade (2008, p.139) é “aquele que, em razão de seu uso corrente, caracteriza-se como um custeio da atividade da entidade e tem características gerais de vida útil em torno de dois anos”.

Já o material permanente é tido pelo mesmo autor como aquele que possui vida útil superior a dois anos (ANDRADE, 2008).

É importante saber que os valores que são registrados no sistema de Contabilidade necessitam refletir a realidade dos materiais, sejam eles de consumo ou permanente. Para isto, os entes públicos precisam estabelecer rotinas de verificação e até mesmo contagem física para certificar que os valores são iguais, sob pena de responsabilização dos respectivos responsáveis por estes materiais.

2.3. Demonstrações Contábeis do Setor Público

As Demonstrações Contábeis do Setor Público são advindas do orçamento e da execução orçamentária, financeira e patrimonial e de todos os registros que são necessários para tal.

Na ótica de Ludícibus (2012, p. 26) Demonstração Contábil é “a exposição resumida e ordenada dos principais fatos registrados pela Contabilidade, em determinado período”.

Já mais especificamente na área pública, Carvalho (2010) diz que as Demonstrações Contábeis do Setor Público, denominadas também como Balanços Públicos, representam a situação econômico-financeira da instituição pública evidenciando o resultado das operações em relação às origens e aplicações de recursos.

Kohama (2011) argumenta que os reflexos dos atos e fatos administrativos dos entes públicos são apresentados nas quatro peças denominadas de Balanço

Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.

As Demonstrações Contábeis necessitam ser apresentadas obrigatoriamente anualmente. No entanto há controvérsia acerca de que demonstrações devem ser elaboradas. O quadro abaixo vislumbra as demonstrações de acordo com as respectivas normas reguladoras.

Quadro 2 – Demonstrações Contábeis e as Normas Reguladoras

Lei 4.320/64	NBC T 16.6/2008	Portaria STN 438/2012	Anexos da Lei 4.320/64
Balanço Orçamentário	Balanço Orçamentário	Balanço Orçamentário	Balanço Orçamentário
Balanço Financeiro	Balanço Financeiro	Balanço Financeiro	Balanço Financeiro
Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial
Demonstração das Variações Patrimoniais	Demonstração das Variações Patrimoniais	Demonstração das Variações Patrimoniais	Demonstração das Variações Patrimoniais
	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Demonstração dos Fluxos de Caixa
	Demonstração do Resultado Econômico	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		
	Notas Explicativas		

Fonte: ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público. São Paulo: Atlas, 2011. p. 435. (ADAPTADO)

Outra informação importante diz-se respeito à estrutura de cada Demonstração, pois há uma recente modificação para adequação às Normas Internacionais de Contabilidade. De acordo com a última portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que versa sobre o assunto, a Portaria Nº 753/2012, a adoção às Demonstrações Contábeis do Setor Público conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público deverão ser feitas por todos os entes da Federação até o final do Exercício de 2014.

Dito isto, apresenta-se a partir de agora as Demonstrações exigidas através da Lei 4.320/64 até o exercício de 2013, porém disporemos as duas estruturas existentes (a vigente até 2013 e a atualizada para o final do exercício de 2014).

2.3.1. Balanço Orçamentário

De acordo com Slomski (2010, p. 156), o Balanço Orçamentário “demonstra as receitas orçamentárias previstas, suas execuções e suas diferenças, bem como as despesas orçamentárias fixadas, suas execuções e suas diferenças”.

Já Silva (2009, p.331) diz que, este balanço “evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, por categoria econômica, confrontando orçamento inicial e suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário e discriminando as receitas por fontes e as despesas por grupo de natureza”.

Por sua vez, Kohama (2009, p. 257), argumenta que o Balanço Orçamentário é:

“como um quadro de contabilidade com duas seções, em que se distribuem ‘as receitas previstas’ no orçamento como também as ‘realizadas’, as ‘despesas fixadas’ e as ‘realizadas’, igualando-se as somas opostas com os resultados, o previsto e o realizado, e o déficit ou superávit.

O modelo descrito pelo autor segue abaixo.

Tabela 2 – Modelo do Balanço Orçamentário

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão R\$	Execução R\$	Diferenças R\$	TÍTULOS	Fixação R\$	Execução R\$	Diferenças R\$
Receitas Correntes				Créditos Orçamentários e Suplementares			
Receita Tributária							
Receita de Contribuições							
Receita Patrimonial				Créditos Especiais			
Receita Agropecuária							
Receita Industrial				Créditos Extraordinários			
Receita de Serviços							
Transferências Correntes							
Outras Receitas Correntes							
Receitas de Capital							
Operações de Crédito							
Alienação de Bens							
Amortização de Empréstimos							
Transferências de Capital							
Outras Receitas de Capital							
Soma				Soma			
Déficits				Superávits			
TOTAL				TOTAL			

Fonte: Anexo 12 da Lei 4.320 /1964

Lima e Castro (2007, p. 170), no entanto, explicam o que consta nas respectivas colunas do Balanço Orçamentário, conforme a tabela acima, ao dizerem que ele

“possui quatro colunas do lado da receita como do lado da despesa. A primeira coluna da receita relaciona os títulos por categoria econômica e subcategoria; a segunda apresenta o montante da receita prevista; a terceira demonstra o total da execução da receita, e na quarta coluna calcula-se a diferença existente entre a receita prevista e a realizada. Do lado da despesa, a primeira coluna considera os títulos por tipo de crédito, a categoria econômica e grupo de despesa; a segunda apresenta a despesa fixada; a terceira, a despesa executada e, a quarta coluna, a diferença entre as duas últimas”.

Conforme fora dito, as receitas estão dispostas por categorias econômicas – Receita Corrente e Receita de Capital, já as despesas, apesar de serem subdivididas também em categorias econômicas, são divididas por tipo de crédito - Orçamentário, Suplementar, Especial e Extraordinário (ROSA, 2011; LIMA E CASTRO, 2007).

Castro e Garcia (2008, p.188), dizem ainda que “as receitas realizadas, demonstradas no Balanço Orçamentário, devem ter o mesmo valor das apresentadas no Balanço Financeiro e na Demonstração das Variações Patrimoniais”.

A ideia do Balanço Orçamentário é evidenciar a integração existente entre o planejamento e a execução orçamentária (ROSA, 2011; CASTRO E GARCIA, 2008).

O novo modelo do Balanço Orçamentário dado através da Portaria STN nº 665/2010, que alterou a estrutura das demonstrações contábeis do setor público, apresenta algumas diferenças, conforme podemos visualizar abaixo.

Tabela 3 – Novo Modelo do Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES				
RECEITA TRIBUTÁRIA				
Impostos				
Taxas				
Contribuição de Melhoria				
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Contribuição de Iluminação Pública				
RECEITA PATRIMONIAL				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Receita de Concessões e Permissões				
Compensações Financeiras				
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público				

Receita da Cessão de Direitos				
Outras Receitas Patrimoniais				
RECEITA AGROPECUÁRIA				
Receita da Produção Vegetal				
Receita da Produção Animal e Derivados				
Outras Receitas Agropecuárias				
RECEITA INDUSTRIAL				
Receita da Indústria Extrativa Mineral				
Receita da Indústria de Transformação				
Receita da Indústria de Construção				
Outras Receitas Industriais				
RECEITA DE SERVIÇOS				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
Multas e Juros de Mora				
Indenizações e Restituições				
Receita da Dívida Ativa				
Receitas Decorrentes de Aportes				
Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS				
Receitas Correntes Diversas				
RECEITAS DE CAPITAL				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
ALIENAÇÃO DE BENS				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Outras Instit. Públicas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
Integralização do Capital Social				
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.				
Restituições				
Receitas de Capital Diversas				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)				
REFINANCIAMENTO (II)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)				
DÉFICIT (IV)				-
TOTAL (V) = (III + IV)				-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-			-
Superávit Financeiro				
Reabertura de créditos adicionais				

<u>DESPESAS ORÇAMENTARIAS</u>	<u>DOTAÇÃO INICIAL</u>	<u>DOTAÇÃO ATUALIZADA</u>	<u>DESPESAS EMPENHADAS</u>	<u>DESPESAS LIQUIDADAS</u>	<u>DESPESAS PAGAS</u>	<u>SALDO DA DOTAÇÃO</u>
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS INVERSÕES FINANCEIRAS AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA RESERVA DE CONTINGÊNCIA RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /						
REFINANCIAMENTO (VII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO						
(VIII) = (VI + VII)						
SUPERÁVIT (IX)				-	-	-
TOTAL (X) = (VII + IX)						

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	<u>INSCRITOS</u>		<u>LIQUIDADOS</u>	<u>PAGOS</u>	<u>CANCELADOS</u>	<u>SALDO</u>
	<u>EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</u>	<u>EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</u>				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS INVERSÕES FINANCEIRAS AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA						
TOTAL						

ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADO E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	<u>INSCRITOS</u>		<u>PAGOS</u>	<u>CANCELADOS</u>	<u>SALDO</u>
	<u>EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</u>	<u>EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</u>			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS INVERSÕES FINANCEIRAS AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					
TOTAL					

Fonte: Portaria STN nº 665/2010

Neste novo modelo no lado esquerdo¹⁰ evidencia-se a receita orçamentária e estas são discriminadas “por fonte (espécie) e apresentadas informações referentes à previsão inicial, à previsão atualizada, às receitas realizadas e ao saldo” (ROSA, 2011, p. 451).

¹⁰ Para melhor visualização, a Portaria 665/2010 disponibilizou as despesas logo abaixo das receitas, e por isso não têm-se o lado esquerdo e direito.

Já do lado direito evidencia-se a despesa orçamentária e estas são discriminadas “por grupo de natureza e apresentadas as informações relativas à dotação inicial, à dotação atualizada, às despesas empenhadas, às despesas liquidadas, às despesas pagas e ao saldo da dotação” (ROSA, 2011, p. 451).

Além disso, há dois anexos referentes aos restos a pagar, no primeiro temos a execução dos restos a pagar não processados e no segundo a execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados.

2.3.2. Balanço Financeiro

De acordo com Slomski (2010, p. 158), o Balanço Financeiro “demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte”.

Silva (2009, p.333), é mais específico ao falar que

“o balanço financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere e discrimina: a receita orçamentária realizada por destinação de recursos; a despesa orçamentária executada por destinação de recursos e o montante não pago como parcela retificadora; as transferências ativas e passivas decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e o saldo inicial e o saldo final das disponibilidades”.

Além disto, ele diz que o registro dos Restos a pagar é um dos elementos fundamentais, pois este é apresentado como receita extra orçamentária, porém há de se ressaltar que na verdade, é uma conta redutora das despesas orçamentárias que foram apropriadas no exercício com a intenção de ajustar a apresentação das disponibilidades (SILVA, 2009).

Por sua vez, Kohama (2009, p. 263) é mais técnico ao definir o balanço financeiro quando diz que é “um quadro de contabilidade com duas seções, ‘receita’ e ‘despesa’, em que se distribuem as entradas e as saídas de numerário, demonstrando-se as operações de tesouraria e de dívida pública, igualando-se as duas somas com os ‘saldos de caixa’, o inicial e o existente”, conforme vemos a seguir.

Tabela 4 – Modelo do Balanço Financeiro

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	R\$	R\$	R\$	TÍTULOS	R\$	R\$	R\$
ORÇAMENTÁRIAS				ORÇAMENTÁRIAS			
Receitas Correntes				Legislativa			
Receita Tributária				Judiciária			
Receita de Contribuições				Essencial à Justiça			
Receita Patrimonial				Administração			
Receita Agropecuária				Defesa Nacional			
Receita Industrial				Segurança Pública			
Receita de Serviços				Relações Exteriores			
Transferências Correntes				Assistência Social			
Outras Receitas Correntes				Previdência Social			
Receitas de Capital				Saúde			
Operações de Crédito				Trabalho			
Alienação de Bens				Educação			
Amortização de Empréstimos				Cultura			
Transferências de Capital				Direitos da Cidadania			
Outras Receitas de Capital				Urbanismo			
				Habitação			
				Saneamento			
				Gestão Ambiental			
				Ciência e Tecnologia			
				Agricultura			
				Organização Agrária			
				Indústria			
				Comércio e Serviços			
				Comunicações			
				Energia			
				Transporte			
				Desporto e Lazer			
				Encargos Especiais			
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS				EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS			
Restos a Pagar(Contrapartida				Restos a Pagar (Pagamento no			
da Despesa a Pagar)				Exercício)			
Serviços da Dívida a Pagar				Serviço da Dívida a Pagar			
(contrapartida)				(pagamento)			
Depósitos				Depósitos			
Outras Operações:				Outras Operações:			
.....							
SALDOS DO EXERCÍCIO				SALDOS PARA O EXERCÍCIO			
ANTERIOR				SEGUINTE			
Disponível				Disponível			
Caixa				Caixa			
Bancos e Correspondentes				Bancos e Correspondentes			
Exatores				Exatores			
Vinculados em c/c Bancárias				Vinculado em c/c Bancárias			
TOTAL				TOTAL			

Fonte: Anexo 13 da Lei 4.320 /1964

A estrutura é dividida em duas colunas. A da esquerda representa a receita, a da direita representa a despesa. Temos no Balanço a receita orçamentária e despesa orçamentária e extra orçamentária, além do saldo do exercício anterior e o saldo para o exercício seguinte. Os dados deste balanço sempre irão referir-se a

recebimentos e pagamentos, ou seja, entra e saída de recursos financeiros. (ROSA, 2011).

De acordo com Lima e Castro (2007, p. 175),

“...no Balanço Financeiro, as receitas orçamentárias estão dispostas por categorias econômicas (Receitas Correntes, Receitas de Capital, Receitas Correntes Intra Orçamentárias e Receitas de Capital Intra Orçamentárias), acompanhadas das respectivas fontes de recursos. Já as despesas orçamentárias estão dispostas por função, que são os grupos de ações desenvolvidas pelo Governo das Receitas e das Receitas e das Despesas Públicas”.

Eles alertam ainda que os elementos extra orçamentários são os mais complexos, pois aparecem dos dois lados do balanço para compensar a inclusão em um dos dois lados, como ocorre com os restos a pagar do exercício (despesas liquidadas, mas ainda não pagas) em que se inclui o mesmo valor da despesa na receita como forma de compensação; caso sejam restos a pagar de exercícios anteriores eles são dispostos como dispêndio no saldo inicial e como ingresso no saldo atual (LIMA E CASTRO, 2007).

Castro e Garcia (2008, p.190) dizem que “os valores relativos aos Restos a Pagar devem guardar relação com os saldos do Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial, exceto as contas de depósitos”.

Já a nova estrutura do Balanço Financeiro dada pela Portaria STN nº 665/2010 é a que segue.

Quadro 3 – Modelo do Novo Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária			Ordinária		
Vinculada			Vinculada		
Previdência Social			Previdência Social		
Transferências obrigatórias de outro ente			Transferências obrigatórias de outro ente		
Convênios			Convênios		
(...)			(...)		
(-) Deduções da Receita Orçamentária					
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Recebimentos Extra-Orçamentários (III)			Pagamentos Extra-Orçamentários (VIII)		
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		

Fonte: Portaria STN nº 665/2010

Rosa (2011, p. 470) diz que nesta nova estrutura há a discriminação das

“receitas e despesas orçamentárias realizadas por destinação de recurso, destinação vinculada e/ou destinação ordinária, bem como os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, as transferências financeiras recebidas e concedidas decorrentes ou não da execução orçamentária, conjugados com os saldos da caixa do exercício anterior (saldo inicial) e os que se transferem para o início do exercício seguinte (saldo final)”.

2.3.3. Balanço Patrimonial

De acordo com Slomski (2010, p. 160), o Balanço Patrimonial “demonstra o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro, o passivo permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação”.

Definição mais objetiva é dada por Kohama (2009, p. 271) onde diz que o Balanço Patrimonial é

“o quadro da contabilidade com duas seções ‘ativo’ e ‘passivo’ em que se distribuem os elementos do “patrimônio público”, igualando-se as duas somas com a conta ‘patrimônio líquido’ (Ativo Real Líquido) no caso de existência de superávit, ou ‘passivo a descoberto’, quando houver déficit patrimonial”.

O balanço Patrimonial, de acordo com a Lei 4.320/64, é formado pelo Ativo Financeiro e Permanente, Passivo Financeiro e Permanente, Saldo Patrimonial e Contas de Compensação.

De acordo com Rosa (2011, p. 481),

- “Ativo financeiro compreende as contas representativas do Disponível e do Ativo Realizável, constituído dos créditos a curto prazo da Fazenda Públicas. Tais valores poderão ser realizados independentemente de autorização orçamentária, vez que não é necessário que constem do orçamento.
- Ativo Permanente compreende os bens móveis e imóveis e de natureza industrial, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependam de autorização legislativa.
- Passivo Financeiro compreende os compromissos de curto prazo, que representam a Dívida Flutuante, e abrange os compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária, assim sendo entendidos os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, os depósitos, inclusive consignações em folha, e os débitos de tesouraria, que tratam das dívidas provenientes das operações de crédito por antecipação da receita.
- Permanente compreende a dívida fundada, caracterizada pelos compromissos com exigibilidade superior a doze meses contraídos

mediante emissão de títulos ou celebração de contratos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

- Ativo e Passivo Compensados compreendem os registros dos bens, valores, obrigações e situações que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio da entidade. Tais registros são representativos de valores em poder de terceiros, dos valores recebidos de terceiros, dos valores nominais emitidos etc.”

Lima e Castro (2007) acrescentam ainda que no Balanço Patrimonial, o valor total do ativo necessariamente precisa ser igual ao total do passivo, pois demonstrará o equilíbrio do balanço.

Tabela 5 – Modelo Balanço Patrimonial

ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS	R\$	R\$	R\$	TÍTULOS	R\$	R\$	R\$
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Disponível				Restos a Pagar:			
Caixa							
Bancos e Correspondentes				Serviço da Dívida a Pagar			
Exatores				Depósitos			
Vinculado em c/c Bancárias				Débitos de Tesouraria			
.....							
Realizável							
.....							
ATIVO PERMANENTE				PASSIVO PERMANENTE			
Bens Móveis				Dívida Fundada Interna:			
Bens Imóveis				Em Títulos			
Bens de Natureza Industrial				Por Contratos			
Créditos				Dívida Fundada Externa:			
Valores Diversos				Em Títulos			
.....				Por Contratos			
.....				Diversos:			
.....							
Soma do Ativo Real				Soma do Passivo Real			
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
Passivo Real Descoberto				Ativo Real Líquido			
Soma				Soma			
ATIVO COMPENSADO				PASSIVO COMPENSADO			
Valores em Poder de Terceiros:				Contrapartida de Valores em			
.....				Poder de Terceiros:			
.....							
Valores Nominais Emitidos:				Contrapartida de Valores Nominais			
.....				Emitidos:			
Diversos:				Diversos:			
.....							
TOTAL GERAL				TOTAL GERAL			

Fonte: Anexo 14 da Lei 4.320 /1964

Já na nova estrutura do balanço patrimonial, este se divide em Circulante, Não Circulante e Patrimônio Líquido, conforme já explicitado anteriormente no tópico 2.1.2.2.

Sobre isso Silva (2009, p. 327) diz que o Balanço Patrimonial “compreende as contas do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido e evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade”.

O autor ressalta ainda que há diversas discussões sobre essa classificação de ativo e passivo, uma vez que a legislação que rege a Contabilidade Pública (Lei 4.320/64) estabeleceu que os elementos patrimoniais são classificados em Financeiro e Permanente. Este último no caso de exigência de autorização legislativa e o primeiro no caso que independa de autorização (SILVA, 2009).

Abaixo segue a nova estrutura do Balanço Patrimonial.

Quadro 4 – Modelo do Novo Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE Caixa e Equivalentes de Caixa Créditos a Curto Prazo Clientes Créditos Tributários a Receber Divida Ativa Tributaria Divida Ativa não Tributaria – Clientes Créditos de Transferências a Receber Empréstimos e Financiamentos Concedidos (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo Estoques VPD Pagas Antecipadamente			PASSIVO CIRCULANTE Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo Obrigações Fiscais a Curto Prazo Obrigações de Repartição a Outros Entes Provisões a Curto Prazo Demais Obrigações a Curto Prazo		
ATIVO NAO-CIRCULANTE <u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u> Créditos a Longo Prazo Clientes Créditos Tributários a Receber Divida Ativa Tributaria Divida Ativa não Tributaria – Clientes Empréstimos e Financiamentos Concedidos (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo Estoques VPD Pagas Antecipadamente			PASSIVO NAO-CIRCULANTE Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo Fornecedores a Longo Prazo Obrigações Fiscais a Longo Prazo Provisões a Longo Prazo Demais Obrigações a Longo Prazo Resultado Diferido		
			TOTAL DO PASSIVO		
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Reservas de Capital Ajustes de Avaliação Patrimonial		

Propriedades para Investimento Demais Investimentos Permanentes <u>Imobilizado</u> Bens Móveis Bens Imóveis <u>Intangível</u> Softwares Marcas, Direitos e Patentes Industriais Direito de Uso de Imóveis			Reservas de Lucros Demais Reservas Resultados Acumulados Resultado do exercício Resultados de exercícios anteriores Ajustes de exercícios anteriores (-) Ações / Cotas em Tesouraria		
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
TOTAL			TOTAL		

ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO		
ATIVO PERMANENTE			PASSIVO PERMANENTE		
SALDO PATRIMONIAL					

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
TOTAL			TOTAL		

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Ordinária Vinculada Previdência Social Transferências obrigatórias de outro ente Convênios (...)	
TOTAL	

Fonte: Portaria STN nº 665/2010

2.3.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

De acordo com Slomski (2010, p. 162), a Demonstração das Variações Patrimoniais “evidencia as variações patrimoniais ocorridas durante o exercício financeiro, apresentado ao final o resultado patrimonial da entidade durante aquele período”.

Já Silva (2009, p. 328) é um pouco mais abrangente, ao dizer que a Demonstração das Variações Patrimoniais “evidencia as alterações ocorridas no Patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução

orçamentária, apurando o resultado patrimonial do período, quer ele seja positivo, negativo ou nulo”.

O autor argumenta ainda que devem ser consideradas também as superveniências e as insubsistências que serão tidas como ativas quando aumentarem a situação patrimonial e passiva quando a diminuïrem (SILVA, 2009).

Kohama (2009, p. 271) mais uma vez traz uma definição mais explicativa ao dizer que a Demonstração das Variações Patrimoniais é

“o quadro da contabilidade com duas seções ‘Variações Ativas’ e ‘Variações Passivas’, onde são distribuídos os elementos que alteraram o patrimônio durante o exercício, identificando por contas que, por si só, identificam o tipo de variação ocorrida e onde a igualdade das somas é obtida pelo déficit ou superávit, que corresponde ao Resultado Patrimonial do exercício”.

A Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com Rosa (2011, p.514), evidenciará “as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. As alterações verificadas no patrimônio englobam, ainda, as superveniências e insubsistências ativas e passivas”.

De acordo com a Lei 4.320/64, esta demonstração é dividida em Variações Ativas e Variações Passivas.

Rosa (2011, p.514) diz que

“as variações ativas compreendem as resultantes e as independentes da execução orçamentária. As resultantes da execução orçamentária englobam as receitas orçamentárias arrecadadas, correntes e de capital, e as mutações patrimoniais da despesa, representadas pela incorporação de ativos e pela desincorporação de passivos, constituindo fatos permutativos que estão associados às despesas orçamentárias de capital. As variações ativas independentes da execução orçamentária caracterizam-se pelas variações que produzem alterações quantitativas aumentativas na situação líquida patrimonial, sendo decorrentes de fatos modificativos que aumentam o Ativo ou reduzem o Passivo, tais como incorporação de bens (decorrentes de doações recebidas, legados etc.), inscrição da dívida ativa, cancelamento de dívidas passivas etc. As variações passivas compreendem as resultantes e as independentes da execução orçamentária. As resultantes da execução orçamentária englobam as despesas realizadas, correntes e de capital, e as mutações patrimoniais da receita orçamentária, representadas pela incorporação de passivos e pela desincorporação de ativos (baixa de

bens imóveis por alienação). As mutações patrimoniais estão associadas às receitas orçamentárias de capital e decorrem de fatos permutativos (troca de um ativo por outro); as variações independentes da execução orçamentária caracterizam-se pelas variações que produzem alterações quantitativas diminutivas na situação líquida patrimonial, sendo decorrentes de fatos modificativos que diminuem o Ativo ou aumentam o Passivo, tais como desincorporação de bens (decorrente de doações efetuadas etc.), cancelamento de dívida ativa, encampação de dívidas passivas etc. O resultado patrimonial apurado no exercício financeiro será proveniente de todas as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, representadas pelas variações que modificam o total do patrimônio líquido, sendo decorrentes de fatos modificativos, e pelas variações que modificam a qualidade dos elementos patrimoniais, sem repercussão no patrimônio líquido, decorrentes de fatos permutativos. O resultado patrimonial corresponde à diferença entre as Variações Ativas e as Variações Passivas, sendo denominado de Superávit, quando as variações ativas excederem as variações passivas, e de Déficit, quando as variações passivas excederem as variações ativas”.

Abaixo segue o modelo da Demonstração das Variações Patrimoniais de acordo com a Lei 4320/64.

Tabela 6 – Modelo da Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
TÍTULOS	R\$	R\$	R\$	TÍTULOS	R\$	R\$	R\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
Receitas Correntes				Despesas Correntes			
Receita Tributária				Despesas de Custeio			
Receita de Contribuições				Transferências Correntes			
Receita Patrimonial				Despesas de Capital			
Receita Agropecuária				Investimentos			
Receita Industrial				Inversões Financeiras			
Receita de Serviços				Transferências de Capital			
Transferências Correntes							
Outras Receitas Correntes							
Receitas de Capital							
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS				MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
Aquisição de Bens Móveis				Cobrança da Dívida Ativa			
Construção e Aquisição de Bens Imóveis				Alienação de Bens Móveis			
Construção e Aquisição de Bens de Natureza Industrial				Alienação de Bens Imóveis			
Aquisição de Títulos e Valores				Alienação de Bens de Natureza Industrial			
Empréstimos Concedidos				Alienação de Títulos e Valores			
Diversas				Empréstimos Tomados			
Total				Recebimento de Créditos			
				Diversas			
				Total			

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Inscrição da Dívida Ativa				Cancelamento da Dívida Ativa			
Inscrição de Outros Créditos				Encampação de Dívidas Passivas			
Incorporação de Bens (doações, legados etc.)				Diversas			
Cancelamento de Dívidas Passivas							
Diversas							
Total da Variações Ativas				Total da Variações Passivas			
RESULTADO PATRIMONIAL				RESULTADO PATRIMONIAL			
Déficit Verificado (se for o caso)				Superávit Verificado (se for o caso)			
TOTAL GERAL				TOTAL GERAL			

Fonte: Anexo 15 da Lei 4.320 /1964

Já, de acordo com o novo modelo, as variações são segregadas em quantitativas e qualitativas.

Rosa (2011, p.519) define as variações quantitativas da seguinte maneira “são as que decorrem de transações no setor público, que podem ser aumentativas ou diminutivas. As variações quantitativas aumentativas aumentam o patrimônio líquido e as variações quantitativas diminutivas diminuem o patrimônio líquido”.

A autora traz também a definição de variações qualitativas que “são as variações que decorrem de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais, mas sem afetar o patrimônio líquido”. Estas últimas são apresentadas de forma resumida e destacada na Demonstração e não alteram a situação líquida (ROSA, 2011, p.519).

Quadro 5 – Modelo da Nova Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		

Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias		
Venda de Produtos		
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras		
Transferências Recebidas		
Transferências Intra Governamentais		
Transferências Inter Governamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos		
Transferências do Exterior		
Transferências de Pessoas Físicas		
Valorização e Ganhos com Ativos		
Reavaliação de Ativos		
Ganhos com Alienação		
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
Resultado Positivo de Participações		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos		
Remuneração a Pessoal		
Encargos Patronais		
Benefícios a Pessoal		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		
Benefícios Previdenciários		
Aposentadorias e Reformas		
Pensões		
Outros Benefícios Previdenciários		
Benefícios Assistenciais		
Benefícios de Prestação Continuada		
Benefícios Eventuais		
Políticas Públicas de Transferência de Renda		
Outros Benefícios Assistenciais		

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo		
Serviços		
Depreciação, Amortização de Exaustão		
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Concedidos		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras		
Transferências Concedidas		
Transferências Intra Governamentais		
Transferências Inter Governamentais		
Transferências a Instituições Privadas		
Transferências a Instituições Multigovernamentais		
Transferências a Consórcios Públicos		
Transferências ao Exterior		
Desvalorização e Perda de Ativos		
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas		
Perdas com Alienação		
Perdas Involuntárias		
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Premiações		
Resultado Negativo de Participações		
Variações Patrimoniais Diminutivas de Instituições Financeiras		
Equalizações de Preços e Taxas		
Participações e Contribuições		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		
Resultado Patrimonial Do Período		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo		
Desincorporação de passivo		
Incorporação de passivo		
Desincorporação de ativo		

Fonte: Portaria STN nº 665/2010

Conforme Lima e Castro (2007), a Demonstração das Variações Patrimoniais é essencial para a apuração do saldo patrimonial, informação esta que é necessária para o fechamento do Balanço Patrimonial.

Por fim, Castro e Garcia (2008, p. 194) dizem que na Demonstração das Variações Patrimoniais “os totais das receitas e despesas devem ser iguais aos do balanço financeiro e do balanço orçamentário”.

Isto demonstra a interconexão existente entre as demonstrações contábeis do setor público.

2.4. Análise das Demonstrações Contábeis do Setor Público

Análise das Demonstrações Contábeis, intitulada por alguns estudiosos também como Análise de Balanços, de acordo com Iudícibus (2009, p. 5), é “a arte de saber extrair informações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso”.

Corroborando com o autor, Matarazzo (2010) diz que o objetivo da Análise de Balanços é extrair informações das Demonstrações com a finalidade de tomar decisões. Ele ainda afirmar que as Demonstrações Contábeis fornecem uma série de dados que são transformados em informações através da análise.

Assaf Neto (2012) compartilha do mesmo pensamento dos autores e acrescenta que através das informações contábeis obtidas pode-se conhecer a posição econômico-financeira atual, a razão que gerou a evolução ao longo dos períodos (normalmente avaliado em anos) e as tendências futuras. O pesquisador alerta ainda que a qualidade da informação obtida dependerá da exatidão dos lançamentos contábeis e do atendimento aos Princípios de Contabilidade.

Já Neves e Viceconti (2011, p. 442) são bem precisos ao argumentarem que a análise de balanços nada mais é que o “estudo da situação patrimonial da entidade, através da decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, visando obter informações analíticas e precisas sobre a situação geral da empresa”.

Especificamente à área pública, Kohama (2011), diz que a análise é um procedimento de investigação dos fatos contábeis tomando por base os balanços públicos. Ainda segundo o autor, a interpretação será realizada posteriormente à

análise dos dados, e que aquela tende a ser mais correta à medida que haja certo grau de detalhamento destes e que as informações reflitam perfeitamente os dados escriturados.

Fator importante na análise das Demonstrações Contábeis Públicas diz respeito à utilização dos valores na mesma moeda em determinada data, ou seja, há a necessidade de atualização de valores pelos índices de inflação para que haja possibilidade da comparação entre os anos (SILVA, 2012).

É importante ressaltar também que a análise e interpretação dos indicadores é particular de quem faz a análise, podendo dois analistas vislumbrar informações diferentes dos mesmos indicadores, inclusive discordando ligeiramente ou totalmente (IUDÍCIBUS, 2009; ASSAF NETO, 2012).

Além disto, apesar de existir a possibilidade de analisar e interpretar as Demonstrações Contábeis do Setor Público individualmente, é de suma importância a análise e interpretação das peças contábeis de maneira consolidada em seu conjunto (KOHAMA, 2011).

Ao final da análise e interpretações dos indicadores há a necessidade da elaboração de um relatório que deverá ser escrito em uma linguagem inteligível pelos usuários das informações, principalmente aos gestores que o tomará como alicerce para suas futuras decisões, recomendando-se, inclusive, o uso de gráficos para facilitar o entendimento (MATARAZZO, 2010).

Andrade (2008, p. 301) explicita sobre a importância de uma análise criteriosa das Demonstrações Contábeis do setor público que “quando embasadas em dados e relatórios confiáveis, permitirá ao administrador público a tomada de decisão que tenderá ao real cumprimento dos princípios da administração pública, tais como os de economicidade, equilíbrio, eficiência...”.

Desta maneira, ao analisarmos Demonstrações Contábeis do Setor Público elaboradas a partir de registros realizados com respeito aos Princípios de Contabilidade, às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e às legislações que os norteiam, conseguiremos informações palpáveis que poderá subsidiar a tomada de decisão do ente público.

Dito isto, seguem os principais quocientes (indicadores) contábeis e suas interpretações de acordo com o estudo de Kohama (2011).

2.4.1. Quocientes e Interpretações para o Balanço Orçamentário

São cinco os principais quocientes do Balanço Orçamentário. A seguir seguem a forma de cálculo e a interpretação de cada um.

2.4.1.1. Quociente de Execução da Receita

$$\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Receita Prevista}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita executada foi igual à receita prevista; se for maior que 1, a receita executada foi maior que a receita prevista, o que configurará em excesso de arrecadação; e se for menor que 1, a receita executada foi menor que a receita prevista, configurando em falta de arrecadação relacionada à previsão (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.145), este quociente representa “o quanto foi realizado da receita executada em comparação com a receita prevista, e o resultado normal deverá ser 1 ou maior ou menor que 1, porém, próximo de 1”. O autor também alerta que caso os valores sejam muito distantes de 1, então há a necessidade de identificação das causas.

2.4.1.2. Quociente do Equilíbrio Orçamentário

$$\frac{\text{Despesa Fixada}}{\text{Receita Prevista}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a despesa fixada foi igual à receita prevista; se for maior que 1, a despesa fixada foi maior que a receita prevista, o que configurará no aumento do orçamento através dos Créditos Adicionais; e se for menor que 1, a despesa fixada foi menor que a receita prevista. Esta última

situação dificilmente ocorrerá por causa do equilíbrio orçamentário (KOHAMA, 2011).

Ainda segundo Kohama (2011, p. 146), este quociente demonstra “quanto a Despesa Fixada é maior do que a Receita Prevista, pois revelará também o quanto foi aberto de Crédito Adicional, e o resultado normal será 1 ou pouco maior do que 1”. O autor ainda relata que caso o valor seja menor que 1 e os registros contábeis estiverem corretos, pode ser considerado normal, porém há a necessidade de verificação, pois na conjuntura atual é uma situação atípica.

2.4.1.3. Quociente de Cobertura dos Créditos Adicionais

$$\frac{\text{Excesso de Arrecadação}}{\text{Créditos Adicionais Abertos}}$$

Caso resultado seja igual a 1, demonstra que o Excesso de Arrecadação foi igual aos Créditos Adicionais; se for maior que 1, o Excesso de Arrecadação foi maior que os Créditos Adicionais Abertos, configurando que os créditos abertos foram totalmente cobertos pelo Excesso de Arrecadação ; e se for menor que 1, o Excesso de Arrecadação foi menor que os Créditos Adicionais Abertos, o que configura que os créditos abertos não foram totalmente cobertos pelo Excesso de Arrecadação (KOHAMA, 2011).

Ainda na ótica de Kohama (2011, p.147), este quociente demonstra “quanto o Excesso de Arrecadação representa de cobertura para os Créditos Adicionais Abertos, e o resultado normalmente será 1 ou maior que 1”. O autor também alerta que caso os valores menores que 1, então há a necessidade de identificação da causa para o quociente negativo, verificando as demonstrações mensais da receita arrecadada que serve de base para abertura de créditos adicionais.

2.4.1.4. Quociente de Execução da Despesa

$$\frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Despesa Fixada}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a despesa executada foi igual à despesa fixada; se for maior que 1, a despesa executada foi maior que a despesa fixada, o que configurará utilização de dotação orçamentária sem autorização legal e isto não poderá ocorrer; e se for menor que 1, a despesa executada foi menor que a despesa fixada, configurando em economia orçamentária, situação na qual não foi utilizada toda a despesa que foi autorizada legalmente (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.147), este quociente representa “quanto da Despesa Fixada foi utilizado em Despesa Executada, e o resultado menor do que 1 será considerado normal”. Como já mencionado, o resultado maior que 1 não poderá ocorrer, já que representaria execução de despesa sem prévia autorização legislativa.

2.4.1.5. Quociente do Resultado Orçamentário

$$\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Despesa Executada}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita executada foi igual à despesa executada; se for maior que 1, a receita executada foi maior que a despesa executada, o que configurará a existência de superávit orçamentário de execução; e se for menor que 1, a receita executada foi menor que a despesa executada, configurando em déficit orçamentário de execução (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.148), este quociente representa “quanto da Receita Executada serve de cobertura para a Despesa Executada”. O autor também alerta que caso os valores sejam muito distantes de 1, então há a necessidade de identificação das causas.

O autor alerta ainda para a interpretação deste quociente que deve ser visto em conjunto com o Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária do Balanço Financeiro e com o Quociente Patrimonial da Execução Orçamentária da Demonstração das Variações Patrimoniais para evitar possíveis distorções na análise a ser realizada (KOHAMA, 2011).

2.4.2. Quocientes e Interpretações para o Balanço Financeiro

São sete os principais quocientes do Balanço Financeiro. A seguir seguem a forma de cálculo e a interpretação de cada um.

2.4.2.1. Quociente da Execução Orçamentária

$$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita orçamentária foi igual à despesa orçamentária; se for maior que 1, a receita orçamentária foi maior que a despesa orçamentária, configurando um superávit orçamentário na execução e na movimentação financeira; e se for menor que 1, a receita orçamentária foi menor que a despesa orçamentária, configurando em déficit orçamentário na execução e movimentação financeira (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.159), este quociente demonstra “quanto a receita orçamentária representa para o pagamento da despesa orçamentária”.

2.4.2.2. Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária

$$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}}^{11}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita orçamentária foi igual à despesa orçamentária menos os restos a pagar inscritos somados com o Serviço da Dívida a pagar; se for maior que 1, a receita orçamentária foi maior que a despesa orçamentária menos os restos a pagar inscritos somados com o Serviço da Dívida a pagar, configurando um superávit orçamentário na execução orçamentária e financeira; e se for menor que 1, a receita orçamentária foi menor que a despesa orçamentária menos os restos a pagar inscritos somados com o Serviço da Dívida a

¹¹ De acordo com Kohama (2011), Despesa Orçamentária Paga = Despesa Orçamentária – (Restos a Pagar Inscritos + Serviço da Dívida a Pagar)

pagar, configurando em déficit na execução orçamentária e financeira (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.160), este quociente demonstra “quanto a receita orçamentária recebida representa em relação à despesa orçamentária paga”. Ele alerta ainda que a situação é preocupante quando o resultado for menor que 1, pois haveria o uso de receita extra orçamentária para a cobertura destes pagamentos.

2.4.2.3. Quociente da Execução Orçamentária Corrente

$$\frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita corrente recebida no exercício foi igual à despesa corrente realizada no exercício; se for maior que 1, a receita corrente recebida foi maior no exercício que a despesa corrente realizada no exercício, configurando um superávit corrente; e se for menor que 1, a receita corrente recebida foi menor no exercício que a despesa corrente realizada no exercício, configurando em possíveis operações de crédito (empréstimos) ou em provável redução do patrimônio. Este último caso é considerado como Execução Orçamentária Corrente Negativa (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.161), este quociente demonstra “quanto a receita corrente recebida representa em relação à despesa corrente paga”.

2.4.2.4. Quociente da Execução Orçamentária de Capital

$$\frac{\text{Receita de Capital}}{\text{Despesa de Capital}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita de capital recebida no exercício foi igual à despesa de capital realizada no exercício; se for maior que 1, a receita de capital recebida foi maior no exercício que a despesa de capital realizada no exercício, configurando um superávit de capital com a diminuição do patrimônio ou operação de crédito (empréstimo) legalmente autorizada; e se for

menor que 1, a receita de capital recebida foi menor no exercício que a despesa de capital realizada no exercício, configurando déficit de capital (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.162), este quociente demonstra “quanto a receita de capital recebida representa em relação à despesa de capital paga”.

2.4.2.5. Quociente da Execução Extra Orçamentária

$$\frac{\text{Receita Extra Orçamentária}}{\text{Despesa Extra Orçamentária}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita extra orçamentária foi igual à despesa extra orçamentária; se for maior que 1, a receita extra orçamentária foi maior que a despesa extra orçamentária, configurando que os recebimentos extra orçamentários foram superiores aos pagamentos também extra orçamentários; e se for menor que 1, a receita extra orçamentária foi menor que a despesa extra orçamentária, configurando que os recebimentos extra orçamentários foram inferiores aos pagamentos também extra orçamentários (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.163), este quociente demonstra “quanto de Receita Extra Orçamentária foi recebido, em confronto com a Despesa Extra Orçamentária paga”. O autor complementa que qualquer situação é considerada normal.

2.4.2.6. Quociente do Resultado da Execução Financeira

$$\frac{\text{Receita Total (Orçamentária + Extra Orçamentária)}}{\text{Despesa Total (Orçamentária + Extra Orçamentária)}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita total é igual à despesa total; se for maior que 1, a receita total é maior que a despesa total, configurando em um superávit financeiro; e se for menor que 1, a receita total é menor que a despesa total, configurando o déficit financeiro (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.164), este quociente demonstra “o resultado do exercício financeiro que está sendo demonstrado pelo balanço financeiro”. O autor faz uma alerta também para o caso do resultado do quociente

ser menor que 1, havendo assim, a necessidade de verificação das disponibilidades (caixa e bancos) para que seja vista a movimentação financeira extra orçamentária.

2.4.2.7. Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

$$\frac{\text{Saldo que Passa para o Exercício Seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que o saldo que passa para o exercício seguinte foi igual ao saldo do exercício anterior; se for maior que 1, o saldo que passa para o exercício seguinte foi maior que o saldo do exercício anterior, configurando um superávit financeiro; e se for menor que 1, o saldo que passa para o exercício seguinte foi menor que o saldo do exercício anterior, configurando déficit financeiro (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.166), este quociente demonstra “o saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior”. Ainda para o autor, o índice apresenta também o resultado financeiro, mas de outra forma do índice anterior. Sendo assim, também deve-se verificar as disponibilidades (caixa e bancos) para que seja vista a movimentação financeira extra orçamentária.

2.4.3. Quocientes e Interpretações para o Balanço Patrimonial

São seis os principais quocientes do Balanço Patrimonial, porém três deles são utilizados apenas para análise das Demonstrações Contábeis dos estados¹², sendo assim, foram excluídos desta pesquisa. A seguir seguem a forma de cálculo e a interpretação de cada um dos três quocientes restantes.

2.4.3.1. Quociente da Situação Financeira

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que o Ativo Financeiro é igual ao Passivo Financeiro; se for maior que 1, o Ativo Financeiro é maior que o Passivo

¹² O estudo é focado em uma autarquia federal, sendo assim, os cálculos dos indicadores estaduais não são possíveis de serem calculados.

Financeiro, configurando em superávit financeiro apurado no balanço patrimonial, pois há um excesso de recursos financeiros (disponibilidades mais direitos realizáveis sobre as obrigações de curto prazo); e se for menor que 1, o Ativo Financeiro é menor que o Passivo Financeiro, configurando em déficit financeiro apurado no balanço patrimonial, já que a soma das disponibilidades e os direitos realizáveis não são suficientes para pagar as obrigações de curto prazo (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.175), este quociente demonstra “o quanto de créditos, valores realizáveis e valores numerários existem em relação aos compromissos e obrigações exigíveis em curto prazo”.

O autor argumenta também sobre a importância do índice, já que o superávit financeiro verificado nele é uma das fontes para abertura de créditos adicionais. Além disso, ele exprime que no caso do índice ser negativo, há a necessidade de verificação da existência de algum convênio com potencial de recebimento de direitos em curto prazo registrado nas contas de compensação, uma vez que a despesa já pode ter sido empenhada, mas o registro do futuro recebimento não consta no ativo financeiro (KOHAMA, 2011).

2.4.3.2. Quociente da Situação Permanente

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que o Ativo Permanente é igual ao Passivo Permanente; se for maior que 1, o Ativo Permanente é maior que o Passivo Permanente, configurando em superávit na parte permanente do balanço patrimonial, pois a soma dos bens, créditos e valores de caráter permanente é maior que a soma das dívidas fundadas; e se for menor que 1, o Ativo Permanente é menor que o Passivo Permanente, configurando em déficit na parte permanente do balanço patrimonial, já que a soma das disponibilidades e os direitos realizáveis não são suficientes para pagar as obrigações de longo prazo (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.175), este quociente demonstra “o nível de endividamento apresentado no balanço patrimonial”.

O autor argumenta também que caso o saldo patrimonial seja positivo, caso em que o índice é maior do que 1, há a representação através da conta Ativo Real

Líquido, porém se o saldo patrimonial for negativo, caso em que o índice é menor do que 1, há a representação através da conta Passivo Real Descoberto. Esta última situação é preocupante para a gestão pública (KOHAMA, 2011).

2.4.3.3. Quociente do Resultado Patrimonial

$$\frac{\text{Soma do Ativo Real}^{13}}{\text{Soma do Passivo Real}^{14}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a soma do Ativo Real é igual à soma do Passivo Real; se for maior que 1, a soma do Ativo Real é maior que a soma do Passivo Real, há então um superávit patrimonial; e se for menor que 1, a soma do Ativo Real é menor que a soma do Passivo Real, há então um déficit patrimonial (KOHAMA, 2011).

O autor alerta ainda que caso o índice seja menor que 1, existe a necessidade de verificação da causa na Demonstração das Variações Patrimoniais (KOHAMA, 2011).

2.4.4. Quocientes e Interpretações para a Demonstração das Variações Patrimoniais

São sete os principais quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A seguir seguem a forma de cálculo e a interpretação de cada um.

2.4.4.1. Quociente da Mutação Patrimonial Passiva

$$\frac{\text{Receita Ambivalente}^{15}}{\text{Mutação Patrimonial Passiva}^{16}} =$$

¹³ Soma do Ativo Real = Ativo Financeiro + Ativo Permanente (KOHAMA, 2011).

¹⁴ Soma do Passivo Real = Passivo Financeiro + Passivo Permanente (KOHAMA, 2011).

¹⁵ “Aquele que provém de fatos que causam, ao mesmo tempo, dois aspectos opostos, do ponto de vista das Variações Patrimoniais, ou seja, um ativo Resultante da Execução Orçamentária e outro passivo pela Mutação Patrimonial que produz... Deverá ser composta pelos seguintes recebimentos: Cobrança da Dívida Ativa, Operações de Crédito, Alienação de Bens e Valores, Amortização de Empréstimos Concedidos” (KOHAMA, 2011).

¹⁶ “a permuta produzida, quer diminuindo o ativo permanente quer aumentando o passivo permanente do Balanço Patrimonial pela receita ambivalente recebida” (KOHAMA, 2011).

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que Receita Ambivalente foi igual à Mutação Patrimonial Passiva; se for maior que 1, Receita Ambivalente foi maior que a Mutação Patrimonial Passiva, configurando em duas possibilidades: a receita arrecadada provocará a diminuição dos bens, créditos e valores da parte permanente, ou o aumento das dívidas fundadas interna e externa é superior à Mutação Patrimonial Passiva que deveria produzir; e se for menor que 1, Receita Ambivalente foi menor que a Mutação Patrimonial Passiva, configurando que a receita ambivalente recebida é inferior ao valor das baixas dos bens, valores e créditos e das incorporações da dívida funda interna e externa que provocam Mutação Patrimonial Passiva (KOHAMA, 2011).

2.4.4.2. Quociente da Mutação Patrimonial Ativa

$$\frac{\text{Despesa Ambivalente}^{17}}{\text{Mutação Patrimonial Ativa}^{18}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que Despesa Ambivalente foi igual à Mutação Patrimonial Ativa; se for maior que 1, Despesa Ambivalente foi maior que a Mutação Patrimonial Passiva, configurando em duas possibilidades: a despesa realizada provocou a aumento dos bens, créditos e valores da parte permanente, ou a diminuição das dívidas fundadas interna e externa é superior à Mutação Patrimonial Ativa que deveria produzir; e se for menor que 1, Despesa Ambivalente foi menor que a Mutação Patrimonial Ativa, configurando que a despesa ambivalente realizada causou incorporação no ativo permanente ou baixa no passivo permanente é menor que a Mutação Patrimonial Ativa (KOHAMA, 2011).

2.4.4.3. Quociente do Resultado das Mutações Patrimoniais

$$\frac{\text{Mutação Patrimonial Ativa}}{\text{Mutação Patrimonial Passiva}}$$

¹⁷ “Aquele que provém de fatos que causam, ao mesmo tempo, dois aspectos opostos, do ponto de vista das Variações Patrimoniais, ou seja, um passivo Resultante da Execução Orçamentária e outro ativo pela Mutação Patrimonial que produz... Constitui-se, geralmente, de: material de consumo, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida interna e externa” (KOHAMA, P.194 2011).

¹⁸ “a permuta produzida, quer diminuindo o ativo permanente quer aumentando o passivo permanente do Balanço Patrimonial pela despesa ambivalente realizada” (KOHAMA, P. 194, 2011).

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a Mutação Patrimonial Ativa foi igual à Mutação Patrimonial Passiva; se for maior que 1, a Mutação Patrimonial Ativa foi maior que Mutação Patrimonial Passiva, configurando que houve mais incorporação de bens, créditos e valores e baixa da dívida fundada do que a situação inversa; e se for menor que 1, a Mutação Patrimonial Ativa foi menor que Mutação Patrimonial Passiva, configurando que houve mais baixa de bens, créditos e valores e incorporação da dívida fundada do que a situação inversa (KOHAMA, 2011).

O autor argumenta também que não há um resultado esperado. Caso o resultado seja 1, há um equilíbrio; caso seja maior que 1, a despesa orçamentária realizada aumentou mais o patrimônio do que a receita orçamentária realizada, sendo considerado um resultado positivo; caso seja menor que 1, houve diminuição do patrimônio decorrente da execução orçamentária, sendo considerado um resultado negativo (KOHAMA, 2011).

2.4.4.4. Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária

$$\frac{\text{Independente da Execução Orçamentária Ativa}}{\text{Independente da Execução Orçamentária Passiva}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a Variação Patrimonial Independente da Execução Orçamentária Ativa foi igual à Variação Patrimonial Independente da Execução Orçamentária Passiva; se for maior que 1, a Variação Patrimonial Independente da Execução Orçamentária Ativa foi maior que a Variação Patrimonial Independente da Execução Orçamentária Passiva, configurando que as Superveniências Ativas¹⁹ ou Insustentabilidades Passivas²⁰ foram maiores que as Insustentabilidades Ativas²¹ e Superveniências Passivas²²; e se for menor que 1, a

¹⁹ “Movimentações que ocorrem por fatos inesperados que aumentam o patrimônio, por exemplo, nascimento de animais” (KOHAMA, P.198, 2011).

²⁰ “São movimentações que ocorrem por fatos que não podem mais subsistir e que aumentam o patrimônio, por exemplo, cancelamento de dívidas” (KOHAMA, P. 198, 2011).

²¹ “São movimentações que ocorrem por fatos que não podem mais subsistir e que diminuem o patrimônio, por exemplo, morte de um animal” (KOHAMA, P. 198, 2011).

²² “São movimentações que ocorrem por fatos inesperados e que diminuem o patrimônio, por exemplo, aumento da dívida externa por elevação da taxa de câmbio” (KOHAMA, P. 198, 2011).

Variação Patrimonial Independente da Execução Orçamentária Ativa foi menor que a Variação Patrimonial Independente da Execução Orçamentária Passiva, configurando que as Superveniências Ativas ou Insubsistências Passivas foram menores que as Insubsistências Ativas e Superveniências Passivas (KOHAMA, 2011).

O autor argumenta que neste quociente também não há um resultado esperado. Caso o resultado seja 1, há um equilíbrio; caso seja maior que 1, houve aumento do patrimônio por acréscimo no ativo permanente ou diminuição do passivo permanente, sendo considerado um resultado positivo; caso seja menor que 1, houve diminuição do patrimônio independente da execução orçamentária, sendo considerado um resultado negativo (KOHAMA, 2011).

2.4.4.5. Quociente do Resultado das Variações na Parte Permanente

$$\frac{\text{Soma das Mutações Patrimoniais Ativas + Independentes de Ex. Orçam. Ativa}}{\text{Soma das Mutações Patrimoniais Passivas + Independentes de Ex. Orç. Passiva}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a Soma das Mutações Patrimoniais Ativas + Independentes de Execução Orçamentária Ativa foram iguais a Soma das Mutações Patrimoniais Passivas + Independentes de Execução Orçamentária Passiva; se for maior que 1, a Soma das Mutações Patrimoniais Ativas + Independentes de Execução Orçamentária Ativa foram maiores que a Soma das Mutações Patrimoniais Passivas + Independentes de Execução Orçamentária Passiva, configurando que os aumentos do ativo permanente e diminuições do passivo permanente foram maiores que as baixas do ativo permanente e as incorporações do passivo permanente; e se for menor que 1, a Soma das Mutações Patrimoniais Ativas + Independentes de Execução Orçamentária Ativa foram menores que a Soma das Mutações Patrimoniais Passivas + Independentes de Execução Orçamentária Passiva, configurando que os aumentos do ativo permanente e diminuições do passivo permanente foram menores que as baixas do ativo permanente e as incorporações do passivo permanente (KOHAMA, 2011).

Para o autor, também neste quociente não há um resultado esperado. Caso o resultado seja 1, há um equilíbrio; caso seja maior que 1, houve aumento do ativo patrimonial e também um decréscimo do passivo permanente; caso seja menor que

1, houve diminuição do ativo permanente ou aumento do passivo permanente, sendo considerado um resultado negativo (KOHAMA, 2011).

2.4.4.6. Quociente Patrimonial da Execução Orçamentária

$$\frac{\text{Receita Orçamentária} + (\text{Dívida Ativa do Exercício} + \text{Direitos Contratuais})}{\text{Despesa Orçamentária}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que o Ativo Financeiro é igual ao Passivo Financeiro; se for maior que 1, o Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro, configurando em superávit financeiro apurado no balanço patrimonial, pois há um excesso de recursos financeiros (disponibilidades mais direitos realizáveis sobre as obrigações de curto prazo); e se for menor que 1, o Ativo Financeiro é menor que o Passivo Financeiro, configurando em déficit financeiro apurado no balanço patrimonial, já que a soma das disponibilidade e os direitos realizáveis não são suficientes para pagar as obrigações de curto prazo (KOHAMA, 2011).

Ainda nas palavras de Kohama (2011, p.175), este quociente demonstra “o quanto de créditos, valores realizáveis e valores numerários existem em relação aos compromissos e obrigações exigíveis em curto prazo”.

O autor argumenta também sobre a importância do índice, já que o superávit financeiro verificado nele é uma das fontes para abertura de créditos adicionais. Além disso, ele exprime que no caso do índice ser negativo, há a necessidade de verificação da existência de algum convênio com potencial de recebimento de direitos em curto prazo registrado nas contas de compensação, uma vez que a despesa já pode ter sido empenhada, mas o registro do futuro recebimento não consta no ativo financeiro (KOHAMA, 2011).

2.4.4.7. Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{Total das Variações Ativas}}{\text{Total das Variações Passivas}}$$

Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que o Total das Variações Ativas foi igual ao Total das Variações Passivas; se for maior que 1, o Total das Variações Ativas foi maior que o Total das Variações Passivas; e se for menor que 1, o Total

das Variações Ativas foi menor que o Total das Variações Passivas (KOHAMA, 2011).

Esse quociente revela o resultado patrimonial do exercício, sendo assim, quando for maior que 1 demonstrará um superávit patrimonial e quando for menor demonstrará um déficit patrimonial (KOHAMA, 2011).

2.5. Indicadores de Gestão do TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) através do Acórdão 2.267/2005 e do Acórdão 600/2006 estabeleceu os indicadores de gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Estes indicadores devem constar no Relatório de Gestão Anual dos institutos federais.

A inclusão dos indicadores no referido relatório visa a construção de uma série histórica para acompanhar a evolução de aspectos relevantes do desempenho das instituições de ensino, conforme já havia sido feito com as instituições de ensino superior, porém com a construção de outros indicadores peculiares ao ensino profissional e tecnológico. Abaixo segue cada um dos doze indicadores instituídos pelo TCU.

2.5.1. Relação Candidato / Vaga

$$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}}$$

Neste indicador é levado em consideração o número de inscrições para o vestibular e processos seletivos e o total de vagas ofertadas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingressos (ACÓRDÃO TCU 2.267/2005).

2.5.2. Relação Ingressos / Alunos

$$\frac{\text{Ingressos} \times 100}{\text{Alunos Matriculados}}$$

Neste indicador é levado em consideração o número de alunos ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e de outras formas e o total de matrículas no

ano, considerando o conceito de matrículas do INEP/CENSO (ACÓRDÃO TCU 2.267/2005).

2.5.3. Relação Concluintes / Alunos

$$\frac{\text{Concluintes} \times 100}{\text{Alunos Matriculados}}$$

Neste indicador é levado em consideração o número de alunos que integralizaram os créditos e estão aptos a colar grau e o total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP/CENSO (ACÓRDÃO TCU 2.267/2005).

2.5.4. Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes

$$\frac{\sum \text{de Concluintes por modalidade} \times 100}{\sum \text{de Ingressos ocorridos por modalidade}}$$

Este indicador serve para medir a eficiência das instituições. Nele é levado em consideração o número de alunos que integralizaram os créditos e estão aptos a colar grau e o número de alunos ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e de outras formas e o total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP/CENSO (ACÓRDÃO TCU 2.267/2005).

2.5.5. Índice de Retenção do Fluxo Escolar

$$\frac{\text{Reprovação} + \text{trancamento} \times 100}{\text{Alunos matriculados}}$$

Neste indicador é levado em consideração o número de alunos que trancaram o curso ou foram reprovados e o total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP/CENSO (ACÓRDÃO TCU 2.267/2005).

2.5.6. Relação Alunos / Docente em Tempo Integral

$$\frac{\text{Aluno Matriculados}}{\text{Docentes em Tempo Integral}}$$

Neste indicador é levado em consideração o total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP/CENSO e o total de professores que presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, em regime de 40 horas semanais. No último caso, se os professores tiverem carga horária menor, serão computadas proporcionalmente (ACÓRDÃO TCU 2.267/2005).

2.5.7. Índice de Titulação do Corpo Docente

$$\frac{G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5}{G + A + E + M + D}$$

Este indicador serve para quantificar a titulação do corpo docente da instituição. Esta titulação é dividida em Graduado (G), Aperfeiçoado (A), Especialista (E), Mestre (M) e Doutor (D). No cálculo do indicador são atribuídos pesos que crescem conforme maior for a titulação (ACÓRDÃO TCU 2.267/2005).

2.5.8. Gastos Correntes por Aluno

$$\frac{\text{Total de Gastos Correntes} \times 100}{\text{Alunos Matriculados}}$$

Neste indicador é levado em consideração todos os gastos, excetuando os investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas e o total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP/CENSO (ACÓRDÃO TCU 2.267/2005).

2.5.9. Percentual de Gastos com Pessoal

$$\frac{\text{Total de Gastos com Pessoal} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$$

Neste indicador é levado em consideração os gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais, precatórios e o total de gastos de todas as fontes e todos os grupos de despesa (ACÓRDÃO TCU 2.267/2005).

2.5.10. Percentual de Gastos com Outros Custeios

$$\frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$$

Neste indicador é levado em consideração os gastos totais de outros custeios menos os benefícios, investimentos e inversões financeiras e o total de gastos de todas as fontes e todos os grupos de despesa (ACÓRDÃO TCU 2.267/2005).

2.5.11. Percentual de Gastos com Investimentos

$$\frac{\text{Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$$

Neste indicador é levado em consideração os gastos totais com despesas destinadas ao planejamento e execução de obras, inclusive as relacionadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, além de despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituída, e o total de gastos de todas as fontes e todos os grupos de despesa (ACÓRDÃO TCU 2.267/2005).

2.5.12. Número de Alunos Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Per Capita

Este indicador foi incluído no rol de indicadores que deverão constar nos relatórios de gestão através do Acórdão 600/2006 do TCU para atender necessidade

de verificação do grau de inclusão social através do perfil socioeconômico. Não há um cálculo determinado, pois o indicador demonstrará a quantidade de alunos matriculados distribuídos de acordo com a renda (ACÓRDÃO TCU 600/2006).

3. METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentado o proceder metodológico utilizado na pesquisa. Este foi dividido conforme os tópicos que seguem para facilitar a explicação.

3.1. Métodos de Pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa foi empregado o método hipotético-dedutivo que segundo Vergara (2010, pag. 3) “deduz alguma coisa a partir da formulação de hipóteses que são testadas e busca regularidades e relacionamentos causais entre elementos”.

Para confirmação ou refutação das hipóteses que foram levantadas utilizou-se o software estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 20, para o cálculo do Coeficiente de Correlação de Pearson.

Neste estudo foi considerada como correlação forte aquela, apresentada por Larson e Farber (2010), cujo valor do Coeficiente de Correlação de Pearson foi maior que 0,80.

3.2. Tipos de pesquisa

O trabalho foi realizado tomando por base a taxionomia de tipos de pesquisa apresentada por Vergara (2010) que divide a pesquisa científica em dois critérios: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa pode ser classificada como explicativa, uma vez que o estudo buscou responder a ocorrência de um determinado fenômeno, analisando os fatores que o levaram a acontecer.

Quanto aos meios, a pesquisa pode ser classificada em bibliográfica, documental e estudo de caso. É bibliográfica porque parte do material de estudo é coletado em livros, revistas, redes eletrônicas, sendo estudada a Contabilidade Pública com seus desdobramentos. Documental, pois foram utilizados documentos em papel e eletrônicos pertencentes a órgão público. E também estudo de caso,

pois o estudo foi realizado em uma unidade organizacional, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

3.3. Universo e Amostra

O universo do estudo de caso foram as Demonstrações Contábeis e os Relatórios de Gestão do IFPB. Por universo, entenda-se o conjunto de elementos que têm características que serão objeto de estudo (VERGARA, 2010).

A amostra, segundo Vergara (2010) é uma parte do universo, baseada em algum critério, podendo ser probabilística (baseado em estatística) ou não probabilística. Sendo assim, o estudo teve como amostra as Demonstrações Contábeis e os Relatórios de Gestão do IFPB do período de 2010 a 2012, estabelecida através do tipo de amostra probabilística. O período foi escolhido pelo critério legal, uma vez que legalmente a instituição foi criada a partir da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Antes disto, a instituição fazia parte de outra estrutura administrativa que foge do objetivo deste estudo. No entanto foram excluídos os anos de 2009 e 2013, aquele por não existir orçamento aprovado para o ano e este por não existir Relatório de Gestão até o momento da coleta dos dados.

3.4. Coleta de Dados

Segundo Vergara (2011), a informação sobre a coleta de dados é o momento onde se informa ao leitor como os dados foram obtidos para responder ao problema de pesquisa. Dito isto, veremos como foram adquiridos os dados de acordo com os tipos de pesquisa já relatados.

Em relação ao tipo de pesquisa bibliográfica, a pesquisa tem como base livros de Contabilidade Geral, Contabilidade Pública e Análise das Demonstrações Contábeis e Balanços Públicos, além de legislações e normas divulgadas em meio eletrônico.

Por sua vez, relacionado ao tipo de pesquisa explicativa, documental e estudo de caso foram coletados os indicadores de gestão nos Relatórios de Gestão do IFPB

e também as Demonstrações Contábeis do IFPB no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As Demonstrações Contábeis coletadas foram: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.

As outras demonstrações exigidas pelas normas contábeis ainda não estão sendo executadas pela maioria das instituições públicas, inclusive o IFPB, tendo sido prorrogadas suas adoções por parte dos entes públicos para o final do exercício de 2014, conforme a Portaria STN nº 753/2012.

3.5. Tratamento de Dados

O tratamento dos dados foi realizado em quatro momentos.

No primeiro momento foram calculados, analisados e interpretados os quocientes contábeis a partir das quatro Demonstrações Contábeis coletadas no SIAFI – Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.

Em um segundo foram coletados os indicadores de Gestão nos Relatórios de Gestão do IFPB.

No terceiro momento, foi utilizado o software aplicativo estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 20, para o cálculo da correlação dos indicadores de cada Demonstração Contábil com os indicadores de gestão.

Já no quarto e último momento foram analisados e interpretados os resultados da correlação dos indicadores, onde não existindo relação significativa entre os indicadores contábeis e os indicadores de gestão, a hipótese H0 é aceita, porém existindo relação significativa esta é refutada e a H1 é aceita.

3.5.1. Atualização dos Valores Monetários

Numa análise comparativa de valores monetários em diferentes anos há a necessidade de preocupa-se com a atualização destes valores, uma vez que haverá diferentes níveis de poder aquisitivo da moeda (ASSAF NETO, 2012).

A fim de corrigir isto, e ter bases confiáveis para realizar a análise das Demonstrações Contábeis, os valores foram atualizados através do Índice Geral de Preço – Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgados pela Fundação Getulio Vargas (FGV), pois este já fora utilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para atualização das Demonstrações Contábeis do Setor Público (SILVA, 2012).

O valor de referência utilizado com base no IGP-DI de 2010/2012 foi 1,132154 e no IGP-DI de 2011/2012 foi 1,072314. Para o ano de 2012 não houve a necessidade de atualização monetária, pois foi o ano de referência.

4. Análise de Dados

A partir de agora serão apresentados os resultados dos cálculos realizados de acordo com os quocientes (indicadores) contábeis do estudo de Kohama (2011) com as respectivas interpretações. Além disto, serão apresentados os valores dos indicadores de gestão, oriundos do Relatório de Gestão. E, por fim, apresentam-se os resultados do Coeficiente de Correlação de Pearson dos indicadores contábeis com os indicadores de gestão e suas interpretações.

4.1. Resultados e interpretações dos Quocientes (Indicadores) Contábeis.

Nos quadros abaixo tem-se os resultados dos quocientes (indicadores) referentes a cada Demonstração Contábil – Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais – do IFPB. Logo em seguida há também as interpretações para estes indicadores.

4.1.1. Resultado do cálculo dos indicadores do Balanço Orçamentário

O primeiro Balanço analisado foi o Balanço Orçamentário. Não foi possível calcular o Quociente de Cobertura dos Créditos Adicionais, pois não houve dados suficientes para seu cálculo. Os resultados dos demais indicadores estão no quadro abaixo.

Quadro 6 – Indicadores do Balanço Orçamentário do IFPB

Quociente	2010	2011	2012
Execução da Receita	0,8147	1,0752	1,5638
Equilíbrio Orçamentário	1	135,8518	638,7473
Execução da Despesa	0,9819	0,9349	0,9466
Resultado Orçamentário	0,8297	0,0085	0,0026

Fonte: Elaborado pelo autor

O ideal no resultado dos indicadores desta Demonstração Contábil é que eles sejam iguais ou próximos a1. Nos resultados dos Balanços Orçamentários do IFPB dos anos 2010, 2011 e 2012, temos as seguintes interpretações:

1. Execução da Receita: No ano de 2010, o indicador está abaixo de 1, isto configura que houve falta de arrecadação em relação à previsão; já nos anos 2011 e 2012, ocorre o inverso, há excesso de arrecadação em relação à previsão.
2. Equilíbrio Orçamentário: Apenas no ano de 2010 há o equilíbrio orçamentário, uma vez que o valor do indicador é 1; no ano de 2011 o indicador apresenta um enorme aumento, sendo maior ainda no ano de 2012, isto demonstra que a despesa fixada foi maior que a receita fixada e é explicada pela abertura de créditos adicionais;
3. Execução da Despesa: Nos três anos estudados os indicadores ficaram abaixo de 1, o que é considerado normal, uma vez que demonstra o quanto de despesa autorizada foi executada. Estes valores nunca poderiam ser maiores que 1, já que demonstraria que existiu despesa executada que não foi autorizada legalmente. Percebe-se também que os valores são bem próximas a 1, o que demonstra que quase toda despesa autorizada foi executada, e neste caso, porém como não foi, houve uma economia orçamentária;
4. Resultado Orçamentário: Verifica-se que a receita executada foi menor que a despesa executada nos três anos estudados, configurando em déficit orçamentário de execução. No entanto, é perceptível a grande diminuição dos valores nos anos de 2011 e 2012. Entretanto, este indicador deve ser comparado com outros indicadores de outros Balanços, evitando assim distorções nas interpretações, o que será feito adiante.

É necessário entender que o valor abaixo de um no primeiro ano analisado na Execução da Receita é considerado normal, já que o que há é uma previsão do que a instituição irá arrecadar, podendo esta ser maior ou menor. A mesma observação serve para os anos seguintes em que há excesso de arrecadação. Este indicador só torna-se preocupando quando os valores estão muito afastados de 1, pois demonstraria um planejamento orçamentário deficitário.

Já o indicador do Equilíbrio orçamentário apresenta valores muito acima de 1, o que fica claro que houve a abertura de créditos adicionais. Estes créditos abertos foram abertos através de diversas fontes, dentre elas, o superávit apresentado no Balanço Patrimonial conforme será visto nos Resultados dos indicadores do Balanço

Patrimonial. No entanto, percebe-se que o indicador não tem muita utilidade para a análise.

Uma última ressalva poderia ser feita em relação aos valores muito abaixo de 1 dos anos 2011 e 2012 do indicador do Resultado Orçamentário, no entanto, conforme indicado por Kohama (2011), será analisada ao final conjuntamente com os indicadores do Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária do Balanço Financeiro e do Quociente Patrimonial da Execução Orçamentária da Demonstração das Variações Patrimoniais.

4.1.2. Resultado do cálculo dos indicadores do Balanço Financeiro

O segundo Balanço analisado foi o Balanço Financeiro. O quociente do Resultado dos Saldos Financeiros não foi utilizado na pesquisa já que não é apresentado no Balanço Financeiro da instituição estudada. Os resultados dos demais indicadores estão dispostos no quadro abaixo.

Quadro 7 – Indicadores do Balanço Financeiro do IFPB

Quociente	2010	2011	2012
Execução Orçamentária	0,8467	0,8344	0,8040
Financeiro Real da Exec. Orçam.	0,9589	0,9747	0,9307
Execução Orçamentária Corrente	0,0035	0,0105	0,0032
Execução Extra Orçamentária	1,1972	1,1864	1,1676
Resultado da Execução Financeira	1	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor

Assim como acontece com os indicadores do Balanço Orçamentário, o ideal no resultado dos indicadores do Balanço Financeiro é que eles sejam iguais ou próximos a 1. A seguir temos as interpretações dos índices do IFPB dos anos 2010, 2011 e 2012:

1. Execução Orçamentária: Todos os anos estudados ficaram abaixo de 1. Isto representa um déficit orçamentário na execução e movimentação financeira. Em outras palavras representa quanto da receita orçamentária existe para o pagamento da despesa orçamentária, indicando nos anos estudados que não há integralmente receita orçamentária para estes pagamentos;

2. Financeiro Real da Execução Orçamentária: Todos os anos estudados ficaram abaixo de 1, mas muito próximos a ele. Nestes anos há a configuração de déficit na execução orçamentária e financeira considerando apenas a Despesa Orçamentária Paga, ou seja, eliminando do cálculo os valores, neste caso, inscritos em restos a pagar;
3. Execução Orçamentária Corrente: Em todos os anos estudados os valores dos indicadores ficaram muito abaixo de 1, o que configura que a receita corrente recebida foi muito menor que a despesa corrente executada. Estes valores possivelmente foram financiados através das transferências recebidas visualizadas no Balanço Financeiro;
4. Execução Extra Orçamentária: Em todos os anos os valores dos indicadores ficaram acima de 1, o que demonstra que os recebimentos extra orçamentários foram maiores que os pagamentos extra orçamentários, sendo assim, considerado normal;
5. Resultado da Execução Financeira: Os valores dos indicadores nos três anos estudados foram iguais a 1, representando um equilíbrio financeiro em relação à receita total e à despesa total.

É preciso entender que parte das despesas orçamentárias é paga no exercício seguinte, através da inscrição em Restos a Pagar, sendo assim, se faz necessário analisar também o resultado do indicador Financeiro Real da Execução Orçamentária do Balanço Financeiro, pois a interpretação de ambos deve ser realizada em conjunto.

Dito isto, ao verificar o índice do Financeiro Real da Execução Orçamentária, percebemos que este muito se aproxima de 1, ou seja, quando se considera apenas as despesas que foram pagas, excetuando as que foram inscritas em Restos a Pagar, percebemos que os valores das Receitas Orçamentárias quase que integralmente cobriram os valores das despesas orçamentárias pagas.

Por fim, percebe-se que o cálculo da Execução Orçamentária Corrente apresenta distorções, pois não é típico do tipo de instituição analisada o recebimento de Receita Corrente, sendo um indicador irrelevante para a análise dos dados.

4.1.3. Resultado do cálculo dos indicadores do Balanço Patrimonial

O terceiro Balanço analisado foi o Balanço Patrimonial. Os resultados seguem abaixo.

Quadro 8 – Indicadores do Balanço Patrimonial do IFPB

Quociente	2010	2011	2012
Situação Financeira	1,0017	1,1097	1,0410
Situação Permanente	0,9793	1,3241	0,9928
Resultado Patrimonial	9,8887	17,4536	22,4207

Fonte: Elaborado pelo autor

O mesmo que acontece com os Balanços anteriores, o ideal no resultado dos indicadores do Balanço Patrimonial é que eles sejam iguais ou próximos a 1. A seguir temos algumas considerações dos índices do IFPB dos anos 2010, 2011 e 2012 dos três indicadores estudados:

1. Situação Financeira: Em todos os anos estudados o valor do indicador está acima de 1. Isto representa que o ativo financeiro é maior que o passivo financeiro, ou seja, há excesso de recursos financeiros apurados no Balanço Patrimonial;
2. Situação Permanente: Este indicador apresentou valores menores que 1, porém muito próximos a ele, nos anos 2010 e 2012, demonstrando que o ativo permanente é menor que o passivo permanente, ou seja, os direitos realizáveis a longo prazo não são suficientes para cobrir as obrigações de longo prazo; já no ano de 2011, a situação é inversa, o indicador foi maior que 1, demonstrando que o ativo permanente consegue cobrir o passivo permanente;
3. Resultado Patrimonial: Neste indicador, todos os anos estudados apresentam valores crescentes expressivos de um ano a outro. Isto demonstra que houve superávit patrimonial.

É importante esclarecer que o excesso verificado nos índices da Situação Financeira é uma das fontes para abertura de créditos adicionais (suplementares e especiais).

Já no indicador da Situação Permanente não há necessidade de preocupação com os valores abaixo de 1 nos anos 2010 e 2012, já que estão muito próximos a 1, além de serem obrigações de longo prazo.

Por fim, os resultados do indicador do Resultado Patrimonial apresentam crescimento de um ano a outro, o que representa um resultado positivo para a instituição.

4.1.4. Resultado do cálculo dos indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais

A última Demonstração Contábil analisada foi a Demonstração das Variações Patrimoniais. No entanto, um dos indicadores, Mutação Patrimonial Passiva, não foi possível ser calculado, pois a instituição estudada não possuiu no período analisado Receita Ambivalente. Os resultados dos demais indicadores seguem no quadro abaixo.

Quadro 9 – Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais do IFPB

Quociente	2010	2011	2012
Mutação Patrimonial Ativa	0,5879	0,5882	0,6831
Resultado das Mutações Patrimoniais	2580,9139	4305,8711	14390,3185
Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária	1,2956	1,1925	1,0787
Resultado das Variações na Parte Permanente Patrimonial da Execução Orçamentária	1,5811	1,5397	1,3038
Resultado das Variações Patrimoniais	1,1394	1,1372	1,0691

Fonte: Elaborado pelo autor

Por fim, o desejável no resultado dos indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais é que eles sejam maiores que 1. A seguir temos as interpretações dos índices do IFPB dos anos 2010, 2011 e 2012:

1. Mutação Patrimonial Ativa: Em todos os anos estudados o valor do indicador está abaixo de 1. Isto representa que a Despesa Ambivalente foi menor que a Mutação Patrimonial Ativa, configurando que a despesa ambivalente realizada que causa incorporação no ativo permanente ou baixa no passivo permanente é menor que a Mutação Patrimonial Ativa;

2. Resultado das Mutações Patrimoniais: Este indicador apresentou valores bem maiores que 1 e crescente ao longo dos anos, demonstrando que a Mutação Patrimonial Ativa foi maior que Mutação Patrimonial Passiva, configurando que houve mais incorporação de bens, créditos e valores e baixa da dívida fundada do que a situação inversa. Este resultado exprime um resultado positivo e é explicado pela expansão institucional nos anos estudados;
3. Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária: Neste indicador, todos os anos estudados apresentam valores acima de 1. Isto demonstra que houve aumento do patrimônio por acréscimo no ativo permanente ou diminuição do passivo permanente, sendo considerado um resultado positivo;
4. Resultado das Variações na Parte Permanente: Em todos os anos os indicadores são positivos, demonstrando que houve aumento do ativo patrimonial e também um decréscimo do passivo permanente;
5. Patrimonial da Execução Orçamentária: Os indicadores estão acima de 1, nos três anos analisados, demonstrando que o Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro, configurando assim, um superávit financeiro apurado no balanço patrimonial, pois há um excesso de recursos financeiros. Importante frisar que este resultado demonstra que podem ser abertos créditos adicionais, caso necessário;
6. Resultado das Variações Patrimoniais: Em todos os anos, os valores dos indicadores são maiores que 1, o que demonstra um superávit patrimonial.

Pode-se analisar neste momento o indicador Patrimonial da Execução Orçamentária em conjunto com o Financeiro Real da Execução Orçamentária do Balanço Financeiro e o Resultado Orçamentário do Resultado Orçamentário. Apesar de este último ter apresentado valores muito abaixo de 1 em dois dos três anos analisados, a instituição ainda consegue quase que integralmente realizar pagar suas despesas orçamentárias com as receitas orçamentárias – como demonstrado no indicador do Balanço Financeiro – e também ainda consegue ter excessos de recursos financeiros que podem ser fonte de abertura de crédito suplementar e especial.

4.1.5. Resumo dos indicadores contábeis

A seguir será apresentado um quadro com o resumo dos resultados dos indicadores contábeis do IFPB dos anos 2010 a 2012 com uma breve interpretação de cada indicador.

Quadro 10 – Resumo dos Resultados dos Quocientes (Indicadores) Contábeis do IFPB.

BALANÇO	QUOCIENTE (INDICADOR)	2010	2011	2012	INTERPRETAÇÃO
ORÇAMENTÁRIO	Execução da Receita	0,8147	1,0752	1,5638	Falta de arrecadação em 2010 e excesso de arrecadação em 2011 e 2012
	Equilíbrio Orçamentário	1	135,8518	638,7473	Equilíbrio em 2010 e despesa maior que a receita em 2011 e 2012
	Execução da Despesa	0,9819	0,9349	0,9466	Economia orçamentária
	Resultado Orçamentário	0,8297	0,0085	0,0026	Déficit orçamentário na execução
FINANCEIRO	Execução Orçamentária	0,8467	0,8344	0,8040	Déficit orçamentário na execução e movimentação financeira
	Financeiro Real da Exec. Orçam.	0,9589	0,9747	0,9307	Déficit orçamentário na execução e movimentação financeira da despesa paga
	Execução Orçamentária Corrente	0,0035	0,0105	0,0032	Receita corrente recebida foi menor que a despesa corrente executada
	Execução Extra Orçamentária	1,1972	1,1864	1,1676	Recebimentos extra orçamentários foram maiores que os pagamentos
	Resultado da Execução Financeira	1	1	1	Equilíbrio financeiro
PATRIMONIAL	Situação Financeira	1,0017	1,1097	1,0410	Excesso de recursos financeiros apurados no Balanço Patrimonial
	Situação Permanente	0,9793	1,3241	0,9928	Passivo Permanente maior que Ativo permanente em 2010 e 2012 e inverso em 2011
	Resultado Patrimonial	9,8887	17,4536	22,4207	Superávit patrimonial
DVP	Mutação Patrimonial Ativa	0,5879	0,5882	0,6831	Despesa ambivalente menor que mutação patrimonial ativa
	Resultado das Mutações Patrimoniais	2580,9139	4305,8711	14390,3185	Mutação patrimonial ativa maior que a mutação patrimonial passiva
	Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária	1,2956	1,1925	1,0787	Aumento no patrimônio por acréscimo no ativo permanente
	Resultado das Variações na Parte Permanente	1,5811	1,5397	1,3038	Aumento no ativo patrimonial
	Patrimonial da Execução Orçamentária	1,0739	1,0993	1,0589	Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial
	Resultado das Variações Patrimoniais	1,1394	1,1372	1,0691	Superávit patrimonial nas variações patrimoniais

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2. Indicadores de Gestão.

A seguir estão os indicadores de gestão do IFPB no período estudado – 2010 a 2012. Os valores dos Gastos Corrente por Aluno dos anos 2010 e 2011 foram atualizados monetariamente através do IGP-DI, como se verifica no quadro abaixo.

Quadro 11 – Indicadores de Gestão do IFPB

Ano	Candidato / Vaga	Ingressos / Alunos	Concluintes / Alunos	Eficiência Acadêmica	Retenção Fluxo Escolar	Alunos / Docentes Tempo Integral	Titulação do Corpo Docente	Gastos Correntes por Aluno
2010	16,87	40,95	6,28	28,56	16,41	23,3	3,51	10066,82*
2011	12,12	32,89	4,44	25,2	2,5	20,42	3,36	10633,56*
2012	11,11	24,7	7,8	39,4	41,2	23,23	3,8	10793,53

*O valor foi atualizado de acordo com o IGP-DI

Fonte: Relatório de Gestão IFPB 2012 (Atualizado)

Não foi possível coletar os dados dos indicadores do percentual de gastos com pessoal, do percentual de gastos com outros custeios, do percentual de gastos com investimentos e do número de alunos matriculados classificados de acordo com a renda per capita, pois seus valores não foram disponibilizados nos Relatórios de Gestão da instituição no período estudado.

4.3. Resultados e Intepretações do Coeficiente de Correlação dos Quocientes (Indicadores) das Demonstrações Contábeis com os Indicadores de Gestão.

Neste momento serão apresentados os resultados do Coeficiente de Correlação de Pearson das Demonstrações Contábeis com os Indicadores de Gestão do IFPB obtidos através da utilização do Software SPSS, versão 20, e as respectivas interpretações. Os dados foram tratados separadamente pelos indicadores de cada Demonstração Contábil conforme abaixo.

O primeiro quadro apresentado é o do Balanço Orçamentário.

Quadro 12 – Correlação dos Indicadores Contábeis do Balanço Orçamentário e dos Indicadores de Gestão do IFPB

Correlations									
		Candidato / Vaga	Ingressos / Alunos	Concluintes / Alunos	Eficiência Acadêmica	Retenção Fluxo Escolar	Alunos / Docentes Tempo Integral	Titulação do Corpo Docente	Gastos Correntes por Aluno
Execução da Receita	Pearson Correlation	-,857	-,985	,642	,808	,757	,173	,173	,884
	Sig. (2-tailed)	,345	,111	,556	,401	,453	,889	,889	,309
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Equilíbrio Orçamentário	Pearson Correlation	-,772	-,949	,748	,886	,845	,316	,316	,806
	Sig. (2-tailed)	,439	,205	,462	,307	,359	,795	,795	,403
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Execução da Despesa	Pearson Correlation	,922	,721	,239	-,001	,080	,693	,693	-,899
	Sig. (2-tailed)	,253	,487	,846	,999	,949	,513	,513	,288
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Resultado Orçamentário	Pearson Correlation	,989	,869	-,006	-,246	-,167	,495	,495	-,979
	Sig. (2-tailed)	,095	,329	,996	,842	,893	,671	,671	,131
	N	3	3	3	3	3	3	3	3

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: SPSS, versão 20.

Através do resultado demonstrado no quadro acima pode-se verificar que alguns indicadores contábeis têm uma forte correlação positiva – quando os valores crescem proporcionalmente, sendo considerada forte por ser acima de 0,8 - com os indicadores de gestão, conforme a seguir:

- Execução da Receita com Eficiência Acadêmica e com Gastos Correntes por Aluno;
- Equilíbrio Orçamentário com Eficiência Acadêmica, com Retenção do Fluxo Escolar e com gastos correntes por aluno;
- Execução da Despesa com Candidato por Vaga;
- Resultado Orçamentário com Candidato por Vaga e com Ingressos por alunos.

Por sua vez, alguns indicadores têm uma forte correlação negativa – quando os valores decrescem de forma inversamente proporcional, também sendo considerada forte por ser acima de 0,8 – com os indicadores de gestão conforme a seguir:

- Execução da Receita com Candidato por Vaga e com Ingressos por alunos;
- Equilíbrio Orçamentário com Ingressos por alunos;
- Execução da Despesa com Gastos Correntes por Aluno;
- Resultado Orçamentário com Gastos Correntes por Aluno.

No entanto em nenhum dos casos a correlação é considerada estatisticamente relevante, pois a taxa de significância de todos os indicadores mencionados é maior que 0,05.

Da mesma forma como foi feito com os indicadores do Balanço Orçamentário, abaixo está demonstrado o resultado da correção dos indicadores do Balanço Financeiro com os indicadores de gestão.

Quadro 13 – Correlação dos Indicadores Contábeis do Balanço Financeiro e dos Indicadores de Gestão do IFPB

Correlations									
		Candidato / Vaga	Ingressos / Alunos	Concluintes / Alunos	Eficiência Acadêmica	Retenção Fluxo Escolar	Alunos / Docentes Tempo Integral	Titulação do Corpo Docente	Gastos Correntes por Aluno
Execução Orçamentária	Pearson Correlation	,821	,971	-,692	-,845	-,799	-,238	-,238	-,851
	Sig. (2-tailed)	,387	,153	,514	,359	,411	,847	,847	,351
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Financeiro Real da Exec. Orçam.	Pearson Correlation	,312	,633	-,987	-,997	-1,000**	-,774	-,774	-,364
	Sig. (2-tailed)	,798	,564	,103	,052	,000	,436	,436	,763
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Execução Orçamentária Corrente	Pearson Correlation	-,325	,036	-,884	-,745	-,797	-,999*	-,999*	,272
	Sig. (2-tailed)	,789	,977	,310	,465	,413	,023	,023	,824
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Execução Extra Orçamentária	Pearson Correlation	,867	,988	-,628	-,796	-,745	-,154	-,154	-,893
	Sig. (2-tailed)	,332	,099	,568	,414	,465	,901	,901	,297
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Resultado da Execução Financeira	Pearson Correlation	.a	.a	.a	.a	.a	.a	.a	.a
	Sig. (2-tailed)								
	N	3	3	3	3	3	3	3	3

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

a. Cannot be computed because at least one of the variables is constant.

Fonte: SPSS, versão 20.

Pode-se verificar igualmente que alguns indicadores contábeis têm uma forte correlação positiva com os indicadores de gestão, conforme a seguir:

- Execução Orçamentária com Candidato por Vaga e com Ingressos por alunos;
- Execução Extra Orçamentária com Candidato por Vaga e com Ingressos por alunos.

O indicador Financeiro Real da Execução Orçamentária e o indicador Execução Orçamentária Corrente não apresentaram correlação positiva forte com nenhum indicador de gestão.

Já alguns indicadores têm uma forte correlação negativa com os indicadores de gestão conforme a seguir:

- Execução Orçamentária com Eficiência Acadêmica e com Gastos Correntes por Aluno;
- Financeiro Real da Execução Orçamentária com Concluinte s/ alunos e com Eficiência Acadêmica;
- Execução Orçamentária Corrente com Concluinte s/ Alunos, com Alunos por Docentes em Tempo Integral e com Titulação do Corpo Docente;
- Execução Extra Orçamentária com Gastos Correntes por Aluno.

Observa-se também que as correlações com o indicador Resultado da Execução Financeira não foram calculados, pois este indicador é constante, impossibilitando assim o cálculo da correlação.

Em todos os casos acima a correlação não é considerada estatisticamente relevante, pois a taxa de significância de todos os indicadores mencionados é maior que 0,05, exceto na relação entre o indicador Financeiro Real da Execução Orçamentária com o indicador Eficiência acadêmica que apresenta taxa de significância de 0,052²³ e também na relação entre o indicador Execução Orçamentária Corrente com os indicadores Alunos por Docentes em Tempo Integral e Titulação do Corpo Docente em que ambos apresentaram uma taxa de significância de 0,023.

²³ Foi considerado relevante devido à proximidade com o valor 0,05.

Em relação à correlação entre o indicador Financeiro Real da Execução Orçamentária com o indicador Eficiência acadêmica podemos inferir que a medida que há o aumento no número de ingressos em valor superior ao de concluintes, o indicador irá diminuir, conseqüentemente com o aumento de alunos os valores destinados ao IFPB como Receita Orçamentária aumentariam, aumentando também o valor do indicador.

Já relacionado à correlação do indicador Execução Orçamentária Corrente com o indicador Alunos por Docentes em Tempo Integral, a explicação pode estar a maneira que aumentar a quantidade de alunos e este aumento não for acompanhado proporcionalmente pelo aumento dos Docentes em Tempo Integral, conseqüentemente aumentará o indicador Alunos por Docentes em Tempo Integral, aumentando provavelmente também as despesas correntes e diminuindo assim o indicador da execução orçamentária corrente.

Da mesma maneira, se houver aumento no indicador Titulação do Corpo Docente, gerará um aumento nas despesas correntes, conseqüentemente diminuirá o indicador Execução Orçamentária Corrente.

Ressalta-se ainda que o indicador Financeiro Real da Execução Orçamentária apresentou uma perfeita correlação negativa com o indicador Retenção do Fluxo Escolar e é considerado estatisticamente relevante, pois a taxa de significância apresentou valor igual a zero.

Esta correlação pode ser explicada na medida em que a receita diminuiria com o aumento das retenções, ou seja, o indicador de Retenção aumentaria com o aumento dos alunos retidos, e a receita orçamentária destinada para suprir a necessidade do corpo discente diminuiria, diminuindo assim o indicador contábil.

Igualmente conforme foi feito com os indicadores dos dois balanços anteriores, abaixo está demonstrado o resultado da correção dos indicadores do Balanço Patrimonial com os indicadores de gestão.

Quadro 14 – Correlação dos Indicadores Contábeis do Balanço Patrimonial e dos Indicadores de Gestão do IFPB

		Correlations							
		Candidato / Vaga	Ingressos / Alunos	Concluintes / Alunos	Eficiência Acadêmica	Retenção Fluxo Escolar	Alunos / Docentes Tempo Integral	Titulação do Corpo Docente	Gastos Correntes por Aluno
Situação Financeira	Pearson Correlation	-,671	-,359	-,628	-,423	-,495	-,933	-,933	,629
	Sig. (2-tailed)	,532	,766	,567	,722	,670	,234	,234	,567
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Situação Permanente	Pearson Correlation	-,391	-,035	-,848	-,696	-,752	-,999	-,999	,340
	Sig. (2-tailed)	,744	,978	,355	,510	,458	,022	,022	,779
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Resultado Patrimonial	Pearson Correlation	-,969	-,993	,394	,603	,536	-,119	-,119	,981
	Sig. (2-tailed)	,158	,076	,742	,588	,640	,924	,924	,123
	N	3	3	3	3	3	3	3	3

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: SPSS, versão 20.

Pode-se verificar que apenas um indicador contábil tem uma forte correlação positiva com um indicador de gestão:

- Resultado Patrimonial com Gastos Correntes por Aluno.

Já todos indicadores têm uma forte correlação negativa com os indicadores de gestão conforme a seguir:

- Situação Financeira com Alunos por Docentes em Tempo Integral e com Titulação do Corpo Docente;
- Situação Permanente com Concluintes / alunos, com Alunos por Docentes em Tempo Integral e com Titulação do Corpo Docente;
- Resultado Patrimonial com Candidato por Vaga e com Ingressos por alunos.

As correlações do Balanço Patrimonial com os indicadores de gestão não são consideradas estatisticamente relevantes, pois a taxa de significância de todos os indicadores mencionados é maior que 0,05, exceto o indicador contábil da Situação Permanente com os indicadores Alunos por Docentes em Tempo Integral e Titulação do Corpo Docente em que ambos apresentaram uma taxa de significância de 0,022.

Estas correlações podem ser explicadas pelo aumento no Ativo Permanente com ampliação das instalações físicas, por exemplo, aumentando o indicador da Situação Permanente a medida que diminuiria os indicadores Alunos por Docentes em Tempo Integral, já que o aumento desses docentes demandaria uma maior estrutura física.

Por fim, a seguir está a análise da correlação dos indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais e dos indicadores de gestão, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 15 – Correlação dos Indicadores Contábeis da Demonstração das Variações Patrimoniais e dos Indicadores de Gestão do IFPB

		Correlations							
		Candidato / Vaga	Ingressos / Alunos	Concluintes / Alunos	Eficiência Acadêmica	Retenção Fluxo Escolar	Alunos / Docentes Tempo Integral	Titulação do Corpo Docente	Gastos Correntes por Aluno
Mutação Patrimonial Ativa	Pearson Correlation	-,631	-,867	,865	,960	,934	,498	,498	,673
	Sig. (2-tailed)	,566	,332	,335	,181	,232	,668	,668	,530
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Resultado das Mutações Patrimoniais	Pearson Correlation	-,728	-,926	,790	,914	,879	,378	,378	,765
	Sig. (2-tailed)	,481	,247	,420	,265	,317	,753	,753	,446
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Resultado das Variações Patrim. Indep. da Exec. Orçamentária	Pearson Correlation	,923	1,000*	-,524	-,714	-,654	-,028	-,028	-,943
	Sig. (2-tailed)	,252	,018	,649	,494	,546	,982	,982	,217
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Resultado das Variações na Parte Permanente	Pearson Correlation	,730	,927	-,789	-,913	-,877	-,375	-,375	-,767
	Sig. (2-tailed)	,479	,245	,422	,267	,319	,755	,755	,444
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Patrimonial da Execução Orçamentária	Pearson Correlation	,009	,367	-,989	-,925	-,953	-,930	-,930	-,064
	Sig. (2-tailed)	,995	,761	,094	,248	,197	,239	,239	,959
	N	3	3	3	3	3	3	3	3
Resultado das Variações Patrimoniais	Pearson Correlation	,650	,879	-,852	-,953	-,925	-,476	-,476	-,691
	Sig. (2-tailed)	,550	,316	,351	,196	,248	,684	,684	,514
	N	3	3	3	3	3	3	3	3

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: SPSS, versão 20.

Pode-se verificar que alguns indicadores contábeis têm uma forte correlação positiva com os indicadores de gestão, conforme a seguir:

- Mutação Patrimonial Ativa com Concluinte s/ alunos, com Eficiência Acadêmica e com Retenção do Fluxo Escolar;
- Resultado das Mutações Patrimoniais com Eficiência Acadêmica e com Retenção do Fluxo Escolar;
- Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária com Candidato por Vaga;
- Resultado das Variações na Parte Permanente com Ingressos por alunos;
- Resultado das Variações Patrimoniais com Ingressos por alunos.

O indicador Patrimonial da Execução Orçamentária não apresenta correlação positiva forte com nenhum indicador de gestão.

Já alguns indicadores têm uma forte correlação negativa com os indicadores de gestão conforme a seguir:

- Mutação Patrimonial Ativa com Ingressos por alunos;
- Resultado das Mutações Patrimoniais com Ingressos por alunos;
- Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária com Gastos Correntes por Aluno;
- Resultado das Variações na Parte Permanente com Eficiência Acadêmica e com Retenção do Fluxo Escolar;
- Patrimonial da Execução Orçamentária com Concluinte s/ alunos, com Eficiência Acadêmica, com Retenção do Fluxo Escolar, com Alunos por Docentes em Tempo Integral e com Titulação do Corpo Docente;
- Resultado das Variações Patrimoniais com Concluinte s/ alunos e com Eficiência Acadêmica e com Retenção do Fluxo Escolar.

Em todos os casos acima a correlação não é considerada estatisticamente relevante, pois a taxa de significância de todos os indicadores mencionados é maior que 0,05.

Ressalta-se, no entanto, que o indicador Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária apresentou uma perfeita correlação positiva com o indicador Ingressos por Alunos e é considerado

estatisticamente relevante, pois a taxa de significância apresentou valor igual a 0,018.

Este resultado pode explicado pela composição do indicador contábil, onde são levados em consideração os acréscimos patrimoniais no cálculo do Independente da Execução Orçamentária Ativa e os decréscimos patrimoniais no cálculo do Independente da Execução Orçamentária Passiva, sendo assim, quando há o aumento da quantidade de alunos ingressantes, o indicador Ingressos por alunos aumenta, aumentando também a necessidade de aumento do patrimônio para atender ao referido aumento da demanda.

Finalmente, no quadro abaixo tem-se o resumo das sete correlações fortes e relevantes estatisticamente entre os indicadores contábeis e indicadores de Gestão do IFPB do estudo realizado no triênio 2010 a 2012, já analisados anteriormente.

Quadro 16 – Resumo das Correlações Fortes e Relevantes Estatisticamente entre os Indicadores Contábeis e os Indicadores de Gestão do IFPB.

INDICADORES CONTÁBEIS		INDICADORES DE GESTÃO	
FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	$\frac{\text{RECEITA ORÇAMENTÁRIA}}{\text{DESPESA ORÇAMENTÁRIA PAGA}}$	EFICIÊNCIA ACADÊMICA RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR	$\frac{\text{ALUNOS CONCLUINTE}}{\text{ALUNOS INGRESSANTES}}$ $\frac{\text{ALUNOS RETIDOS}}{\text{ALUNOS MATRICULADOS}}$
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE	$\frac{\text{RECEITA CORRENTE}}{\text{DESPESA CORRENTE}}$	TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	$\frac{\text{ALUNOS}}{\text{DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL}}$ $\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D^*}$
SITUAÇÃO PERMANENTE	$\frac{\text{ATIVO PERMANENTE}}{\text{PASSIVO PERMANENTE}}$	TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	$\frac{\text{ALUNOS}}{\text{DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL}}$ $\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$
RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA	$\frac{\text{INDEP. DA EXEC. ORÇAM. ATIVA}}{\text{INDEP. DA EXEC. ORÇAM. PASSIVA}}$		$\frac{\text{ALUNOS INGRESSANTES}}{\text{ALUNOS MATRICULADOS}}$

*G= Graduação; A= Aperfeiçoamento; E= Especialização; M= Mestrado; D= Doutorado

Fonte: Elaborado pelo autor

Vale ressaltar que a análise acima foi realizada de acordo com os resultados encontrados, porém a instituição estudada está em um processo de expansão, o que pode ter impactado os resultados obtidos, causando possíveis distorções da realidade.

5. Conclusão

O objetivo desta pesquisa foi o de verificar a relação existente entre os indicadores contábeis e os indicadores de gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Para isto, visualizamos como funciona a Contabilidade Pública e os procedimentos necessários para gerar as Demonstrações Contábeis das entidades públicas, além da estrutura de cada demonstração.

Para atingir o fim da pesquisa, calculamos os indicadores contábeis dos anos 2010 a 2012 das quatro demonstrações contábeis estudadas – Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais –, sendo antes realizada a atualização dos valores monetários dos anos 2010 e 2011, levando-os aos valores do ano 2012, através do Índice Geral de Preço – Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgados pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Através da análise dos indicadores contábeis constatamos que alguns indicadores apresentavam grandes diferenças entre os anos, já a grande maioria deles foi considerada normal.

Nos indicadores do Balanço Orçamentário, o quociente do Equilíbrio Orçamentário apresentou um aumento de 13.485% no ano 2011 em relação ao ano 2010 e um aumento de 370% no ano 2012 em relação ao ano de 2001. Ressalta-se que o valor inicial do indicador no primeiro ano analisado, já era elevado. Estes valores expressivos do indicador foram explicados pela expansão do IFPB que foi criado ao final de 2009 e está em um processo de expansão com a criação de novos campi, além também da expansão nos campus já existentes.

Já nos indicadores do Balanço Financeiro, o quociente da Execução Orçamentária Corrente se destacou pelos valores muito abaixo de 1 – valor considerado como ideal - nos três anos da análise, porém já esperado, pela expansão já comentada anteriormente. Além disso, os valores das despesas orçamentárias correntes foram financiados pelas transferências orçamentárias.

Por sua vez, nos indicadores do Balanço Patrimonial, apresentaram grandes diferenças no indicador do Resultado Patrimonial, onde no ano de 2011 há um aumento de 177% em relação ao ano de 2010 e no ano de 2012 há um aumento de 28% em relação ao ano 2011. Esta situação é considerada excelente, pois o ideal é que os valores deste indicador sejam maiores que 1 e representa superávit patrimonial.

Por fim, nos indicadores das Demonstrações das Variações Patrimoniais, há grandes diferenças no indicador Resultado das Mutações Patrimoniais, onde em 2011 há um aumento de 66% em relação a 2010 e em 2012 há um aumento de 224% em relação a 2011. Ressalta-se que o valor inicial em 2010 já era elevado. Este indicador foi explicado pelo acréscimo patrimonial que foi muito maior que o decréscimo patrimonial ocorrido nos anos estudados no IFPB, fruto também da expansão institucional.

Ao se verificar a correlação de todos os indicadores contábeis com os indicadores de gestão do IFPB, chega-se a conclusão que há relação entre alguns indicadores. Desta forma, devido ao comportamento incipiente dos indicadores, não há como rejeitar nenhuma das hipóteses, já que dos dezoito indicadores contábeis analisados, apenas quatro apresentaram correlação forte e estatisticamente relevante com cinco dos oito indicadores de gestão estudados.

O Balanço Orçamentário foi o único em que não houve relevância estatística entre nenhum dos seus indicadores contábeis e os indicadores de gestão.

Diferentemente deste, o Balanço Financeiro foi o que mais teve indicadores com relevância estatística correlacional com os indicadores de gestão. Foram identificadas 4 correlações estatisticamente relevantes.

A correlação do indicador Execução Orçamentária Corrente como indicador Alunos por Docentes em Tempo Integral, a correlação do indicador Titulação do Corpo Docente com o indicador Execução Orçamentária Corrente e a correlação do indicador Financeiro Real da Execução Orçamentária com o indicador da Eficiência Acadêmica foram consideradas negativamente fortes e relevantes, onde seja, a medida que os indicadores contábeis aumentam, os indicadores de gestão

diminuem, assim como a medida que os indicadores contábeis diminuem, os indicadores de gestão aumentam.

Ainda sobre o Balanço Financeiro, o indicador Financeiro Real da Execução Orçamentária apresentou uma perfeita correlação negativa com o indicador Retenção do Fluxo Escolar, sendo considerado também estatisticamente relevante. Assim como nas outras correlações do Balanço Financeiro a medida que os indicadores contábeis aumentam, os indicadores de gestão diminuem, assim como a medida que os indicadores contábeis diminuem, os indicadores de gestão aumentam.

O Balanço Patrimonial obteve duas correlações estatisticamente relevantes.

O resultado do indicador contábil da Situação Permanente com os indicadores Alunos por Docentes em Tempo Integral e Titulação do Corpo Docente foi considerado estatisticamente fortes e relevantes, através de uma correlação negativa. Seguindo o mesmo raciocínio das correlações dos indicadores do Balanço Financeiro à medida que os indicadores contábeis aumentam, os indicadores de gestão diminuem, assim como a medida que os indicadores contábeis diminuem, os indicadores de gestão aumentam.

E a Demonstração das Variações Patrimoniais apresentou uma única correlação estatisticamente relevante, o indicador Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária com o indicador Ingressos por Alunos, no entanto, com uma perfeita correlação positiva. Isto significa que à medida que o indicador contábil aumenta ou diminui, o indicador de gestão se comporta da mesma forma.

Percebeu-se que alguns indicadores apresentaram volatilidade em relação ao tempo, sendo assim, sugerimos que estudos futuros sejam realizados para acompanhamento do comportamento destes indicadores, por se tratar de uma instituição nova e em expansão. Como pressuposto é possível inferir que com o passar dos anos os indicadores se estabilizem e se tornem constantes. A partir de então, os resultados apresentados poderão ser mais conclusivos e as hipóteses poderão ser novamente testadas.

REFERÊNCIAS

ALBÊLO, Ricardo Turíbio Mota. **Sistema de controle interno na administração pública municipal**: um diagnóstico das prefeituras do estado de Pernambuco. In: AGUIAR, Sylvana Maria Brandão de (org.). *Gestão Pública: práticas e desafios*. Recife: Bargaço, 2007.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade Pública**: da teoria à prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BOLETIM DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Portaria TCU n. 175**, de 09 de julho de 2013. Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração de conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de _____ 2013. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Legislacao/Arquivos/Portarias/Portaria_TCU_175_%202013.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei n.º 4.320** de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de março de 1964.

_____. **Portaria n. 753** de 21 de dezembro de 2012. Secretaria do Tesouro Nacional. Altera a Portaria nº 437, de 12 de julho de 2012, e a Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de _____ dezembro de _____ 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=26/12/2012>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade Pública**: teoria, prática e mais de 800 exercícios. 5. ed. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. **Contabilidade Pública no Governo Federal**: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com a utilização do excel. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n. 750**, de 31 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade (PFC). Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_750.doc>. Acesso em: 13 set. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.111**, de 05 de dezembro de 2007. Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1111.doc>. Acesso em: 13 set. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.128**, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.1 - conceituação, objeto e campo de aplicação. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1128.doc>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.129**, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.2 - patrimônio e sistemas contábeis. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1129.doc>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.130**, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.3 - planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1130.doc>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.131**, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.4 - transações no setor público. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1131.doc>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.132**, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.5 - registro contábil. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1132.doc>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.133**, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.6 - demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1133.doc>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.134**, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.7 - consolidação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1134.doc>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.135**, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.8 - controle interno. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1135.doc>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.136**, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.9 - depreciação, amortização e exaustão. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1136.doc>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.137**, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.10 - avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1137.doc>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.282**, de 02 de junho de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n.º 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1282.doc>. Acesso em: 13 set. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.366**, de 02 de dezembro de 2011. Aprova a NBC T 16.11 - sistema de informação de custos do setor público. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1366.doc>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Resolução CFC n. 1.437**, de 02 de abril de 2013. Altera, inclui e exclui itens das NBCs T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1437.doc>. Acesso em: 13 set. 2013.

DRCALC.NET. **Cálculo de Atualização Monetária**. Disponível em: <<http://drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. [2014]. Disponível em: <<http://portal.ifpb.edu.br/institucional/historico>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

_____. **Relatório de Gestão 2009.** Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/reitoria/pro-reitorias/prodi/documentos/relatorio-de-gestao/Relatorio%20de%20Gestao%202009.pdf/at_download/file>. Acesso em: 03 jan. 2014.

_____. **Relatório de Gestão 2010.** Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/institucional/relatorios-gestao/Relatorio%20de%20Gestao%20de%202010_IFPB.pdf/at_download/file>. Acesso em: 03 jan. 2014.

_____. **Relatório de Gestão 2011.** Disponível em: <http://portal.ifpb.edu.br/institucional/relatorios-gestao/Relatorio%20de%20Gestao%20de%202011.pdf/at_download/file>. Acesso em: 03 jan. 2014.

_____. **Relatório de Gestão 2012.** Disponível em: <http://portal.ifpb.edu.br/institucional/relatorios-gestao/Relatorio%20de%20Gestao_IFPB_%202012.pdf/at_download/file>. Acesso em: 03 jan. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços.** 10. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

JUND, Sérgio. **AFO, Administração Financeira e Orçamentária:** teoria e 750 questões. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KOHAMA, Heilio. **Balanços Públicos:** teoria e prática. 2. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Contabilidade Pública:** teoria e prática. 10. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. **Estatística Aplicada.** Tradução: Luciane Ferreira Pauleti Vianna. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: integrando União, Estados e Municípios** (Siafi e Siafem). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Orçamento Público e Administração Financeira e Orçamentária e LRF**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

QUINTANA, Alexandre Costa; ROZA, Mariana Costa da; DAMEDA, André das Neves. **Análise da Relação entre os Indicadores de Gestão e os Indicadores Contábeis das Universidades Federais do Rio Grande do Sul**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11., São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos112011/67.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2013.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2011.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Portaria STN n. 665**, de 30 de novembro de 2010. Atualiza os Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) e nº 20 (Demonstração do Resultado Econômico) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Port_665_2010.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2013.

_____. **Anexos da Portaria STN n. 665**, de 30 de novembro de 2010. Anexos da Portaria n. 665/2010. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Port_665_2010_anexos.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2013.

SILVA. Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**: um enfoque administrativo da nova Contabilidade Pública. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA. Maurício Corrêa da. **Demonstrações Contábeis Públicas**: indicadores de desempenho e análise. São Paulo: Atlas, 2012.

SLOMSKI. Valmor. **Manual de Contabilidade Pública**: um enfoque na Contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Acórdão 2267/2005**, de 16 de dezembro de 2005. Auditoria Operacional e de Legalidade. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=ACORDAO-LEGADO-54730&texto=50524f432533413435353032303034302a&sort=DIRELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-LEGADO;DECISAO-LEGADO;RELACAO-LEGADO;ACORDAO-RELACAO-LEGADO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=2&totalDocumentos=3>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

_____. **Acórdão 600/2006**, de 28 de abril de 2006. Embargos de Declaração. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=ACORDAO-LEGADO-56847&texto=50524f432533413435353032303034302a&sort=DIRELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-LEGADO;DECISAO-LEGADO;RELACAO-LEGADO;ACORDAO-RELACAO-LEGADO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=3>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

TROSA, Sylvie. **Gestão Pública por resultados**: quando o Estado se compromete. Tradução: Maria Luíza de Carvalho. Rio de Janeiro: Renavan; Brasília, DF: ENAP, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2010 DO IFPB (CORRIGIDO MONETARIAMENTE)

R E C E I T A				
TÍTULO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUAL	REALIZAÇÃO	EXC. OU INS. ARREC.
RECEITAS CORRENTES	834.580,91	834.580,91	508.364,87	326.216,03
RECEITAS PATRIMONIAIS	95.265,10	95.265,10	87060,44622	8.204,65
RECEITAS DE SERVIÇOS	685.606,42	685.606,42	288582,6921	397.023,73
TRANSFERÊNCIAS	53.709,39	53.709,39	0	53.709,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		-	132721,7341	- 132.721,73
SUBTOTAL I	834.580,91	834.580,91	508.364,87	326.216,03
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA				
REPASSE	178.711.432,74	181.530.343,62	148.740.601,16	32.789.742,46
MOV CRED FUSAO/CISAO/INCORPORACAO				0,00
SUBTOTAL II	178.711.432,74	181.530.343,62	148.740.601,16	32.789.742,46
SUPERÁVIT FINAL DO EXERC ANTERIOR	0,00	663.442,24		663.442,24
RECEITA TES. DESCENTRALIZ.	0,00	0,00	-131.661,44	131.661,44
TOTAL	179.546.013,64	183.028.366,77	149.117.304,59	33.911.062,18
DÉFICIT TOTAL	0	0	30.597.423,65	-30.597.423,65
TOTAL GERAL	179.546.013,64	183.028.366,77	179.714.728,24	3.313.638,53

D E S P E S A				
TÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EXECUÇÃO	ECON. OU EXCES. NA EXEC. DA DESP.
CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTAR	147.181.703,51	180.209.455,89	174.817.692,18	5.391.763,71
DESPESAS CORRENTES	124.268.757,62	154.279.651,31	150.052.305,59	4.227.345,72
PESSOAL E ENCARGOS SOC	99.925.081,56	128.859.156,40	126.499.218,02	2.359.938,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.343.676,07	25.420.494,91	23.553.087,57	1.867.407,35
DESPESAS DE CAPITAL	22.912.945,89	25.929.804,58	24.765.386,59	1.164.417,99
INVESTIMENTOS	22.912.945,89	25.929.804,58	24.765.386,59	1.164.417,99
SUBTOTAL TOTAL I	147.181.703,51	180.209.455,89	174.817.692,18	5.391.763,71
MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTAR		2.818.910,88	4.897.036,06	-2.078.125,18
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.029.290,44	3.107.415,62	-2.078.125,18
PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	-1.718.796,58	462.315,36	-2.181.111,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	2.748.087,02	2.645.100,27	102.986,75
DESPESAS DE CAPITAL	0	1.789.620,44	1.789.620,44	0,00
INVESTIMENTOS	0	1.789.620,44	1.789.620,44	0,00
SUBTOTAL II	0	2.818.910,88	4.897.036,06	-2.078.125,18
TOTAL	147.181.703,51	183.028.366,77	179.714.728,24	3.313.638,53
SUPERÁVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	147.181.703,51	183.028.366,77	179.714.728,24	3.313.638,53

APÊNDICE B – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2011 DO IFPB (CORRIGIDO MONETARIAMENTE)

R E C E I T A				
TÍTULO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUAL	REALIZAÇÃO	EXC.OU INS. ARREC.
RECEITAS CORRENTES	1.492.399,44	1.492.399,44	1.832.846,30	- 340.446,86
RECEITAS PATRIMONIAIS	139.553,09	139.553,09	90.961,76	48.591,33
RECEITAS AGROPECUÁRIAS	-	-	978,1541077	- 978,15
RECEITAS DE SERVIÇOS	1.352.846,35	1.352.846,35	1.589.619,09	- 236.772,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		-	151.287,30	- 151.287,30
SUBTOTAL I	1.492.399,44	1.492.399,44	1.832.846,30	- 340.446,86
SUBTOTAL II	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINAL DO EXERC ANTERIOR	0,00	212.318,17		212.318,17
RECEITA TES. DESCENTRALIZ.	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.492.399,44	1.704.717,62	1.832.846,30	-128.128,69
DÉFICIT TOTAL	0	0	214.687.948,34	-214.687.948,34
TOTAL GERAL	1.492.399,44	1.704.717,62	216.520.794,65	-214.816.077,03

D E S P E S A				
TÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	EXECUÇÃO	ECON. OU EXCES. NA EXEC. DA DESP.
CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTAR	177.604.049,01	230.950.914,13	215.882.821,43	15.068.092,70
DESPESAS CORRENTES	142.233.888,60	182.784.199,94	173.935.484,01	8.848.715,93
PESSOAL E ENCARGOS SOC	109.173.585,84	145.550.654,46	140.497.363,74	5.053.290,72
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.060.302,76	37.233.545,48	33.438.120,27	3.795.425,22
DESPESAS DE CAPITAL	35.370.160,41	48.166.714,19	41.947.337,43	6.219.376,76
INVESTIMENTOS	35.370.160,41	43.738.057,37	37.518.680,61	6.219.376,76
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	4.428.656,82	4.428.656,82	0,00
SUBTOTAL TOTAL I	177.604.049,01	230.950.914,13	215.882.821,43	15.068.092,70
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	637.973,21	637.973,21	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	637.973,21	637.973,21	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	637.973,21	637.973,21	0,00
SUBTOTAL II	0,00	637.973,21	637.973,21	0,00
TOTAL	177.604.049,01	231.588.887,34	216.520.794,65	15.068.092,70
SUPERÁVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	177.604.049,01	231.588.887,34	216.520.794,65	15.068.092,70

APÊNDICE C – BALANÇO FINANCEIRO 2010 DO IFPB (CORRIGIDO MONETARIAMENTE)

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2010	TÍTULOS	2010
RECEITAS CORRENTES	R\$ 530.732,58	DESPESAS CORRENTES	R\$ 153.159.721,21
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 83.941,93	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 111.111.603,36
RECEITA DE SERVICOS	R\$ 309.657,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 25.705.442,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 133.618,58	OUTRAS DESPESAS	R\$ 25.705.442,14
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	R\$ 3.514,77	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	R\$ 16.342.675,71
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 3.514,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 15.849.930,02
DEDUCOES DA RECEITA	-R\$ 22.367,71	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 492.745,69
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	R\$ 182.302.288,44	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 26.555.007,03
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	R\$ 167.720.101,69	INVESTIMENTOS	R\$ 26.555.007,03
REPASSE RECEBIDO	R\$ 150.651.037,77	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	R\$ 33.694.358,87
SUB-REPASSE RECEBIDO	R\$ 15.282.941,94	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	R\$ 18.979.500,53
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	R\$ 15.282.941,94	SUB-REPASSE CONCEDIDO	R\$ 15.282.941,94
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	R\$ 1.786.121,97	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	R\$ 15.282.941,94
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	R\$ 14.582.186,76	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	R\$ 3.696.558,59
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	R\$ 14.582.186,76	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	R\$ 14.714.858,34
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	R\$ 185.726.991,01	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	R\$ 14.714.858,34
VALORES EM CIRCULACAO	R\$ 33.770.620,32	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	R\$ 155.128.557,22
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	R\$ 33.764.567,63	VALORES EM CIRCULACAO	R\$ 69.067.657,39
CREDITOS TRIBUTARIOS	R\$ 26,92	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	R\$ 69.061.604,71
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	R\$ 6.025,77	CREDITOS TRIBUTARIOS	R\$ 26,92
OUTROS CREDITOS	R\$ 6.025,77	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	R\$ 6.025,77
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	R\$ 3.696.558,59	OUTROS CREDITOS	R\$ 6.025,77
VALORES DIFERIDOS	R\$ 3.696.558,59	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	R\$ 5.376.675,53
DEPOSITOS	R\$ 2.201.877,64	VALORES DIFERIDOS	R\$ 5.376.675,53
CONSIGNACOES	R\$ 6.185,63	DEPOSITOS	R\$ 1.317.063,31
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	R\$ 7.912,68	CONSIGNACOES	R\$ 551.080,57
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	R\$ 2.187.779,34	RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	R\$ 765.982,75
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	R\$ 64.887.676,09	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	R\$ 24.563.152,41
FORNECEDORES	R\$ 2.267.448,69	FORNECEDORES	R\$ 479.713,00
DO EXERCICIO	R\$ 1.532.203,46	DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 479.713,00
DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 735.245,23	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	R\$ 449.039,12
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	R\$ 1.721,89	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	R\$ 23.251.387,25
RESTOS A PAGAR	R\$ 36.649.167,47	VALORES EM TRANSITO	R\$ 15.810,21
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	R\$ 36.597.732,38	OUTROS DEBITOS	R\$ 271,72
CANCELADO	R\$ 51.435,08	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	R\$ 366.931,11
VALORES EM TRANSITO	R\$ 9.368,93	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	R\$ 54.804.008,57
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	R\$ 1.921.860,67	BAIXA DE DIREITOS	R\$ 23.256.466,66
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	R\$ 23.959.699,27	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	R\$ 23.256.466,66
OUTROS DEBITOS	R\$ 77.263,18	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	R\$ 31.547.541,91
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	R\$ 1.010,14	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	R\$ 31.547.541,91
OUTRAS OBRIGACOES	R\$ 135,86		
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	R\$ 81.170.258,37		
INCORPORACAO DE DIREITOS	R\$ 65.758.022,62		
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	R\$ 65.758.022,62		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	R\$ 11.821.682,20		
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	R\$ 11.821.682,20		
AJUSTES DE CREDITOS	R\$ 3.590.553,56		
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	R\$ 3.590.553,56		
INGRESSOS	R\$ 368.537.644,32	DISPÊNDIOS	R\$ 368.537.644,32

APÊNDICE D – BALANÇO FINANCEIRO 2011 DO IFPB (CORRIGIDO MONETARIAMENTE)

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2011	TÍTULOS	2011
RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.838.565,94	DESPESAS CORRENTES	R\$ 174.573.457,22
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 86.012,49	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 123.099.036,12
RECEITA AGROPECUARIA	R\$ 978,15	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 33.675.174,39
RECEITA DE SERVICOS	R\$ 1.590.191,62	OUTRAS DESPESAS	R\$ 33.675.174,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 151.287,30	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	R\$ 17.799.246,72
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	R\$ 10.096,37	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 17.398.327,62
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 4.949,27	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 400.919,10
RECEITA DE SERVICOS	R\$ 5.147,11	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 41.947.337,43
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	R\$ -	INVESTIMENTOS	R\$ 37.518.680,61
DEDUCOES DA RECEITA	-R\$ 5.719,64	INVERSOES FINANCEIRAS	R\$ 4.428.656,82
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	R\$ 199.523.927,70	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	R\$ 24.855.863,51
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	R\$ 199.011.918,37	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	R\$ 24.194.701,36
REPASSE RECEBIDO	R\$ 177.577.823,60	SUB-REPASSE CONCEDIDO	R\$ 19.667.161,95
SUB-REPASSE RECEBIDO	R\$ 19.667.161,95	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	R\$ 19.667.161,95
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	R\$ 19.667.161,95	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	R\$ 4.527.539,41
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	R\$ 1.766.932,82	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	R\$ 661.162,15
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	R\$ 512.009,34	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	R\$ 512.009,34
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	R\$ 512.009,34	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	R\$ 37.530,99
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	R\$ 37.530,99	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	R\$ 474.478,35
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	R\$ 474.478,35	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	R\$ 149.152,82
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	R\$ -	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	R\$ 214.676.721,34
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	R\$ 254.696.605,49	VALORES EM CIRCULACAO	R\$ 87.680.809,65
VALORES EM CIRCULACAO	R\$ 65.417.086,34	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	R\$ 87.675.076,88
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	R\$ 65.411.353,57	CREDITOS TRIBUTARIOS	R\$ 25,50
CREDITOS TRIBUTARIOS	R\$ 25,50	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	R\$ 5.707,27
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	R\$ 5.707,27	OUTROS CREDITOS	R\$ 5.707,27
OUTROS CREDITOS	R\$ 5.707,27	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	R\$ 5.268.109,80
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	R\$ 6.219.255,90	VALORES DIFERIDOS	R\$ 5.268.109,80
VALORES DIFERIDOS	R\$ 6.219.255,90	DEPOSITOS	R\$ 2.085.497,40
DEPOSITOS	R\$ 51.587,68	CONSIGNACOES	R\$ 5.858,68
CONSIGNACOES	R\$ 10.136,01	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	R\$ 7.494,46
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	R\$ 9.530,77	RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	R\$ 2.072.144,26
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	R\$ 31.920,90	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	R\$ 61.408.364,72
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	R\$ 86.980.790,86	FORNECEDORES	R\$ 2.147.602,68
FORNECEDORES	R\$ 2.905.994,39	DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 2.147.602,68
DO EXERCICIO	R\$ 2.345.790,67	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	R\$ 1.630,88
DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 560.203,72	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	R\$ 34.663.359,23
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	R\$ 4.140,56	VALORES EM TRANSITO	R\$ 8.873,73
RESTOS A PAGAR	R\$ 51.304.069,92	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	R\$ 1.820.280,72
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	R\$ 40.345.871,65	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	R\$ 22.693.309,36
CANCELADO	R\$ 10.958.198,27	OUTROS DEBITOS	R\$ 73.179,44
VALORES EM TRANSITO	R\$ 304,54	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	R\$ -
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	R\$ 378.197,96	OUTRAS OBRIGACOES	R\$ 128,68
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	R\$ 32.381.977,91	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	R\$ 58.233.939,76
OUTROS DEBITOS	R\$ 6.105,57	BAIXA DE DIREITOS	R\$ 20.538.862,89
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	R\$ -	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	R\$ 20.538.862,89
OUTRAS OBRIGACOES	R\$ -	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	R\$ 35.985.176,27
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	R\$ 96.027.884,71	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	R\$ 35.985.176,27
INCORPORACAO DE DIREITOS	R\$ 77.996.847,28	AJUSTES DE OBRIGACOES	R\$ 1.709.900,60
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	R\$ 77.996.847,28	AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	R\$ 1.709.900,60
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	R\$ 14.529.860,45		
EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 32.877,33		
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	R\$ 14.496.983,12		
AJUSTES DE CREDITOS	R\$ 3.501.176,98		
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	R\$ 3.501.176,98		
INGRESSOS	R\$ 456.053.379,49	DISPÊNDIOS	R\$ 456.053.379,49

APÊNDICE E – BALANÇO PATRIMONIAL 2010 DO IFPB (CORRIGIDO MONETARIAMENTE)

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	2010	TÍTULOS	2010
ATIVO FINANCEIRO	70.853.779,36	PASSIVO FINANCEIRO	70.733.667,10
CREDITOS EM CIRCULACAO	69.067.657,39	DEPOSITOS	2.201.877,64
CREDITOS A RECEBER	6.052,69	CONSIGNACOES	6.185,63
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	3.312.019,93	RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	2.187.779,34
RECURSOS A RECEBER DO TESOIRO - FUNDOS	13.680.745,75	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.912,68
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	52.068.839,03	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	64.835.230,87
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.786.121,97	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.346.433,76
VALORES DIFERIDOS	1.786.121,97	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	1.532.203,46
ATIVO NAO FINANCEIRO	56.642.079,25	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	735.245,23
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-45.113.994,08	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	1.721,89
CREDITOS EM CIRCULACAO	-47.040.635,43	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-52.068.839,03	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	77.263,18
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.028.203,60	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	36.597.732,38
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	0	A LIQUIDAR	36.597.732,38
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	1.926.641,35	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	9.368,93
ESTOQUES	1.926.641,35	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	1.921.860,67
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4.757,64	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	23.959.699,27
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	4.757,64	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	135.85848
CREDITOS A RECEBER	4.757,64	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.696.558,59
PERMANENTE	101.751.315,69	VALORES DIFERIDOS	3.696.558,59
IMOBILIZADO	101.746.017,34	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-57.840.561,56
BENS MOVEIS E IMOVEIS	101.957.074,96	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-57.840.561,56
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-211.057,62	PROVISOES	2.715.305,69
INTANGIVEL	5.298,34	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-23.959.699,27
ATIVO REAL	127.495.858,61	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-23.959.699,27
ATIVO COMPENSADO	23.972.022,45	OUTROS DEBITOS A PAGAR	1.564,41
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	23.972.022,45	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-36.597.732,38
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	34.010,08	PASSIVO REAL	12.893.105,54
GARANTIAS DE VALORES	93.754,48	PATRIMONIO LIQUIDO	114.602.753,07
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	8.840.868,77	PATRIMONIO/CAPITAL	114.598.253,70
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	15.003.389,13	PATRIMONIO	114.598.253,70
OUTRAS COMPENSACOES	0,00	RESERVAS	4.499,37
		SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	127.495.858,61
		SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-127.495.858,61
		PASSIVO COMPENSADO	23.972.022,45
		COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	23.972.022,45
		VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	34.010,08
		VALORES EM GARANTIA	93.754,48
		DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	8.840.868,77
		DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	15.003.389,13
		COMPENSACOES DIVERSAS	0
ATIVO	151.467.881,06	PASSIVO	151.467.881,06

APÊNDICE F – BALANÇO PATRIMONIAL 2011 DO IFPB (CORRIGIDO MONETARIAMENTE)

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	2011	TÍTULOS	2011
ATIVO FINANCEIRO	89.447.742,47	PASSIVO FINANCEIRO	80.601.719,67
CREDITOS EM CIRCULACAO	87.680.809,65	DEPOSITOS	51.587,68
CREDITOS A RECEBER	13.313.239,41	CONSIGNACOES	10.136,01
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	2.666.808,67	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	31.920,90
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS	0	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	9.530,77
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	71.652.341,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	76.022.592,58
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	48.420,57	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.916.240,52
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.766.932,82	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	2.345.790,67
VALORES DIFERIDOS	1.766.932,82	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	560.203,72
ATIVO NAO FINANCEIRO	92.892.937,02	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	4.140,56
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-65.026.816,11	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0
CREDITOS EM CIRCULACAO	-66.995.154,44	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.105,57
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-71.652.341,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	40.345.871,65
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-48.420,57	A LIQUIDAR	40.345.871,65
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.705.470,80	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	304.537,76
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	136.334,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	378.197,96
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	1.968.338,33	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	32.381.977,91
ESTOQUES	1.968.338,33	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	0
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4.506,20	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.527.539,41
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	4.506,20	VALORES DIFERIDOS	4.527.539,41
CREDITOS A RECEBER	4.506,20	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-70.154.579,63
PERMANENTE	157.915.246,93	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-70.154.579,63
IMOBILIZADO	157.777.098,70	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0
BENS MOVEIS E IMOVEIS	158.934.113,14	PROVISOES	2.571.788,21
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-1.157.014,44	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-32.381.977,91
INTANGIVEL	138.148,23	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-32.381.977,91
ATIVO REAL	182.340.679,49	OUTROS DEBITOS A PAGAR	1.481,72
ATIVO COMPENSADO	28.119.362,94	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-40.345.871,65
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	28.119.362,94	PASSIVO REAL	10.447.140,04
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	5.409,70	PATRIMONIO LIQUIDO	171.893.539,45
GARANTIAS DE VALORES	136.277,89	PATRIMONIO/CAPITAL	0
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	8.373.584,65	PATRIMONIO	0
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	19.604.090,71	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.231.934,17
		RESERVAS	4.261,56
		RESULTADOS ACUMULADOS	167.657.343,73
		RESULTADO DO EXERCICIO	59.116.180,76
		RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	108.541.162,97
		RESULTADO DO PERIODO	0,00
		SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	182.340.679,49
		SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-182.340.679,49
		PASSIVO COMPENSADO	28.119.362,94
		COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	28.119.362,94
		VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	5.409,70
		VALORES EM GARANTIA	136.277,89
		DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	8.373.584,65
		DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	19.604.090,71
ATIVO	210.460.042,43	PASSIVO	210.460.042,43

APÊNDICE G – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2010 DO IFPB
(CORRIGIDO MONETARIAMENTE)

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	2010	TÍTULOS	2010
ORÇAMENTARIAS	213.395.683,25	ORÇAMENTARIAS	198.711.729,24
RECEITAS CORRENTES	530.732,58	DESPESAS CORRENTES	153.159.721,21
RECEITA PATRIMONIAL	83.941,93	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	111.111.603,36
RECEITA DE SERVIÇOS	309.657,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.705.442,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	133.618,58	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	16.342.675,71
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	3.514,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.849.930,02
RECEITA PATRIMONIAL	3.514,77	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	492.745,69
DEDUÇÕES DA RECEITA	-22.367,71	DESPESAS DE CAPITAL	26.555.007,03
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	167.720.101,69	INVESTIMENTOS	26.555.007,03
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	167.720.101,69	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	18.979.500,53
REPASSE RECEBIDO	150.651.037,77	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	18.979.500,53
SUB-REPASSE RECEBIDO	15.282.941,94	SUB-REPASSE CONCEDIDO	15.282.941,94
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	1.786.121,97	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	3.696.558,59
MUTACÕES ATIVAS	45.167.216,69	MUTACÕES PASSIVAS	17.500,47
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	18.624.366,48	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	17.500,47
AQUISICÕES DE BENS	6.723.457,94	LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	17.500,47
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	11.900.908,54	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	241.059.760,61
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	26.542.850,21	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	82.950.718,42
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	287.667.155,39	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	7.664.433,76
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	82.818.046,84	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	663.498,33
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	7.664.433,76	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	74.622.786,33
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	663.498,33	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	158.109.042,20
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	74.490.114,75	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	101.965.255,50
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	204.849.108,56	BAIXA DE BENS IMOVEIS	2.061.586,69
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	183.187.464,10	BAIXA DE BENS MOVEIS	2.486.613,43
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	68.631.379,39	BAIXA DE DIREITOS	97.417.055,37
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	2.270.321,07	AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	211.057,62
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	112.285.763,64	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	211.057,62
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	5.758,53	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	49.734.755,46
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITO	5.758,53	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.197.973,62
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	11.873.117,28	AJUSTES NÃO FINANCEIROS	6.197.973,62
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.782.768,65	RESULTADO PATRIMONIAL	61.291.348,79
AJUSTES FINANCEIROS	3.590.553,56	SUPERAVIT	61.291.348,79
AJUSTES NÃO FINANCEIROS	6.192.215,09		
RESULTADO PATRIMONIAL	0		
DEFICIT	0		
VARIAÇÕES ATIVAS	501.062.838,64	VARIAÇÕES PASSIVAS	501.062.838,64

APÊNDICE H – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2011 DO IFPB
(CORRIGIDO MONETARIAMENTE)

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
TÍTULOS	2011	TÍTULOS	2011
ORCAMENTARIAS	264.633.678,28	ORCAMENTARIAS	240.730.310,41
RECEITAS CORRENTES	1.838.565,94	DESPESAS CORRENTES	174.573.457,22
RECEITA PATRIMONIAL	86.012,49	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	123.099.036,12
RECEITA AGROPECUARIA	978.1541077	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.675.174,39
RECEITA DE SERVICOS	1.590.191,62	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	17.799.246,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	151.287,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.398.327,62
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	10.096,37	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	400.919,10
RECEITA PATRIMONIAL	4.949,27	DESPESAS DE CAPITAL	41.947.337,43
RECEITA DE SERVICOS	5.147,11	INVESTIMENTOS	37.518.680,61
DEDUCOES DA RECEITA	-5.719,64	INVERSOES FINANCEIRAS	4.428.656,82
INTERFERENCIAS ATIVAS	199.011.918,37	INTERFERENCIAS PASSIVAS	24.194.701,36
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	199.011.918,37	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	24.194.701,36
REPASSE RECEBIDO	177.577.823,60	SUB-REPASSE CONCEDIDO	19.667.161,95
SUB-REPASSE RECEBIDO	19.667.161,95	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.527.539,41
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.766.932,82	MUTACOES PASSIVAS	14.814,40
MUTACOES ATIVAS	63.788.913,61	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	14.814,40
INCORPORACOES DE ATIVOS	27.869.593,90	LIQUIDACAO DE CREDITOS	14.814,40
AQUISICOES DE BENS	14.359.250,51	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	190.181.769,10
INCORPORACAO DE CREDITOS	13.510.343,39	INTERFERENCIAS PASSIVAS	6.515.331,84
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	35.919.319,71	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	5.822.983,16
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	225.394.581,99	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	512.009,34
INTERFERENCIAS ATIVAS	6.366.179,02	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	180.339,33
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	5.822.983,16	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	183.666.437,26
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	512.009,34	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	114.879.379,49
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	31.186,52	BAIXA DE BENS IMOVEIS	458.194,68
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	219.028.402,97	BAIXA DE BENS MOVEIS	3.001.549,42
INCORPORACOES DE ATIVOS	132.843.279,24	BAIXA DE DIREITOS	111.419.635,39
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	11.427.662,38	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	855.173,62
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	7.973.059,45	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	855.173,62
INCORPORACAO DE DIREITOS	113.442.557,40	INCORPORACAO DE PASSIVOS	66.221.983,56
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	28.008.537,88	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.709.900,60
REAVALIACOES DE BENS	28.008.537,88	AJUSTES FINANCEIROS	1.709.900,60
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	0	AJUSTES NAO FINANCEIROS	0
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	54.675.408,87	RESULTADO PATRIMONIAL	59.116.180,76
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.501.176,98	SUPERAVIT	59.116.180,76
AJUSTES FINANCEIROS	3.501.176,98		
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0		
DEFICIT	0		
VARIAÇÕES ATIVAS	490.028.260,27	VARIAÇÕES PASSIVAS	490.028.260,27

ANEXOS

ANEXO A – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2010 DO IFPB (PÁGINA 1)


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS				EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	26417 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA PARAIBA				2010	DEZEMBRO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO				EMISSÃO	PÁGINA
					23/01/2014	1

		RECETA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	737.162,00	737.162,00	449.024,49	288.137,51	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	130.001.487,00	159.173.978,00	154.411.583,74	4.762.394,26
RECEITAS PATRIMONIAIS	84.145,00	84.145,00	76.898,06	7.246,94	DESPESAS CORRENTES	109.763.122,00	136.270.906,00	132.537.009,62	3.733.896,38
RECEITAS DE SERVIÇOS	605.577,00	605.577,00	254.897,03	350.679,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	88.261.033,00	113.817.693,00	111.733.225,36	2.084.467,64
TRANSFERÊNCIAS	47.440,00	47.440,00	0,00	47.440,00	OUTRAS DESPESAS CORREN	21.502.089,00	22.453.213,00	20.803.784,26	1.649.428,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	0,00	0,00	117.229,40	-117.229,40	DESPESAS DE CAPITAL	20.238.365,00	22.903.072,00	21.874.574,12	1.028.497,88
					INVESTIMENTOS	20.238.365,00	22.903.072,00	21.874.574,12	1.028.497,88
SUBTOTAL I	737.162,00	737.162,00	449.024,49	288.137,51	SUBTOTAL I	130.001.487,00	159.173.978,00	154.411.583,74	4.762.394,26

ANEXO A – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2010 DO IFPB (PÁGINA 2)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS				EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO		26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA				2010		DEZEMBRO	
ORGÃO SUPERIOR		26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO				EMISSAO		PAGINA	
						23/01/2014		2	
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA REPASSE	157.850.816,00	160.340.681,23	131.378.417,74	28.962.263,49	MOVIMENTACAO DE CREDITO	0,00	2.489.865,23	4.325.415,15	-1.835.549,92
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	909.143,49	2.744.693,41	-1.835.549,92
					DESPESAS CORRENTES	0,00	-1.518.165,00	408.350,24	-1.926.515,24
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	2.427.308,49	2.336.343,17	90.965,32
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	1.580.721,74	1.580.721,74	0,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.580.721,74	1.580.721,74	0,00
					INVESTIMENTOS	0,00	2.489.865,23	4.325.415,15	-1.835.549,92
SUBTOTAL II	157.850.816,00	160.340.681,23	131.378.417,74	28.962.263,49	SUBTOTAL II	0,00			
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	586.000,00	0,00	586.000,00					
RECEITA TES. DESCENTRALIZ.	0,00	0,00	-116.292,87	116.292,87					
TOTAL	158.587.978,00	161.663.843,23	131.711.149,36	29.952.693,87	TOTAL	130.001.487,00	161.663.843,23	158.736.998,89	2.926.844,34
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	27.025.849,53	-27.025.849,53	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	158.587.978,00	161.663.843,23	158.736.998,89	2.926.844,34	TOTAL GERAL	130.001.487,00	161.663.843,23	158.736.998,89	2.926.844,34



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	26417 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DA PARAIBA	EMISSÃO	23/01/2014	PÁGINA	1
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO				

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TÍTULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.391.756,00	1.391.756,00	1.709.244,03	-317.488,03	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	165.626.905,00	215.376.199,63	201.324.258,97	14.051.940,66
RECEITAS PATRIMONIAIS	130.142,00	130.142,00	84.827,54	45.314,46	DESPESAS CORRENTES	132.642.014,00	170.457.720,35	162.205.738,25	8.251.982,10
RECEITAS AGROPECUARIAS	0,00	0,00	912,19	-912,19	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	101.811.210,00	135.735.106,00	131.022.595,75	4.712.510,25
RECEITAS DE SERVIÇOS	1.261.614,00	1.261.614,00	1.482.419,41	-220.805,41	OUTRAS DESPESAS CORREN	30.830.804,00	34.722.614,35	31.183.142,50	3.539.471,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	0,00	0,00	141.084,89	-141.084,89	DESPESAS DE CAPITAL	32.984.891,00	44.918.479,28	39.118.520,72	5.799.958,56
					INVESTIMENTOS	32.984.891,00	40.788.479,28	34.988.520,72	5.799.958,56
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	4.130.000,00	4.130.000,00	0,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	594.950,00	594.950,00	0,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	594.950,00	594.950,00	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	594.950,00	594.950,00	0,00
SUBTOTAL I	1.391.756,00	1.391.756,00	1.709.244,03	-317.488,03	SUBTOTAL I	165.626.905,00	215.971.149,63	201.919.208,97	14.051.940,66
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	198.000,00	0,00	198.000,00					
TOTAL	1.391.756,00	1.589.756,00	1.709.244,03	-119.488,03	TOTAL	165.626.905,00	215.971.149,63	201.919.208,97	14.051.940,66
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	200.209.964,94	-200.209.964,94	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	1.391.756,00	1.589.756,00	201.919.208,97	-200.329.452,97	TOTAL GERAL	165.626.905,00	215.971.149,63	201.919.208,97	14.051.940,66



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2012	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	26417 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA PARAIBA	MISSÃO	23/01/2014	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO				

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	410.510,00	410.510,00	641.962,48	-231.452,48	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	213.304.430,00	262.212.135,12	248.209.779,87	14.002.355,25
RECEITAS PATRIMONIAIS	115.710,00	115.710,00	63.371,53	52.338,47	DESPESAS CORRENTES	169.704.176,00	206.912.514,15	200.155.233,09	6.757.281,06
RECEITAS AGROPECUARIAS	1.802,00	1.802,00	41.487,23	-39.685,23	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	129.304.527,00	158.670.273,97	157.376.555,04	1.293.718,93
RECEITAS DE SERVIÇOS	292.998,00	292.998,00	450.520,40	-157.522,40	OUTRAS DESPESAS CORREN	40.399.649,00	48.242.240,18	42.778.678,05	5.463.562,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	0,00	0,00	86.583,32	-86.583,32	DESPESAS DE CAPITAL	43.600.254,00	55.299.620,97	48.054.546,78	7.245.074,19
					INVESTIMENTOS	43.595.254,00	55.294.620,97	48.054.546,78	7.240.074,19
					INVERSOES FINANCEIRAS	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	13.047.892,00	0,00	13.047.892,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	13.047.892,00	0,00	13.047.892,00
					INVESTIMENTOS	0,00	13.044.559,00	0,00	13.044.559,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	3.333,00	0,00	3.333,00
SUBTOTAL I	410.510,00	410.510,00	641.962,48	-231.452,48	SUBTOTAL I	213.304.430,00	275.260.027,12	248.209.779,87	27.050.247,25
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	613.000,00	0,00	613.000,00					
TOTAL	410.510,00	1.023.510,00	641.962,48	381.547,52	TOTAL	213.304.430,00	275.260.027,12	248.209.779,87	27.050.247,25
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	247.567.817,39	-247.567.817,39	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	410.510,00	1.023.510,00	248.209.779,87	-247.186.269,87	TOTAL GERAL	213.304.430,00	275.260.027,12	248.209.779,87	27.050.247,25



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO		MES			
SUBTITULO		26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA		2010		DEZEMBRO			
ORGAO SUPERIOR		26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		FMSIAO		PAGINA			
				23/01/2014		1			
INGRESSOS				DISPENSIDOS					
TITULOS		2010		2009		2010		2009	
RECEITAS CORRENTES		468.781,26		0,00		135.281.703,03		0,00	
RECEITA PATRIMONIAL		74.143,56		0,00		98.141.775,20		0,00	
RECEITA DE SERVICOS		273.511,64		0,00		22.704.898,93		0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		118.021,56		0,00		22.704.898,93		0,00	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		3.104,50		0,00		14.435.028,90		0,00	
RECEITA PATRIMONIAL		3.104,50		0,00		13.999.800,40		0,00	
DEDUÇÕES DA RECEITA		-19.756,77		0,00		435.228,50		0,00	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		161.022.518,53		0,00		23.455.295,86		0,00	
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS		148.142.480,34		0,00		23.455.295,86		0,00	
REPASSE RECEBIDO		133.065.853,03		0,00		29.761.285,89		0,00	
SUB-REPASSE RECEBIDO		13.498.995,67		0,00		16.764.062,60		0,00	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		13.498.995,67		0,00		13.498.995,67		0,00	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		1.577.631,64		0,00		13.498.995,67		0,00	
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		12.880.038,19		0,00		3.265.066,93		0,00	
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		12.880.038,19		0,00		12.997.223,29		0,00	
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS		164.047.462,63		29.828.645,50		12.997.223,29		0,00	
VALORES EM CIRCULACAO		29.828.645,50		0,00		137.020.720,87		29.828.645,50	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		29.823.299,33		0,00		61.005.532,28		29.828.645,50	
CREDITOS TRIBUTARIOS		23,78		0,00		61.000.186,11		29.823.299,33	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		5.322,39		0,00		23,78		23,78	
OUTROS CREDITOS		5.322,39		0,00		5.322,39		5.322,39	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		3.265.066,93		3.171.435,65		5.322,39		5.322,39	
VALORES DIFERIDOS		3.265.066,93		3.171.435,65		4.749.067,29		0,00	
DEPOSITOS		1.944.857,01		1.163.325,23		4.749.067,29		0,00	
CONSIGNACOES		5.463,59		486.754,07		1.163.325,23		0,00	
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		6.989,05		0,00		486.754,07		0,00	
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		1.932.404,37		676.571,16		676.571,16		0,00	
OBRIGACOES EM CIRCULACAO		57.313.471,57		25.493.884,62		21.695.946,32		0,00	
FORNECEDORES		2.002.774,08		423.717,09		423.717,09		0,00	
DO EXERCICIO		1.353.352,51		382.031,93		423.717,09		0,00	
DE EXERCICIOS ANTERIORES		649.421,57		41.685,16		396.623,71		0,00	
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		1.520,90		396.623,71		20.537.300,80		0,00	
RESTOS A PAGAR		32.371.185,78		20.537.300,80		13.964,72		0,00	
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		32.325.754,61		20.537.300,80		240,00		0,00	
CANCELADO		45.431,17		0,00		324.100,00		0,00	
VALORES EM TRANSITO		8.275,31		13.964,72		48.406.849,75		0,00	
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA		1.697.525,84		0,00		20.541.787,30		0,00	
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		21.162.933,02		0,00		20.541.787,30		0,00	
OUTROS DEBITOS		68.244,41		240,00		27.865.062,45		0,00	
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL		892,23		4.122.038,30		27.865.062,45		0,00	
OUTRAS OBRIGACOES		120,00		0,00					
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES		71.695.421,62		0,00					

ANEXO D – BALANÇO FINANCEIRO 2010 DO IFPB (PÁGINA 2)



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO – TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2010	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO	26417 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA PARAIBA	EMISSÃO 23/01/2014	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		
INGRESSOS		DISPENDIOS	
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS
INCORPORACAO DE DIREITOS	58.082.224,34	0,00	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	58.082.224,34	0,00	
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	10.441.761,63	0,00	
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	10.441.761,63	0,00	
AJUSTES DE CREDITOS	3.171.435,65	0,00	
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	3.171.435,65	0,00	
INGRESSOS	325.519.005,65	29.828.645,50	DISPENDIOS
			29.828.645,50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO		MES	
SUBTITULO		26417 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA PARAIBA		2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR		26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		EMISSAO		PAGINA	
				23/01/2014		1	
INGRESSOS				DISPENDIOS			
TITULOS		2011	2010	TITULOS	2011	2010	
RECEITAS CORRENTES		1.714.577,95	468.781,26	DESPESAS CORRENTES	162.800.688,25	135.281.703,03	
RECEITA PATRIMONIAL		80.212,04	74.143,56	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	114.797.565,00	98.141.775,20	
RECEITA AGROPECUARIA		912,19	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.404.210,32	22.704.898,93	
RECEITA DE SERVICOS		1.482.953,33	273.511,64	OUTRAS DESPESAS	31.404.210,32	22.704.898,93	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		141.084,89	118.021,56	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	16.598.912,93	14.435.028,90	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		9.415,50	3.104,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.225.030,75	13.999.800,40	
RECEITA PATRIMONIAL		4.615,50	3.104,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	373.882,18	435.228,50	
RECEITA DE SERVICOS		4.800,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	39.118.520,72	23.455.295,86	
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO				INVESTIMENTOS	34.988.520,72	23.455.295,86	
DEDUÇÕES DA RECEITA		-5.333,92	-19.756,77	INVERSOES FINANCEIRAS	4.130.000,00	0,00	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		186.068.565,46	161.022.518,53	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	23.179.650,28	29.761.285,89	
TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS RECEBIDAS		185.591.084,67	148.142.480,34	TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS CONCEDIDAS	22.563.075,14	16.764.062,60	
REPASSE RECEBIDO		165.602.448,16	133.065.853,03	SUB-REPASSE CONCEDIDO	18.340.860,93	13.498.995,67	
SUB-REPASSE RECEBIDO		18.340.860,93	13.498.995,67	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	18.340.860,93	13.498.995,67	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		18.340.860,93	13.498.995,67	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.222.214,21	3.265.066,93	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		1.647.775,58	1.577.631,64	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	616.575,14	12.997.223,29	
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		477.480,79	12.880.038,19	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	477.480,79	0,00	
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA		477.480,79	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	35.000,00	0,00	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		35.000,00	0,00	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	442.480,79	0,00	
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		442.480,79	0,00	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	139.094,35	12.997.223,29	
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		0,00	12.880.038,19	DISPENDIOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	200.199.495,05	137.020.720,87	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		237.520.544,81	164.047.462,63	VALORES EM CIRCULACAO	81.767.849,39	61.005.532,28	
VALORES EM CIRCULACAO		61.005.532,28	29.828.645,50	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	81.762.503,22	61.000.186,11	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		61.000.186,11	29.823.299,33	CREDITOS TRIBUTARIOS	23,78	23,78	
CREDITOS TRIBUTARIOS		23,78	23,78	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.322,39	5.322,39	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		5.322,39	5.322,39	OUTROS CREDITOS	5.322,39	5.322,39	
OUTROS CREDITOS		5.322,39	5.322,39	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.912.842,51	4.749.067,29	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		5.799.845,85	3.265.066,93	VALORES DIFERIDOS	4.912.842,51	4.749.067,29	
VALORES DIFERIDOS		5.799.845,85	3.265.066,93	DEPOSITOS	1.944.857,01	1.163.325,23	
DEPOSITOS		48.108,74	1.944.857,01	CONSIGNACOES	5.463,59	486.754,07	
CONSIGNACOES		9.452,46	5.463,59	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.989,05	0,00	
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		8.888,04	6.989,05	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.932.404,37	676.571,16	
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		29.768,24	1.932.404,37	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	57.267.148,17	21.695.946,32	
OBRIGACOES EM CIRCULACAO		81.115.038,00	57.313.471,57	FORNECEDORES	2.002.774,08	423.717,09	
FORNECEDORES		2.710.021,87	2.002.774,08	DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.002.774,08	423.717,09	
DO EXERCICIO		2.187.596,80	1.353.352,51	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	1.520,90	396.623,71	
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		522.425,07	649.421,57	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	32.325.754,61	20.537.300,80	
RESTOS A PAGAR		3.861,33	1.520,90	VALORES EM TRANSITO	8.275,31	13.964,72	
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		47.844.260,10	32.371.185,78	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	1.697.525,84	0,00	
CANCELADO		37.625.053,53	32.325.754,61	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	21.162.933,02	0,00	
VALORES EM TRANSITO		10.219.206,57	45.431,17	OUTROS DEBITOS	68.244,41	240,00	
		284,00	8.275,31	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	324.100,00	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO		26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA		2012		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR		26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		EMISSAO		PAGINA	
				23/01/2014		1	
INGRESSOS				DISPENDIOS			
TITULOS		2012	2011	TITULOS		2012	2011
RECEITAS CORRENTES		641.990,48	1.714.577,95	DESPESAS CORRENTES		200.155.233,09	162.800.688,25
RECEITA PATRIMONIAL		60.984,03	80.212,04	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		137.059.640,32	114.797.565,00
RECEITA AGROPECUARIA		41.487,23	912,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		42.317.389,08	31.404.210,32
RECEITA DE SERVICOS		450.548,40	1.482.953,33	OUTRAS DESPESAS		42.317.389,08	31.404.210,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		86.583,32	141.084,89	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011		0,00	16.598.912,93
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011		0,00	9.415,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	16.225.030,75
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	4.615,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	373.882,18
RECEITA DE SERVICOS		0,00	4.800,00	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS		20.778.203,69	0,00
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS		0,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL		48.054.546,78	39.118.520,72
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011		2.387,50	0,00	INVESTIMENTOS		48.054.546,78	34.988.520,72
DEDUÇÕES DA RECEITA		-28,00	-5.333,92	INVERSOES FINANCEIRAS		0,00	4.130.000,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		221.512.892,58	186.068.565,46	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		28.099.643,09	23.179.650,28
TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS RECEBIDAS		221.512.652,58	185.591.084,67	TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS CONCEDIDAS		28.014.548,29	22.563.075,14
REPASSE RECEBIDO		194.906.056,95	165.602.448,16	SUB-REPASSE CONCEDIDO		25.039.165,32	18.340.860,93
SUB-REPASSE RECEBIDO		25.039.165,32	18.340.860,93	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.		25.039.165,32	18.340.860,93
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		25.039.165,32	18.340.860,93	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		2.975.382,97	4.222.214,21
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		1.567.430,31	1.647.775,58	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		85.094,80	616.575,14
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		240,00	477.480,79	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA		720,00	477.480,79
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA		240,00	477.480,79	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		0,00	35.000,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		0,00	35.000,00	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		720,00	442.480,79
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		240,00	442.480,79	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS		84.374,80	139.094,35
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		377.311.766,88	237.520.544,81	DISPENDIOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		323.157.198,98	200.199.495,05
VALORES EM CIRCULACAO		81.767.849,39	61.005.532,28	VALORES EM CIRCULACAO		110.925.641,77	81.767.849,39
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		81.762.503,22	61.000.186,11	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		110.920.295,60	81.762.503,22
CREDITOS TRIBUTARIOS		23,78	23,78	CREDITOS TRIBUTARIOS		23,78	23,78
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		5.322,39	5.322,39	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		5.322,39	5.322,39
OUTROS CREDITOS		5.322,39	5.322,39	OUTROS CREDITOS		5.322,39	5.322,39
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		4.623.158,55	5.799.845,85	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		5.789.644,52	4.912.842,51
VALORES DIFERIDOS		4.623.158,55	5.799.845,85	VALORES DIFERIDOS		5.789.644,52	4.912.842,51
DEPOSITOS		1.179.003,70	48.108,74	DEPOSITOS		48.108,74	1.944.857,01
CONSIGNACOES		16.619,13	9.452,46	CONSIGNACOES		9.452,46	5.463,59
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		9.615,84	8.888,04	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		8.888,04	6.989,05
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		1.152.768,73	29.768,24	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		29.768,24	1.932.404,37
OBRIGACOES EM CIRCULACAO		105.007.177,06	81.115.038,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		70.895.831,43	57.267.148,17
FORNECEDORES		2.045.402,36	2.710.021,87	FORNECEDORES		2.710.021,87	2.002.774,08
DO EXERCICIO		1.509.334,13	2.187.596,80	DE EXERCICIOS ANTERIORES		2.710.021,87	2.002.774,08
DE EXERCICIOS ANTERIORES		536.068,23	522.425,07	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		3.861,33	1.520,90
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		3.861,33	3.861,33	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO		37.625.053,53	32.325.754,61
RESTOS A PAGAR		60.408.870,76	47.844.260,10	VALORES EM TRANSITO		284,00	8.275,31
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		59.310.904,40	37.625.053,53	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA		352.693,30	1.697.525,84
CANCELADO		1.097.966,36	10.219.206,57	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		30.198.223,57	21.162.933,02
VALORES EM TRANSITO		84,00	284,00	OUTROS DEBITOS		5.693,83	68.244,41

ANEXO F – BALANÇO FINANCEIRO 2012 DO IFPB (PÁGINA 2)


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	26417 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA PARAIBA		2012	DEZEMBRO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		MISSÃO	PÁGINA
			23/01/2014	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TÍTULOS	2012	2011	TÍTULOS	2012	2011
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	352.693,30	352.693,30	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	120,00
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	41.765.720,00	30.198.223,57	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	135.497.972,52	54.306.797,97
OUTROS DEBITOS	430.545,31	5.693,83	BAIXA DE DIREITOS	51.854.537,25	19.153.776,68
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	184.734.578,18	89.552.019,94	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	51.854.537,25	19.153.776,68
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	133.375.387,01	72.736.947,65	INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	81.995.659,69	33.558.431,83
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	133.375.387,01	72.736.947,65	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	81.995.659,69	33.558.431,83
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	47.136.976,96	13.550.005,36	AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	1.647.775,58	1.594.589,46
EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.306,45	30.660,17	AJUSTES FINANCEIROS A DÉBITO	1.647.775,58	1.594.589,46
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	47.125.670,51	13.519.345,19			
AJUSTES DE CREDITOS	4.222.214,21	3.265.066,93			
AJUSTES FINANCEIROS A CRÉDITO	4.222.214,21	3.265.066,93			
INGRESSOS	599.466.621,94	425.298.354,30	DISPENDIOS	599.466.621,94	425.298.354,30



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	26417 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA PARAIBA	2010	DEZEMBRO
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MISSÃO	PÁGINA
		23/01/2014	1

ATIVO		2009	2010	TÍTULOS	2010	2009
TÍTULOS						
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO		
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO		62.583.163,92	62.583.163,92	DEPOSITOS	62.477.072,11	25.706.607,20
CREDITOS A RECEBER		61.005.532,28	61.005.532,28	CONSIGNACOES	1.944.857,01	1.163.325,23
LIMITE DE SAQUE C/VINC. DE PAGAMENTO		5.346,17	5.346,17	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	5.463,59	486.754,07
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS		2.925.414,68	2.925.414,68	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.932.404,37	676.571,16
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		12.083.820,53	12.083.820,53	OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO	6.989,05	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		45.990.950,90	45.990.950,90	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	57.267.148,17	21.371.846,32
VALORES DIFERIDOS		1.577.631,64	1.577.631,64	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	2.072.539,39	820.580,80
ATIVO NAO FINANCEIRO		0,00	0,00	FORNECEDORES - DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.353.352,51	382.031,93
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		50.030.366,23	50.030.366,23	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO	649.421,57	41.685,16
CREDITOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-39.847.930,65	-39.847.930,65	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.520,90	0,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-41.549.679,13	-41.549.679,13	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00	396.623,71
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		-5.904.669,50	-5.904.669,50	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	68.244,41	240,00
OUTROS CREDITOS EM CIRCULAÇÃO		4.441.271,77	4.441.271,77	A LIQUIDAR	32.325.754,61	20.537.300,80
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO		0,00	0,00	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	32.325.754,61	20.537.300,80
ESTOQUES		1.701.748,48	1.701.748,48	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	8.275,31	13.964,72
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		4.202,29	4.202,29	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.697.525,84	0,00
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		4.202,29	4.202,29	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	21.162.933,02	0,00
CREDITOS A RECEBER		4.202,29	4.202,29	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	120,00	0,00
PERMANENTE		89.874.094,59	89.874.094,59	VALORES DIFERIDOS	3.265.066,93	3.171.435,65
IMOBILIZADO		89.869.414,71	89.869.414,71	PASSIVO NAO FINANCEIRO	3.265.066,93	3.171.435,65
BENS MOVEIS E IMOVEIS		90.055.836,01	90.055.836,01	OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO	-51.088.952,17	-18.137.565,34
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES		-186.421,30	-186.421,30	PROVISOES	-51.088.952,17	-18.137.565,34
INTANGIVEL		4.679,88	4.679,88	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	2.398.353,66	2.398.353,66
ATIVO REAL		112.613.530,15	112.613.530,15	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-21.162.933,02	0,00
				OUTROS DEBITOS A PAGAR	-21.162.933,02	0,00
				RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	1.381,80	1.381,80
				PASSIVO REAL	-32.325.754,61	-20.537.300,80
				PATRIMONIO LIQUIDO	11.388.119,94	7.569.041,86
				PATRIMONIO/CAPITAL	101.225.410,21	47.394.445,27
				PATRIMONIO	101.221.436,04	47.390.471,10
				RESERVAS	101.221.436,04	47.390.471,10
				SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	3.974,17	3.974,17
				SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	112.613.530,15	54.963.487,13
				PASSIVO COMPENSADO	-112.613.530,15	-54.963.487,13
				COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	21.173.817,74	27.082.400,42
				VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	21.173.817,74	27.082.400,42
				VALORES EM GARANTIA	30.040,15	25.526,49
				DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	82.810,71	59.983,14
				DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	7.808.892,40	8.268.892,40
				COMPENSACOES DIVERSAS	13.252.074,48	15.962.387,27
					0,00	2.765.611,12
ATIVO		133.787.347,89	133.787.347,89	PASSIVO	133.787.347,89	82.045.887,55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO		MES	
SUBTITULO		26417 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC.DA PARAIBA		2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR		26600 - MINISTERIO DA EDUCACAO		EMISSAO		PAGINA	
				23/01/2014		1	
ATIVO				PASSIVO			
TITULOS		2011	2010	TITULOS	2011	2010	
ATIVO FINANCEIRO		83.415.624,97	62.583.163,92	PASSIVO FINANCEIRO	75.166.154,38	62.477.072,11	
CREDITOS EM CIRCULACAO		81.767.849,39	61.005.532,28	DEPOSITOS	48.108,74	1.944.857,01	
CREDITOS A RECEBER		12.415.430,00	5.346,17	CONSIGNACOES	9.452,46	5.463,59	
LIMITE DE SAQUE C/VCNC.DE PAGAMENTO		2.486.966,20	2.925.414,68	RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	29.768,24	1.932.404,37	
RECURSOS A RECEBER DO TESOIRO - FUNDOS		0,00	12.083.820,53	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.888,04	6.989,05	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		66.820.297,97	45.990.950,90	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	70.895.831,43	57.267.148,17	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		45.155,22	0,00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.719.577,03	2.072.539,39	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		1.647.775,58	1.577.631,64	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	2.187.596,80	1.353.352,51	
VALORES DIFERIDOS		1.647.775,58	1.577.631,64	FORNECEDORES - DE EXERC-ANTERIORES	522.425,07	649.421,57	
ATIVO NAO FINANCEIRO		86.628.484,77	50.030.366,23	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	3.861,33	1.520,90	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		-60.641.580,83	-39.847.930,65	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
CREDITOS EM CIRCULACAO		-62.477.179,67	-41.549.679,13	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	5.693,83	68.244,41	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-66.820.297,97	-45.990.950,90	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	37.625.053,53	32.325.754,61	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		-45.155,22	0,00	A LIQUIDAR	37.625.053,53	32.325.754,61	
ADANTAMENTOS CONCEDIDOS		4.388.146,38	4.441.271,77	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	284,00	8.275,31	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		127,14	0,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	352.693,30	1.697.525,84	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		1.835.598,84	1.701.748,48	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	30.198.223,57	21.162.933,02	
ESTOQUES		1.835.598,84	1.701.748,48	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	0,00	120,00	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		4.202,31	4.202,29	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.222.214,21	3.265.066,93	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		4.202,31	4.202,29	VALORES DIFERIDOS	4.222.214,21	3.265.066,93	
CREDITOS A RECEBER		4.202,31	4.202,29	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-65.423.541,64	-51.088.952,17	
PERMANENTE		147.265.863,29	89.874.094,59	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-65.423.541,64	-51.088.952,17	
IMOBILIZADO		147.137.031,41	89.869.414,71	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
BENS MOVEIS E IMOVEIS		148.216.019,88	90.052.836,01	PROVISOES	2.398.353,66	2.398.353,66	
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES		-1.078.988,47	-186.421,30	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-30.198.223,57	-21.162.933,02	
INTANGIVEL		128.831,88	4.679,88	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-30.198.223,57	-21.162.933,02	
ATIVO REAL		170.044.109,74	112.613.530,15	OUTROS DEBITOS A PAGAR	1.381,80	1.381,80	
				RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-37.625.053,53	-32.325.754,61	
				PASSIVO REAL	9.742.612,74	11.388.119,94	
				PATRIMONIO LIQUIDO	160.301.497,00	101.225.410,21	
				PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	101.221.436,04	
				PATRIMONIO	0,00	101.221.436,04	
				AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.946.543,80	0,00	
				RESERVAS	3.974,17	3.974,17	
				RESULTADOS ACUMULADOS	156.350.979,03	0,00	
				RESULTADO DO EXERCICIO	55.129.542,99	0,00	
				RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	101.221.436,04	0,00	
				RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00	
				SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	170.044.109,74	112.613.530,15	
				SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-170.044.109,74	-112.613.530,15	
				PASSIVO COMPENSADO	26.223.068,00	21.173.817,74	
ATIVO COMPENSADO		26.223.068,00	21.173.817,74	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	26.223.068,00	21.173.817,74	
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS		26.223.068,00	21.173.817,74				

ANEXO H – BALANÇO PATRIMONIAL 2011 DO IFPB (PÁGINA 2)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTITULO	26417 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA PARAIBA		EMISSION	23/01/2014	PAGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO					

ATIVO		PASSIVO			
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	5.044,88	30.040,15	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	5.044,88	30.040,15
GARANTIAS DE VALORES	127.087,67	82.810,71	VALORES EM GARANTIA	127.087,67	82.810,71
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	7.808.892,40	7.808.892,40	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	7.808.892,40	7.808.892,40
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	18.282.043,05	13.252.074,48	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	18.282.043,05	13.252.074,48
ATIVO	196.267.177,74	133.787.347,89	PASSIVO	196.267.177,74	133.787.347,89



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO		MES	
SUBTITULO		26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA		2012		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR		26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		EMISSAO		PAGINA	
				23/01/2014		1	
ATIVO				PASSIVO			
TITULOS		2012	2011	TITULOS		2012	2011
ATIVO FINANCEIRO		112.493.072,08	83.415.624,97	PASSIVO FINANCEIRO		108.063.597,37	75.166.154,38
CREDITOS EM CIRCULACAO		110.925.641,77	81.767.849,39	DEPOSITOS		1.179.003,70	48.108,74
CREDITOS A RECEBER		17.241.597,98	12.415.430,00	CONSIGNACOES		16.619,13	9.452,46
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO		2.831.321,07	2.486.966,20	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		1.152.768,73	29.768,24
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		90.852.722,72	66.820.297,97	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		9.615,84	8.888,04
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		0,00	45.155,22	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		103.909.210,70	70.895.831,43
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		1.567.430,31	1.647.775,58	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		2.479.809,00	2.719.577,03
VALORES DIFERIDOS		1.567.430,31	1.647.775,58	FORNECEDORES - DO EXERCICIO		1.509.334,13	2.187.596,80
ATIVO NAO FINANCEIRO		97.963.717,58	86.628.484,77	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES		536.068,23	522.425,07
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		-86.641.512,52	-60.641.580,83	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO		3.861,33	3.861,33
CREDITOS EM CIRCULACAO		-89.024.230,38	-62.477.179,67	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		0,00	0,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGO DE RP-RETIFIC		-90.852.722,72	-66.820.297,97	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR		430.545,31	5.693,83
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		0,00	-45.155,22	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		59.310.904,40	37.625.053,53
ADANTAMENTOS CONCEDIDOS		1.814.652,34	4.388.146,38	A LIQUIDAR		59.310.904,40	37.625.053,53
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		13.840,00	127,14	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS		84,00	284,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		2.382.717,86	1.835.598,84	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA		352.693,30	352.693,30
ESTOQUES		2.382.717,86	1.835.598,84	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		41.765.720,00	30.198.223,57
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		8.702,31	4.202,31	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		2.975.382,97	4.222.214,21
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		4.500,00	0,00	VALORES DIFERIDOS		2.975.382,97	4.222.214,21
RECURSOS VINCULADOS		4.500,00	0,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO		-98.676.888,94	-65.423.541,64
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		4.202,31	4.202,31	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		-98.676.888,94	-65.423.541,64
CREDITOS A RECEBER		4.202,31	4.202,31	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		0,00	0,00
PERMANENTE		184.596.527,79	147.265.863,29	PROVISORES		2.398.353,66	2.398.353,66
IMOBILIZADO		184.417.310,08	147.137.031,41	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR		-41.765.720,00	-30.198.223,57
BENS MOVEIS E IMOVEIS		186.616.506,18	148.216.019,88	RECURSOS A LIBERAR P/PAGO DE RP-RETIFIC		-41.765.720,00	-30.198.223,57
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES		-2.199.196,10	-1.078.988,47	OUTROS DEBITOS A PAGAR		1.381,80	1.381,80
INTANGIVEL		179.217,71	128.831,88	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID		-59.310.904,40	-37.625.053,53
ATIVO REAL		210.456.789,66	170.044.109,74	PASSIVO REAL		201.070.081,23	9.742.612,74
				PATRIMONIO LIQUIDO		160.301.497,00	160.301.497,00
				PATRIMONIO/CAPITAL		201.066.107,06	0,00
				PATRIMONIO		201.066.107,06	0,00
				AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES		0,00	0,00
				RESERVAS		3.974,17	3.946.543,80
				RESULTADOS ACUMULADOS		0,00	3.974,17
				RESULTADO DO EXERCICIO		0,00	156.350.979,03
				RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES		0,00	55.129.542,99
				AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL		0,00	101.221.436,04
				RESULTADO DO PERIODO		0,00	0,00
				SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA		0,00	0,00
				SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA		210.456.789,66	170.044.109,74
				PASSIVO COMPENSADO		-210.456.789,66	-170.044.109,74
				COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS		32.140.482,60	26.223.068,00
ATIVO COMPENSADO		32.140.482,60	26.223.068,00				
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS		32.140.482,60	26.223.068,00				

ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL 2012 DO IFPB (PÁGINA 2)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO 2012		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		26417 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DA PARAIBA		EMISSÃO 23/01/2014		PÁGINA 2	
ORGÃO SUPERIOR		26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO					
ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS		2012	2011	TÍTULOS		2012	2011
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B		5.044,88	5.044,88	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA		5.044,88	5.044,88
GARANTIAS DE VALORES		160.711,13	127.087,67	VALORES EM GARANTIA		160.711,13	127.087,67
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS		5.835.996,45	7.808.892,40	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS		5.835.996,45	7.808.892,40
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS		26.138.730,14	18.282.043,05	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		26.138.730,14	18.282.043,05
ATIVO		242.597.272,26	196.267.177,74	PASSIVO		242.597.272,26	196.267.177,74

ANEXO J – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2010 DO IFPB

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO		MES	
SUBTITULO		26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA		2010		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR		26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		EMISSAO		PAGINA	
				23/01/2014		1	
VARIACOES ATIVAS				VARIACOES PASSIVAS			
TITULOS		2010	2009	TITULOS	2010	2009	
ORCAMENTARIAS		188.486.445,53	0,00	ORCAMENTARIAS	175.516.519,17	0,00	
RECEITAS CORRENTES		468.781,26	0,00	DESPESAS CORRENTES	135.281.703,03	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL		74.143,56	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	98.141.775,20	0,00	
RECEITA DE SERVICOS		273.511,64	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.704.898,93	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		118.021,56	0,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	14.435.028,90	0,00	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		3.104,50	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.999.800,40	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL		3.104,50	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	435.228,50	0,00	
DEDUCOES DA RECEITA		-19.756,77	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	23.455.295,86	0,00	
INTERFERENCIAS ATIVAS		148.142.480,34	0,00	INVESTIMENTOS	23.455.295,86	0,00	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		148.142.480,34	0,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	16.764.062,60	0,00	
REPASSE RECEBIDO		133.065.853,03	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	16.764.062,60	0,00	
SUB-REPASSE RECEBIDO		13.498.995,67	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	13.498.995,67	0,00	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		1.577.631,64	0,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.265.066,93	0,00	
MUTACOES ATIVAS		39.894.940,70	0,00	MUTACOES PASSIVAS	15.457,68	0,00	
INCORPORACOES DE ATIVOS		16.450.382,62	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	15.457,68	0,00	
AQUISICOES DE BENS		5.938.642,57	0,00	LIQUIDACAO DE CREDITOS	15.457,68	0,00	
INCORPORACAO DE CREDITOS		10.511.740,05	0,00	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	212.921.352,23	157.831.899,65	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		23.444.558,08	0,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	73.268.052,24	151.927.230,15	
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		254.088.362,00	0,00	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	6.769.780,22	0,00	
INTERFERENCIAS ATIVAS		73.150.867,14	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	586.049,54	0,00	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		6.769.780,22	0,00	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	65.912.222,48	151.927.230,15	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		586.049,54	0,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	139.653.299,99	5.904.669,50	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO		65.795.037,38	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	90.063.061,65	5.904.669,50	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		180.937.494,86	0,00	BAIXA DE BENS IMOVEIS	1.820.941,93	0,00	
INCORPORACOES DE ATIVOS		161.804.369,46	0,00	BAIXA DE BENS MOVEIS	2.196.356,18	0,00	
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS		60.620.180,11	0,00	BAIXA DE DIREITOS	86.045.763,54	5.904.669,50	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS		2.005.311,18	0,00	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	186.421,30	0,00	
INCORPORACAO DE DIREITOS		99.178.878,17	0,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	186.421,30	0,00	
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		5.086,35	0,00	INCORPORACAO DE PASSIVOS	43.929.320,09	0,00	
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT		5.086,35	0,00	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.474.496,95	0,00	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		10.487.192,80	0,00	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.474.496,95	0,00	
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		8.640.846,25	0,00	AJUSTES NAO FINANCEIROS	54.136.936,13	0,00	
AJUSTES FINANCEIROS		3.171.435,65	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	54.136.936,13	0,00	
AJUSTES NAO FINANCEIROS		5.469.410,60	0,00	SUPERAVIT	54.136.936,13	0,00	
RESULTADO PATRIMONIAL		0,00	5.904.669,50				
DEFICIT		0,00	5.904.669,50				
VARIACOES ATIVAS		442.574.807,53	157.831.899,65	VARIACOES PASSIVAS	442.574.807,53	157.831.899,65	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS				EXERCICIO		MES			
SUBTITULO		26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA				2011		DEZEMBRO			
ORÇAO SUPERIOR		26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO				EMISSAO		PAGINA			
						23/01/2014		1			
VARIACOES ATIVAS						VARIACOES PASSIVAS					
TITULOS		2011		2010		TITULOS		2011		2010	
ORÇAMENTARIAS		246.787.487,88		188.486.445,53		ORÇAMENTARIAS		224.496.099,47		175.516.519,17	
RECEITAS CORRENTES		1.714.577,95		468.781,26		DESPESAS CORRENTES		162.800.688,25		135.281.703,03	
RECEITA PATRIMONIAL		80.212,04		74.143,56		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		114.797.565,00		98.141.775,20	
RECEITA AGROPECUARIA		912,19		0,00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		31.404.210,32		22.704.898,93	
RECEITA DE SERVICOS		1.482.953,33		273.511,64		DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		16.598.912,93		14.435.028,90	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		141.084,89		118.021,56		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		16.225.030,75		13.999.800,40	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		9.415,50		3.104,50		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		373.882,18		435.228,50	
RECEITA PATRIMONIAL		4.615,50		3.104,50		DESPESAS DE CAPITAL		39.118.520,72		23.455.295,86	
RECEITA DE SERVICOS		4.800,00		0,00		INVESTIMENTOS		34.988.520,72		23.455.295,86	
DEDUÇOES DA RECEITA		-5.333,92		-19.756,77		INVERSOES FINANCEIRAS		4.130.000,00		0,00	
INTERFERENCIAS ATIVAS		185.591.084,67		148.142.480,34		INTERFERENCIAS PASSIVAS		22.563.075,14		16.764.062,60	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		185.591.084,67		148.142.480,34		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		22.563.075,14		16.764.062,60	
REPASSE RECEBIDO		165.602.448,16		133.065.853,03		SUB-REPASSE CONCEDIDO		18.340.860,93		13.498.995,67	
SUB-REPASSE RECEBIDO		18.340.860,93		13.498.995,67		VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		4.222.214,21		3.265.066,93	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		1.647.775,58		1.577.631,64		MUTACOES PASSIVAS		13.815,36		15.457,68	
MUTACOES ATIVAS		59.487.159,18		39.894.940,70		DESINCORPORACOES DE ATIVOS		13.815,36		15.457,68	
INCORPORACOES DE ATIVOS		25.990.142,72		16.450.382,62		LIQUIDACAO DE CREDITOS		13.815,36		15.457,68	
AQUISICOES DE BENS		13.390.900,90		5.938.642,57		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO		177.356.417,15		212.921.352,23	
INCORPORACAO DE CREDITOS		12.599.241,82		10.511.740,05		INTERFERENCIAS PASSIVAS		6.075.955,21		73.268.052,24	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		33.497.016,46		23.444.558,08		TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO		5.430.296,69		6.769.780,22	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO		210.194.571,73		254.088.362,00		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		477.480,79		586.049,54	
INTERFERENCIAS ATIVAS		5.936.860,86		73.150.867,14		MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO		168.177,73		65.912.222,48	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		5.430.296,69		6.769.780,22		DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		171.280.461,94		139.653.299,99	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		477.480,79		586.049,54		DESINCORPORACOES DE ATIVOS		107.132.220,12		90.063.061,65	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO		29.083,38		65.795.037,38		BAIXA DE BENS IMOVEIS		427.295,25		1.820.941,93	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		204.257.710,87		180.937.494,86		BAIXA DE BENS MOVEIS		2.799.132,92		2.196.356,18	
INCORPORACOES DE ATIVOS		123.884.682,32		161.804.369,46		BAIXA DE DIREITOS		103.905.791,95		86.045.763,54	
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS		10.657.011,27		60.620.180,11		AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		797.502,99		186.421,30	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS		7.435.377,56		2.005.311,18		DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		797.502,99		186.421,30	
INCORPORACAO DE DIREITOS		105.792.293,49		99.178.878,17		INCORPORACAO DE PASSIVOS		61.756.149,37		43.929.320,09	
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		26.119.716,69		5.086,35		AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		1.594.589,46		5.474.496,95	
REVALUACOES DE BENS		26.119.716,69		0,00		AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		1.594.589,46		5.474.496,95	
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT		0,00		5.086,35		AJUSTES FINANCEIROS		0,00		0,00	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		50.988.244,93		10.487.192,80		AJUSTES NAO FINANCEIROS		0,00		5.474.496,95	
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		3.265.066,93		8.640.846,25		RESULTADO PATRIMONIAL		55.129.542,99		54.136.936,13	
AJUSTES FINANCEIROS		3.265.066,93		3.171.435,65		SUPERAVIT		55.129.542,99		54.136.936,13	
AJUSTES NAO FINANCEIROS		0,00		5.469.410,60							
DEFICIT											
VARIACOES ATIVAS		456.982.059,61		442.574.807,53		VARIACOES PASSIVAS		456.982.059,61		442.574.807,53	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO		MES	
SUBTITULO		26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA		2012		DEZEMBRO	
ORCAO SUPERIOR		26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		EMISSAO		PAGINA	
				23/01/2014		1	
VARIACOES ATIVAS				VARIACOES PASSIVAS			
TITULOS		TITULOS		TITULOS		TITULOS	
2012		2011		2012		2011	
ORCAMENTARIAS	292.498.665,32	246.787.487,88	224.496.099,47	ORCAMENTARIAS	276.229.216,45	224.496.099,47	
RECEITAS CORRENTES	641.990,48	1.714.577,95	162.800.688,25	DESPESAS CORRENTES	200.155.233,99	162.800.688,25	
RECEITA PATRIMONIAL	60.994,03	80.212,04		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	137.059.640,32	114.797.565,00	
RECEITA AGROPECUARIA	41.487,23	912,19		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.317.389,08	31.404.210,32	
RECEITA DE SERVICOS	450.548,40	1.482.953,33		DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	16.598.912,93	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	86.583,32	141.084,89		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	16.225.030,75	
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	9.415,50		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	373.882,18	
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	4.615,50		DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	20.778.203,69	0,00	
RECEITA DE SERVICOS	0,00	4.800,00		DESPESAS DE CAPITAL	48.054.546,78	39.118.520,72	
RECEITAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	0,00	0,00		INVESTIMENTOS	48.054.546,78	34.988.520,72	
DEDUCOES DA RECEITA	2.387,50	0,00		INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	4.130.000,00	
INTERFERENCIAS ATIVAS	-28,00	-5.333,92		INTERFERENCIAS PASSIVAS	28.014.548,29	22.563.075,14	
TRANSFERENCIAS ATIVAS	221.512.652,58	185.591.084,67		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	28.014.548,29	22.563.075,14	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	221.512.652,58	185.591.084,67		SUB-REPASSE CONCEDIDO	25.039.165,32	18.340.860,93	
REPASSE RECEBIDO	194.906.056,95	165.602.448,16		VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.975.382,97	4.222.214,21	
SUB-REPASSE RECEBIDO	25.039.165,32	18.340.860,93		MUTACOES PASSIVAS	4.888,29	13.815,36	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.567.430,31	1.647.775,58		DESINCORPORACOES DE ATIVOS	4.888,29	13.815,36	
VALORES ATIVAS	70.344.050,26	59.487.159,18		LIQUIDACAO DE CREDITOS	4.888,29	13.815,36	
INCORPORACOES DE ATIVOS	19.586.597,20	25.990.142,72		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	313.989.442,49	177.356.417,15	
AQUISICOES DE BENS	7.333.138,04	13.390.900,90		INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.513.564,47	6.075.955,21	
INCORPORACAO DE CREDITOS	12.253.459,16	12.599.241,82		TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.428.569,67	5.430.296,69	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	50.757.453,06	33.497.016,46		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	720,00	477.480,79	
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	338.488.577,85	210.194.571,73		MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	84.374,80	168.177,73	
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.428.809,67	5.936.880,86		DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	312.475.778,02	171.280.461,94	
TRANSFERENCIAS ATIVAS	1.428.569,67	5.430.296,69		DESINCORPORACOES DE ATIVOS	194.821.512,93	107.132.220,12	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	240,00	477.480,79		BAIXA DE BENS IMOVEIS	2.503.185,65	427.295,25	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	29.083,38		BAIXA DE BENS MOVEIS	3.712.861,14	2.799.132,92	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	337.059.768,18	204.257.710,87		BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	188.600.888,22	0,00	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	233.591.606,11	123.884.682,32		AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	4.939.227,63	797.502,99	
INCORPORACOES DE ATIVOS	20.053.573,72	10.657.011,27		DESVALORIZACAO DE BENS	3.819.020,00	797.502,99	
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	12.405.639,56	7.435.377,56		DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.120.207,63	61.756.149,37	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	201.132.392,83	105.792.293,49		INCORPORACAO DE PASSIVOS	111.067.261,88	1.594.589,46	
INCORPORACAO DE DIREITOS	9.245.284,54	26.119.716,69		AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.647.775,58	1.594.589,46	
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	9.245.284,54	26.119.716,69		AJUSTES FINANCEIROS	40.768.584,23	55.129.542,99	
REVALIACOES DE BENS	90.000.663,32	50.988.244,93		RESULTADO PATRIMONIAL	40.768.584,23	55.129.542,99	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.222.214,21	3.265.066,93		SUPERAVIT	630.987.243,17	456.982.059,61	
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.222.214,21	3.265.066,93		VARIACOES PASSIVAS	630.987.243,17	456.982.059,61	
AJUSTES FINANCEIROS	4.222.214,21	3.265.066,93					
DEFICIT							
VARIACOES ATIVAS	630.987.243,17	456.982.059,61		VARIACOES PASSIVAS	630.987.243,17	456.982.059,61	